



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FERNANDO CRUZ LOPES

O NEGRO E A MEDIAÇÃO:
A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO DE
DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL

Londrina
2014

FERNANDO CRUZ LOPES

O NEGRO E A MEDIAÇÃO:
A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO DE
DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Bortolin
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Nilza da Silva

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L864n Lopes, Fernando Cruz.
O negro e a mediação: a ciência da informação como campo de
discussão étnico-racial/ Fernando Cruz Lopes. – Londrina, 2014.
120 f.: il.

Orientador: Sueli Bortolin.

Coorientador: Maria Nilza da Silva

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa
de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.

Inclui bibliografia

1. Mediação da informação e relações raciais – Teses. 2. Ciência da
informação – Relações étnicas – Teses. 3. Abordagem interdisciplinar do
conhecimento – Teses. 4. Negros – Identidade racial – Teses. I. Bortolin,
Sueli. II. Silva, Maria Nilza da. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro
de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 02:39

FERNANDO CRUZ LOPES

**O NEGRO E A MEDIAÇÃO: A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO
CAMPO DE DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Bortolin
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof^a. Dr^a Adriana Rosecler Alcará Engelmann
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 09 de dezembro de 2014.

LOPES, Fernando Cruz. **O negro e a mediação**: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Esta pesquisa partiu da percepção de que existem poucos trabalhos que conceituam a discussão étnico-racial na Ciência da Informação brasileira. Situação que deve ser considerada preocupante, visto que o Brasil é um país em que a realidade étnico-racial foi por muito tempo tratada como igualitária. No entanto, o negro brasileiro é subjugado e dominado pelos mais diferentes sistemas sociais, isso, desde o uso de palavras para afirmação da identidade, até pontos de ação estética onde prevaleça a beleza negra, portanto afirmar-se de origem afro é muito difícil para uma parcela da população, onde o racismo e preconceito ainda estão impregnados. O objetivo geral desta dissertação é investigar o ponto de intersecção entre os estudos de mediação da informação e relações raciais na Ciência da Informação. Como objetivos específicos estabeleceu-se: pautar as diversas fases da Ciência com o intuito de relacionar as possibilidades interdisciplinares da mediação da informação; dispor os diferentes discursos acerca das relações étnico-raciais na literatura das Ciências Humanas; propor a relação dos estudos de mediação da informação com os estudos étnico-raciais como parte do escopo da Ciência da Informação, mais especificamente da Mediação da Informação. Quanto a metodologia realizou-se uma revisão bibliográfica, a fim de perceber o que já foi discutido na Ciência da Informação acerca do negro. Para tanto, também foi necessário discutir a formação dos Estudos Culturais e de que forma esses estudos influenciaram os pesquisadores da Ciência da Informação. Obteve-se como resultados uma baixa recuperação de trabalhos produzidos na área que abordem a temática étnico-racial. Contudo os trabalhos se encaixavam em discussões pragmáticas acerca de cultura e, portanto de mediação da informação. A construção de um corpus teórico sobre as discussões e mediação dependem de mais trabalhos que tratem da CI por um viés da cultura.

Palavras-chave: Mediação da informação. Identidade racial. Pós-modernidade. Ciência da informação. Relações étnico-raciais. Estudos culturais.

LOPES, Fernando Cruz. **O negro e a mediação**: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

This research stemmed from the realization that there are few studies that conceptualize ethnic-racial discussion in the Brazilian Information Science. Situation that should be considered worrisome, since Brazil is a country where the ethnic-racial reality has long been treated as equal. However, the Brazilian black is subdued and dominated by the different social systems, that, since the use of words for affirmation of identity, to aesthetics points of action where prevalheça black beauty, but be said of african origin is very difficult to a portion of the population, where racism and prejudice is still ingrained. The overall objective of this dissertation is to investigate the intersection between studies of mediation information and Race Relations in Information Science. Specific objectives settled: base various stages of Science in order to relate the interdisciplinary possibilities of mediation information; arrange the different discourses in ethnic-racial relations in the literature of the humanities; propose the relationship of studies of mediation information with racial-ethnic studies as part of the scope of information science, more specifically mediation information. As the methodology was carried out a literature review in order to understand what has been discussed in Information Science about black. Therefore, it was also necessary to discuss the formation of cultural studies and how these studies influenced the researchers of information science. Obtained results as a low recovery work produced in the area to address the ethnic and racial themes. However the work fit in pragmatic discussions about culture and therefore mediation information. the construction of a corpus of theoretical discussions and mediation rely on more work dealing with the CI by a bias of culture.

Keywords: Mediation information. Racial identity. Postmodernity. Information science. Ethnic-racial relations. Cultural studies.

Dedico a minha família – mãe, pai, Felipe e Paulo – obrigado por tudo, sempre.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram parte da construção deste trabalho, entre elas destaco:

A Professora Sueli Bortolin por ter aceitado embarcar nessa temática quase desbravatória para ambos e que no fim se tornou pitoresca. Agradeço pelos momentos de conversa, pelos conselhos e pelas discordâncias igualmente enriquecedoras, serei sempre grato pela oportunidade.

A Professora Maria Nilza da Silva que ajudou a ampliar as discussões. Agradeço pelas orientações que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Aos Professores da banca de qualificação e de defesa: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Adriana Rosecler Alcará Engelmann por terem sido, desde a graduação, sempre dispostos a ajudar e orientar os melhores caminhos.

Aos Professores do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UEL, por terem ajudado de diversas formas a construir essas discussões.

Aos amigos do PPGCI, principalmente: Renata Furtado por ser um porto seguro, amiga das conversas mais improváveis, com um senso de humor maravilhoso e bondade imensa; Ilemar Christina, por ter cuidado de mim como um filho mais velho, e ser um ponto de encontro das discussões de Cultura em CI e Marcos Moraes, pela amizade e companheirismo durante todo o curso.

Aos amigos de graduação em História: Marília Calazans, pelas oportunidades de levar a discussão da temática a outros públicos; Fabiana Vieira por ter me iniciado nas discussões étnico-raciais e sempre me trazer para a realidade e Fernanda Casagrande, pela sensatez e pela amizade sempre presente.

Agradeço também à CAPES pelo financiamento fundamental para a construção desta pesquisa.

Por último mas não menos importante: mãe, pai, Felipe e Paulo obrigado por todo o apoio.

Onye ji onye n'ani ji onwe ya.
Quem quer prender o outro na lama,
também tem que ficar no meio da lama.

Provérbio Igbo¹.

¹ ACHEBE, C. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PÓS-MODERNIDADE	27
3	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	39
3.1	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	44
4	IDENTIDADE	53
5	RAÇA E COR	62
5.1	RAÇA CIENTÍFICA	62
5.2	RAÇA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	66
5.3	COR.....	69
6	ESTUDOS CULTURAIS	76
6.1	OS CULTURALISTAS.....	78
6.2	OS ESTRUTURALISTAS.....	81
6.3	O IMPÉRIO CONTRA-ATACA – NOVAS DISCUSSÕES, VELHOS PROBLEMAS	85
6.4	OS ESTUDOS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA	89
6.4.1	Mediação da Informação Como Mediação Social.....	93
7	ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	95
7.1	A PRODUÇÃO DO SUDESTE	95
7.2	A PRODUÇÃO DO NORDESTE.....	100
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) é uma Ciência pós-moderna e tem sua origem na Europa e, concomitantemente, nos Estados Unidos, onde alguns fatos também contribuíram para seu nascimento. Em sua gênese, a Ciência da Informação esteve por muito tempo ligada às questões de recuperação da informação e, conseqüentemente, seu foco primordial estava na Organização do Conhecimento, uma vez que a recuperação está atrelada à organização. Tais aspectos deixaram por muito tempo a Ciência da Informação focada de forma mais intensa nos sistemas de informação do que em seus usuários.

Uma das primeiras formas de preocupação com o usuário surgiu com os estudos de referências e posteriormente com os estudos de comunidade e, também, com os estudos de usuário. Os estudos de comunidade iniciaram com a Escola de Chicago, sendo uma forma de aliar Sociologia e Educação no espaço da Biblioteca. Os estudos de usuários se desenvolveram a partir de uma perspectiva funcionalista, na evolução dos serviços prestados no espaço da Biblioteca.

A princípio, os estudos de usuários receberam o nome de estudos de comunidade ou, então, perfil de comunidade. Segundo Araújo: “Seu objetivo era o de mapear características de determinada população para planejar as informações mais adequadas a serem oferecidas com [finalidade pedagógica e social]” (2009, p.199).

Logo após esse momento, surgiram os estudos de uso, que tinham como princípio fornecer respostas aos sistemas, através da medição de indicadores e da efetiva utilização e, também, do grau de satisfação do uso de fontes, serviços ou sistemas de informação por seus usuários (ARAÚJO, 2009).

Contudo, a preocupação dessa perspectiva tradicional fundamenta-se na necessidade de aperfeiçoar os sistemas de informação, cujo objeto circunscreve o conteúdo ou a tecnologia dessas estruturas (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009). Nessa perspectiva, a abordagem tradicional visa traçar padrões por meio da utilização e aplicação de alguma metodologia, onde se detecta os modelos de uso e aponta-os como norma. O foco da perspectiva tradicional e sua importância estão no uso de sistemas, fontes e serviços de informações, ou seja, o estudo é preso ao sistema e às suas ações.

A abordagem tradicional não se preocupa com os processos cognoscíveis do usuário, atentando-se apenas para a limitação dos sistemas, isto é, as etapas de interpretação, formulação e aprendizagem não são objeto de sua análise (FERREIRA, 1997).

Por volta da década de 70, há a emergência de estudos que se interessam em compreender o usuário e sua capacidade de criar situações diante do processo de obtenção da informação. Tais estudos abrangiam também as estratégias mentais do indivíduo. Sendo assim, inaugura-se a abordagem alternativa à luz do paradigma cognitivo (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009).

No campo dos estudos de usuários a pesquisa denominada tradicional encara a necessidade de informação como um “estado de necessidade de algo que o pesquisador chama de informação focada no que o sistema possui e não no que o usuário precisa” (MIRANDA, 2006, p.100).

Para Miranda (2006) a abordagem denominada alternativa, indica que a necessidade de informação é uma condição em que o indivíduo reconhece o seu próprio nível de conhecimento e se conhece incapaz de lhe fornecer subsídios para a resolução de problemas no trabalho ou nos estudos.

Gasque e Costa (2010) trouxeram posteriormente ao referencial cognitivista indagações de natureza sociológica que influenciaram a produção de estudos de usuários. Para ambos a informação se torna ressignificada a partir dos valores socioculturais dos indivíduos, anunciando um novo paradigma de conotação social.

As relações dos estudos de mediação da Informação com os Estudos de Usuário findam-se neste momento, contudo não se pode deixar de perceber que tais estudos foram essenciais para a formação da mediação em CI. Essas preocupações com o indivíduo e não apenas com o sistema são fundamentais para a formação conceitual da Mediação.

Davallon (2007) afirma que a mediação, na França, se deu no início da década de 1990, porém essa afirmação não pode ser considerada na realidade brasileira, onde é difícil definir esse aspecto temporal de gênese da produção científica. A mediação é um campo de estudo onde o aspecto sociocultural é central. Esses casos na CI são raros, devido à preocupação maior da área se dar em torno da tecnologia e da recuperação da informação. Estudos culturais em CI ainda são poucos em produção.

A ciência é elitista e qualquer tipo de produção científica nacional é produzida em ambientes pouco representativos da sociedade brasileira, como universidades, centros de pesquisa etc. Nesse aspecto pode-se perceber a falta de alguns atores nas discussões científicas. Por curiosidade, levantou-se o que tem sido produzido sobre identidade racial na CI brasileira. Como parâmetro de análise foram pesquisados os Anais do Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) do triênio 2010-2012, a fim de se ter noção do quanto foi produzido em relação à temática.

Há em 2010 um trabalho que aborda a imprensa negra do Ceará e que foi aceito para o Grupo de Trabalho (GT) 10 - Informação e Memória. Há também outro trabalho sobre o assunto, porém o foco não é a identidade racial, mas sim a arquitetura da informação em um site sobre o assunto chamado “cor da cultura”, apresentado no GT 8 - Informação e tecnologia. Ambos os trabalhos foram produzidos em coautoria com a Professora Miriam Albuquerque Aquino da Universidade Federal da Paraíba.

Em 2011 encontram-se dois trabalhos com essa temática, um sobre a biblioteca pública como forma de reconstrução da identidade, e um sobre preservação da memória em uma comunidade quilombola, ambos apresentados no GT 10, e um deles também tem como coautora a Professora Miriam Albuquerque Aquino.

No ENANCIB do ano de 2012 foram apresentados três trabalhos: um pôster sobre o reggae como agente de construção de identidade no GT 3, também orientado pela Professora Miriam. As outras duas comunicações orais foram apresentadas no GT 10, uma tinha como tema a preservação do patrimônio e valorização da cultura afrodescendente em um acervo de audiovisual, produzido por uma aluna vinculada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. A segunda comunicação tem como título “A representação de negros na memória iconográfica de universidades públicas da Paraíba”, e também tem como coautora a Professora Miriam Aquino.

É de fato constrangedor pensar que a CI se mostra tradicional e pouco aberta aos problemas socioculturais. Existem, em três anos, apenas sete trabalhos relacionados a tais problemas que em sua maciça maioria foram realizados pela mesma pesquisadora. O levantamento de dados aqui apresentado é bastante

simples e um tanto quanto genérico, porém, o ENANCIB, é a principal vitrine da produção científica em CI e a baixa ocorrência de trabalhos relacionados à essa temática, refletem seu distanciamento.

A diferença social surgida na academia é um reflexo da formação do Brasil como nação. O Brasil é um país que tem em sua origem a relação de diversos tipos socioculturais que deram forma à base do estado nacional. No entanto, essas relações socioculturais entre europeus e outros grupos, como os africanos e indígenas, nunca existiu de forma igualitária.

A formação do Brasil como Estado-Nação da forma em que se conhece hoje ocorre há cinco séculos com o início da colonização. Segundo Novais (1967) pode-se entender esse processo por dois vieses: o geográfico e o histórico.

O aspecto geográfico entende que para um local ser ecúmeno, habitado pelo homem, há a necessidade de mobilidade humana. Portanto, para o Brasil se tornar um local ocupado pelo homem, necessitava-se a ocupação por parte dessa população vista como civilizada – branco europeu – (NOVAIS, 1967). Porém, o viés geográfico generaliza a ideia de ocupação e valorização do espaço.

Para Novais (1967), a ocupação do espaço é um atributo criado pelo Mercantilismo. O Estado português ocupou e valorizou o espaço americano, como um artifício do capitalismo comercial, onde as “[...] economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico [...]” (NOVAIS, 1967, p.247).

Portanto, a ocupação no sentido geográfico, a ideia de se tornar ecúmeno e de valorização espacial, acontece em nome da economia portuguesa, que em voltas com sua expansão econômica, realiza o processo de colonização do Brasil.

A ocupação no sentido histórico está relacionada às categorizações criadas para os tipos de colonização, sendo as categorias exploração e povoamento, as mais conhecidas. O Brasil encaixa-se como uma colônia de exploração, e as colônias de exploração da Idade Moderna têm por característica servir como um modelo social dos interesses e valores da sociedade em que se baseia (NOVAIS, 1967).

Uma vez que os indígenas foram dissociados de sua cultura em nome da religião, os negros vieram para cá traficados como mão de obra. A tradição ibérica de regulamentação da escravidão foi um aspecto fundamental para a inserção da

escravidão no cenário brasileiro (HASENBALG, 1979). Resumidamente, é nesse contexto que os diversos grupos sociais existentes se organizaram em torno de possibilidades e realidades diferentes, como a cor, a classe, o sexo e o gênero.

Com a abolição

[...] o racismo, a discriminação, e a segregação geográfica dos grupos raciais bloquearam os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social. (HASENBALG, 1979, p.233).

Mesmo após mais de 500 anos de história oficial, o país não conseguiu estabilizar as relações entre os diferentes grupos. Um dos campos em que ainda se pode perceber essa diferenciação e que é também um campo de atuação do profissional da informação, é na Educação, que, além de preservar as diferenças, também serve como mecanismo de dominação².

A educação formal é um direito obrigatório para as crianças brasileiras até o ciclo fundamental. Nesse ciclo acontecem o letramento e o ensino da escrita, porém o indivíduo necessita estar em constante processo de aprendizado, pois as mudanças são muitas ao longo da vida.

Para Arendt (2000) a educação hodierna é fruto do pensamento iluminista, baseada no preparo para a vida adulta e serve como um processo de passagem entre a novidade - nascimento - e o tornar-se adulto. Arendt vê nesse processo um fator preponderante para estabelecer a educação como ela é, ou seja, a educação como instrumento político, e a política como forma de educação.

É natural na visão de Arendt (2000) que a educação se dê ao jovem e que o adulto tenha uma posição ditatorial do acerto, sendo o mais novo a realização (ou a possibilidade de realização) dessa posição exercida pelo adulto. A educação é um processo, que deveria ser, de dentro para fora da escola. Começa pela criança, mas atinge seus pais e familiares para, por ventura, atingir a sociedade.

A educação é uma forma construtivista do saber. A apropriação do saber é individual e empírica, sendo assim não é possível o ensino de humanidades de

² Segundo Paulo Freire a opressão existe como instrumento da desigualdade social, para ele, a forma de manter o poder é dominando o mais fraco. Contudo, a liberdade não se encontra em poder do opressor, a liberdade depende apenas do oprimido (1987).

forma que o resultado seja o aprendizado unificado, portanto, com várias interpretações livres e muitas vezes errôneas. O indivíduo cria suas conjecturas a partir de seu conhecimento prévio de mundo, assim, as diferentes realidades designam diferentes visões e posições sociais.

É imprescindível entender que muito se aprende fora das relações pedagógicas escolares, como acrescenta Cerri: “muitos dos seus conceitos sobre o tempo, sobre identidade, sobre o passado, são aprendidos antes, fora e concomitantemente ao ensino formal” (2002, p.196). A educação vai além do ambiente escolar. Sendo assim, perde seu caráter formal uma vez que a prática de ensino se dá nos mais diversos ambientes, principalmente em casa, local onde não existe o rigor escolar, porém também não possui o preparo pedagógico, levando, por fim, a criança a perpetuar questões de senso comum em relação ao científico.

Faz parte do ensino a apresentação de algumas noções as quais o professor não pode controlar. Sendo assim, os alunos chegam à aula com conceitos, ideias, preconceitos e informações que tem “formação na experiência pessoal, no convívio com os mais velhos e seus conhecimentos, no contato diário com os meios de comunicação de massa” (CERRI, 2002, p.197).

Muitas vezes o profissional não é bem preparado para a discussão de temas que escapam do ensino formal. Quando se fala nas questões raciais dentro da sala de aula pode-se pensar que:

[...] Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15).

Contribuir para a compreensão e esclarecimento desses métodos não-formais de educação se torna útil, principalmente para identificar eventuais fatores que motivam ou minam os limites de aprendizado de cada aluno e condicionam a captação do saber, bem como aprimoram o processo educativo que se pretenda crítico, criativo e transformador (CERRI, 2002), onde o ensino do professor seria um

canal formal, e as relações com os outros, fora do ambiente escolar, um canal informal, mesmo não sendo um ambiente científico (TARGINO, 2000).

A escola tem como papel central a relação aluno-professor, sendo o ensino-aprendizagem o foco fundamental dessa relação. A biblioteca escolar é um aditivo nesse relacionamento, porém o personagem principal desse ambiente é o bibliotecário.

O bibliotecário é um profissional da informação, que tem como objetivo a mediação da informação de forma implícita ou explícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Percebe-se que no Brasil a biblioteca escolar não é um ambiente corriqueiro nas escolas, principalmente nas públicas e, quando há esse espaço, ele não é coordenado por um bibliotecário.

A biblioteca escolar é um ambiente de aprendizado e extensão desse processo extra-sala de aula. Na biblioteca escolar o aluno encontra várias vozes e suportes que o ajudam a construir seu aprendizado, ou seja, o aprendizado se dá através da diversidade (CASTRO FILHO; COPPOLA JUNIOR, 2012). Portanto, a mediação deve começar desde o ambiente escolar, para ajudar a diminuir as diferenças que o preconceito, o racismo e a discriminação podem criar.

Portanto, a tradução da biblioteca escolar é ser um espaço inicial da construção simbólica e identitária do indivíduo. Para Petit existe uma forte ligação entre as ações e o conhecimento, “Quando se é privado de palavras para pensar sobre si mesmo, só resta o corpo para falar: seja o corpo que grita com todos os seus sintomas, seja o enfrentamento violento de um corpo com outro” (2010, p.71).

O bibliotecário é responsável pela organização do acervo e do intercâmbio entre o próprio acervo e o público. O bibliotecário escolar precisa, ainda, ser uma pessoa de iniciativa em relação à leitura e ao aprendizado, pois já que está em contato com crianças se torna necessário antever suas carências e tais indivíduos não possuem grande habilidade em verbalizar suas necessidades.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 1987, p.77)

Petit (2010, p.72) aborda sobre o posicionamento social, pois não existe uma construção psíquica, ou reconstrução psíquica. “A leitura pode ser em todas as idades, justamente um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar um sentido à própria experiência, à própria vida; para dar voz a seu sofrimento, dar forma a seus desejos e sonhos”.

Referida brevemente a condição das relações raciais no Brasil e, também sucintamente, a forma como funciona o seu estudo nas escolas brasileiras, nos vemos diante de um problema, a sua representação nos livros didáticos:

A idéia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com aquilo que tem para a felicidade geral. O negro com a pimenta, o carnaval e o futebol; o imigrante com sua tenacidade; o índio com sua valentia. Negando o preconceito, guarda-se o fantasma no armário ao invés de lutar contra ele. O menino negro pobre, duplamente segregado, aprende que além da unidade nacional formamos uma unidade racial. A história que ele aprende não lhe diz respeito, é a de um Brasil construído na cabeça dos ideólogos e não na prática histórica, dentro da qual, afinal, ele vive (PINSKY, 2000, p.15).

Porém, não é apenas um problema de representação didática, além disso, tem os relacionamentos interpessoais, entre professores-alunos e alunos-alunos.

Ocorre também no ambiente escolar um enaltecimento da beleza física e das virtudes morais segundo padrões de uma suposta superioridade branca. Comentários depreciativos sobre a cultura, a estética e o comportamento de indivíduos pertencentes ao grupo étnico negro. Essa prática cotidiana valida um estado de subordinação social do negro, levando as crianças e jovens – negras e brancas – a compreenderem tal situação como natural. (CAVALLEIRO, 2002, p.[6]).

Essas situações são entendidas como corriqueiras do relacionamento humano, por serem vistas como natural, são tratadas sem zelo e dedicação. Porém, não é um problema apenas para o negro. O aluno branco sofre com um sentimento de “[...] cristalização [...] irreal de superioridade: étnica, cultural, estética, intelectual, profissional [...]” (CAVALLEIRO, 2002, p.[7]). Sempre perpetuando o racismo, preconceito e discriminação.

O pensamento de que as relações raciais no Brasil eram tratadas de forma tranquila e sem preconceitos foi propagada por estudiosos como Sérgio Buarque de

Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, de 1939, que afirmava que os portugueses não tinham problemas com a miscigenação e que eram, também um povo miscigenado, o que lhes fez perder o “orgulho da raça” (1995, p.53).

O pensamento de que a sociedade brasileira era um exemplo de convivência racial chegou ao seu extremo quando Arthur Ramos, médico e professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, incentivou a UNESCO a realizar estudos no Brasil. Tais estudos começaram após a Segunda Guerra Mundial, no momento em que Ramos acreditava que a sociedade brasileira lidava com a ideia de raças de forma harmoniosa, sendo assim, as práticas brasileiras, poderiam ser utilizadas em outros países e, ainda, imunizá-los de práticas como a do Terceiro Reich (SILVA; LARANJEIRA, 2007).

Durante a pesquisa da UNESCO percebeu-se que existiam diferenças entre brancos e negros. Além disso, outro ponto a se destacar é que não se tratava apenas de um problema de classes, mas também de raça, fator com forte influência.

Um dos principais problemas do mito da hegemonia racial está no fato de não permitir a ação do oprimido. Retomando a ideia de Freire em *Pedagogia do Oprimido*, o oprimido precisa perceber a opressão para que possa mudar essa situação e, dessa forma, agir para que essa opressão não mais aconteça. Munanga (2012) entende o racismo como uma ideologia, que é apropriada tanto pelo racista quanto por quem sofre com o racismo, se não houver esses dois polos, deixa de ser uma ideologia. O pensamento de Arthur Ramos, de certa forma, reafirmava o racismo, porém de forma velada.

Há negros que introduziram isso, que alienaram sua humanidade, que acham que são mesmo inferiores e o branco tem todo o direito de ocupar os postos de comando. Como também tem os brancos que introjetaram isso e acham mesmo que são superiores por natureza. Mas para você lutar contra essa ideia não bastam as leis, que são repressivas, só vão punir. Tem que educar também. A educação é um instrumento muito importante de mudança de mentalidade e o brasileiro foi educado para não assumir seus preconceitos. O Florestan Fernandes dizia que um dos problemas dos brasileiros é o “preconceito de ter preconceito de ter preconceito”. O brasileiro nunca vai aceitar que é preconceituoso. Foi educado para não aceitar isso. Como se diz, na casa de enforcado não se fala de corda. (MUNANGA, 2012).

Dada essa constatação nota-se que o ensino da realidade étnico-racial está muito distante da realidade vivenciada atualmente. Para atenuar os erros, que os anos de submissão trouxeram, o Governo Federal, baseado nas lutas sociais e enfrentando um viés conservador, estabeleceu uma ação com foco na educação básica.

Em 9 de janeiro de 2003, foi alterada a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, incluindo no currículo do ensino fundamental e médio da rede de ensino público e privado o ensino de história e cultura afro-brasileira – Lei n. 10.639; em 11 de março de 2008, a LDB foi alterada pela Lei n. 11.645/08, tornando também obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas (SANTOS et al., 2008, p.920).

Sendo assim, podemos dizer que ação afirmativa é, portanto, uma forma de tratar diferenciada e preferencialmente àqueles que foram historicamente marginalizados (SANTOS et al., 2008). Sob o ponto de vista jurídico,

[...] as ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos. (PIOVESAN, 2005, p.39).

A disciplina de História e Cultura afro-brasileira e indígena se tornou a efetivação da reflexão sobre a identidade de grupos e agentes históricos distintos. Além disso, permitiu que personagens sociais, outrora marginalizados, se firmassem como atores principais de sua história (NADAI, 2000).

Em outro viés, o governo nacional promulgou a lei número 12.244 que entrou em vigor no dia 24 de maio de 2010. A lei 12.244 universalizou a biblioteca escolar nas instituições de ensino do Brasil (BRASIL, 2010). Com essa atitude, percebeu-se uma maior preocupação com a forma como a informação é utilizada pela educação, saindo do espaço sala de aula e migrando para uma universalização da educação no ambiente escolar.

Pensar a mediação em um contexto geral é imprudente, se faz necessário essa diferenciação de conjunturas em que ocorrem a mediação da informação. Tratar o indivíduo em suas particularidades é uma forma de agregar valor ao ato.

Idades, histórias, proveniências são os fatores que diferenciam suas necessidades e assim, a ação do mediador.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009), em sua posição como uma contadora de histórias, chama a atenção para o problema da história única. Segundo ela o contato que as pessoas normalmente tem, é com histórias e fatos distantes da própria realidade. Não é diferente no Brasil, onde as histórias que permeiam o imaginário e o simbólico da população são de origem do mais poderoso.

Adichie (2009) conta que,

E quando comecei a escrever, por volta dos sete anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido [...], apesar do fato que eu morava na Nigéria. Eu nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve, nós comíamos mangas. E nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário.

De fato é muito comum ver nas escolas crianças desenhando bonecos de neve na época do natal, ou dando boas vindas ao outono com um mural cheio de folhas vermelhas, em um país onde dificilmente as temperaturas ficam abaixo dos 10° C. A força com que o poder impregna nas relações étnico-raciais é tão forte, que é comum um desenho de uma pessoa ser pintado com o lápis cor-de-pele,

Alguma coisa entre rosa e laranja, ou salmão, ou bege, ou creme, ou tudo isso ao mesmo tempo, que seria o tom perfeito para pintar bochechas, pernas e barriga, afinal, é a cor que representa a pele das pessoas. Mas, de quais pessoas? [...] Com o cor-de-pele, sugerimos às crianças, desde cedo, qual a cor certa para a pele das pessoas. Azar o delas se não forem rosadinhas. Pelo menos, assim, já começam desde a creche a entender o seu lugar. (PIRES, 2013, p.[1]).

Obviamente o lápis cor-de-pele não é o grande vilão, mas é instrumento de preservação da imagem e poder do branco perante as outras identidades étnico-raciais. Assim, se faz importante que desde a tenra idade exista um processo de mediação onde o indivíduo não se deixe enganar pela voz do mais poderoso.

Adichie (2009) relata que mesmo em ambientes mais esclarecidos o problema da história única se persevera. Mesmo quando ela faz uma palestra em uma Universidade estadunidense, ou seja, para uma palestra elucidada, sua história ainda é de violência e ignorância.

Recentemente, eu palestrei numa universidade onde um estudante me disse que era uma vergonha que homens nigerianos fossem agressores físicos como a personagem do pai no meu romance. Eu disse a ele que eu havia terminado de ler um romance chamado "Psicopata Americano" [...] e que era uma grande pena que jovens americanos fossem assassinos em série. [...] É óbvio que eu disse isso num leve ataque de irritação. [...] Nunca havia me ocorrido pensar que só porque eu havia lido um romance no qual uma personagem era um assassino em série, que isso era, de alguma forma, representativo de todos os americanos. E agora, isso não é porque eu sou uma pessoa melhor do que aquele estudante, mas, devido ao poder cultural e econômico da América, eu tinha muitas histórias sobre a América. Eu havia lido Tyler, Updike, Steinbeck e Gaitskill. Eu não tinha uma única história sobre a América. (ADICHIE, 2009).

Perceptivelmente o que Adichie chama de história única é discutido na ciência como metanarrativa, também entendido, como uma verdade absoluta, que corresponde a todos os sujeitos. Conceito que é proliferado através da ação do poder, porém que pode ser destituído com ações de informação e apropriação, feitas pela mediação da informação.

Percebe-se também nesse comentário de Adichie, que mesmo em campos mais específicos e com alto grau de estudo, como na Universidade, os preconceitos ainda estão arraigados e, portanto, se faz necessário a prática da mediação em espaços além da educação básica. Por ser um conceito e também uma prática, a mediação precisa ser utilizada em diferentes dispositivos.

Dessa maneira, entende-se dispositivo, como sendo, “[...] uma instância, um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios” (PIERUCCINI, 2007). Isto é, os dispositivos são além do espaço, o próprio instrumento, e o conhecimento ali disponível.

Desse modo, dispositivos de transmissão e comunicação, tais como as bibliotecas, que se utilizam de meios técnicos, linguagens e formas de interação intencionais, ao visarem à relação entre sujeitos e realidade, não são meros suportes de informação. Os dispositivos, enfim, não apenas expressam como também definem, por meio dos discursos implícitos em sua configuração, modos de relação entre os sujeitos e o universo simbólico (documentos, registros, informações, conhecimento) que guardam. (PIERUCCINI, 2007).

Contudo, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) conduz seus parâmetros de educação básica para o século XXI baseados na ideia de uma sociedade educativa, onde o sujeito precisa estar aberto às mobilidades da era da informação além de saber adquirir, recolher, selecionar, ordenar, gerir e utilizar as mesmas informações que todos os outros (MARTUCCI, 2000).

Dentro do panorama apresentado, nota-se uma lacuna de atenção dispensada aos negros que poderia ser efetivamente contemplada pela mediação da informação. Dessa forma, seria construída diante de uma aprendizagem plena e de caráter informal, como deve ser a mediação da informação.

Para tanto, o objeto de estudo proposto por esta dissertação é a mediação da informação para o sujeito negro, com a finalidade de entender como tais elementos podem exprimir um caráter auxiliador diante do trabalho de construção de identidade. De outro modo, pretendeu-se verificar como é possível aplicar os estudos de identidade racial na mediação e, assim, na CI.

O processo de busca de identidade é, muitas vezes, árduo e complicado. Para d'Adesky (2005) a negritude como identidade é um entendimento restrito a militâncias e a elite intelectual. Já a leitura e o conhecimento,

[...] permite clarificar os problemas da origem, iluminar o processo histórico em que se desenvolve a resistência afro [...] e transmitir um campo de forças e de experiências que envolve e enraíza os problemas de identidade e seus corolários políticos, econômicos, sociais e culturais (D'ADESKY, 2005, p.141).

A mediação da leitura em uma situação conforme a anteriormente abordada é muito delicada, já que o processo não deve ser confundido como uma militância inoportuna, ou propósitos pessoais de influência. Mas sim como fator preponderante para ensinar uma realidade que o indivíduo muitas vezes não percebe, pois não

quer se ver passando pelos mesmos problemas. Nesse sentido, pode-se pensar na submissão psicocultural (sentimento de inferioridade), criada por um grupo, conjuntamente com a submissão material (poder econômico e poder político), para criar privilégios exclusivos dentro dessa ordem racializada (MOORE, 2007).

Para Chartier (2002) a diferença entre a assimilação correta ou desastrosa da informação só é percebida por quem a apropria, e não de imediato. Portanto, a leitura e a assimilação da informação devem obedecer a uma série de práticas que estão além da abstração intelectual. A leitura e o entendimento são compostos também pela posição do corpo, a colocação no espaço e principalmente a afinidade com o outro, além do entendimento simbólico.

O mediador, portanto, é uma peça chave na educação e no compartilhamento do conhecimento. Esse processo é fundamental para que o indivíduo que não se percebe como tal, não produza uma leitura rasa. O mediador serve como um catalisador na leitura e na busca de identidade dos indivíduos, partindo de que a informação pode ser qualquer assunto contido em um dispositivo, portanto, essa informação é uma peça chave para geração de conhecimento e que informação é um aditivo na formação social do indivíduo (MCGARRY, 1999),

O conceito de Mediação por muito tempo teve sua interpretação vinculada aos diversos exercícios e práticas que fazem parte da Ciência da Informação. Mediação, assim sendo, não é apenas a relação entre dois termos equivalentes, mas sim a qualidade adicional agregada à relação que causa uma melhora significativa ao conhecimento (DAVALLON, 2007). A mediação não é apenas a ação de servir de intermediário, mas também é uma espécie de consenso, hegemonia, no acesso a informação (ALMEIDA, 2008).

Por fim, cabe a seguinte indagação, a fim de guiar os caminhos da pesquisa aqui proposta: qual é a relação, na Ciência da Informação, entre a mediação da informação e o negro brasileiro?

Tem-se como objetivo geral investigar o ponto de intersecção entre os estudos de mediação da informação e relações raciais na Ciência da Informação. Sendo assim, pretendeu-se discutir o problema de modo que não se reproduza o racismo nessas práticas. Como objetivos específicos,

- Pautar as diversas fases da Ciência com o intuito de relacionar as possibilidades interdisciplinares da mediação da informação;
- Dispor os diferentes discursos acerca das relações étnico-raciais na literatura das Ciências Humanas;
- Propor a relação dos estudos de mediação da informação com os estudos étnico-raciais como parte do escopo da Ciência da Informação.

Dessa forma, almejou-se responder as lacunas deixadas pela CI nos estudos raciais. A pertinência deste estudo está, antes de tudo, relacionada à interdisciplinaridade da Ciência da Informação, uma vez que os resultados da pesquisa aqui proposta serão pertinentes aos mais diferentes públicos, e podem assim, serem aplicados em bibliotecas escolares, bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas e universitárias, e até mesmo em professores, educadores e outros profissionais de diversas áreas.

Fica explícito durante o objeto apresentado que, a mediação da informação, sendo uma ação que agrega informação é um objeto que muitas vezes se relaciona com espaço do profissional da informação ou então com o espaço do profissional da área de Biblioteconomia. Porém, o foco aqui proposto está na mediação plena e em suas relações de poder, objeto tratado pela Teoria Crítica da Informação, e que deixa de lado apenas as práticas e processos. Foca-se, então, na informação em si com valor em si mesma e não no profissional.

Por acreditar que a melhor maneira de se libertar de qualquer tipo de amarra é a informação adquirida através dos múltiplos meios, parte-se então para a ideia de que trabalhar o negro, a mediação e o acesso à informação, se torna oportuno para entender como funcionam as relações em um ambiente de exclusão sócio-histórica.

Outro fator relevante é o enfoque dado à situação do negro na Ciência da Informação, aspecto pouco abordado na área, porém de possibilidades ilimitadas. É necessário perceber como uma parcela da sociedade, que muitas vezes sofre com problemas de exclusão, racismo e preconceito, e, que precisa e pode ser observada em relação às questões pertinentes da CI como objeto de estudo e análise.

A ciência como um todo precisa focar-se nas preocupações dessa parcela social. Porém, se torna também necessário perceber que estudos sobre negros não podem tê-los apenas como objetos empíricos e que é necessário dar voz a essa população pouco investigada. Para Aquino (2010) não é imprescindível apenas tornar o negro objeto de estudo, mas sim permitir que esses estudos sejam uma vazão para essa população.

Torna-se indispensável o estudo do negro, em decorrência do histórico em que vários anos de omissão em relação aos seus direitos e liberdades, além de salientar essa lacuna no aspecto sócio histórico através da ciência. O fazer científico é capaz de elucidar e reorganizar conceitos e valores, mudando assim, também, a ordem social, o empoderamento³ e a capacidade de reflexão sobre as relações sociais, educativas, econômicas, políticas entre outras (SILVA, 2010).

Torna-se importante ainda para a Ciência da Informação, pelo seu caráter interdisciplinar, receber trabalhos que busquem relações com outras áreas, e assim engrandecê-la. Ao receber pesquisas que unam diferentes áreas do conhecimento, a dissertação aqui proposta complementa o papel de ciência pós-moderna e traz a fundamentação necessária para entender-se os processos de mudança que se vive na era da informação, além de contribuir para a Ciência da Informação.

Como características de diversas ciências foram abordadas, o produto final da dissertação de mestrado terá como pretensão servir de ferramenta de mudança pragmática em meio acadêmico, onde a teoria e a prática do estudo sirvam de material enriquecedor para propostas que possam surgir.

Para que se torne viável a produção da dissertação proposta foi feita uma argumentação descritiva exploratória de natureza qualitativa, apresentando como universo a bibliografia da Ciência da Informação, Ciências Sociais, entre outras que foram pertinentes para responder as questões acima levantadas. Abordou-se tanto o panorama historiográfico sobre as relações raciais no Brasil quanto o panorama da mediação na literatura da Ciência da Informação, a fim de entender o ambiente em que o negro vive, aprende e produz conhecimento, e como a questão ideológica é fundamental na criação de um *status quo*.

³ Para Gohn (2004, p. 23) empoderamento é um “[...] processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)”.

O estudo teórico é “[...] um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.116). A teoria é a consolidação dos estudos empíricos, a compilação de fatos produz um conceito, sendo assim, os estudos teóricos são uma forma de produzir ciência através de observação dos acontecimentos.

A teoria é uma forma de pensar sobre o que já foi escrito a respeito de certos assuntos. Na ciência é uma forma de compilar pensamentos que discorrem sobre esses assuntos. “A teoria serve para resumir sinteticamente o que já foi produzido sobre o objeto de estudo, através das inter-relações entre afirmações comprovadas.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.118).

Como forma de complementar a teoria foi realizado um estudo de produção científica de teses e dissertações. A pesquisa sobre a produção científica em programas de pós-graduação da área de CI aconteceu nas bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTD) das instituições que possuem curso *strictu sensu* em CI, que no caso brasileiro são 11 universidades. Para tanto, foram considerados apenas os trabalhos disponíveis na íntegra nas BDTD.

Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Negro, Afro descendente, Afro brasileiro, Raça, Racismo, Preconceito, Discriminação. Além dos descritores da área: Ciência da Informação e mediação da informação.

A análise teve o foco nos trabalhos produzidos entre 2010 e 2012. Não existe nenhuma intenção na escolha do triênio, a decisão se deu por ser um triênio estabelecido na ANCIB, além de refletir o levantamento anterior, apresentado na introdução sobre a produção no ENANCIB, fica compatível com o ano de início da pesquisa.

O tema proposto é uma união de diversas possibilidades científicas, a Mediação da Informação é um assunto mais estudado pela Ciência da Informação e pela Biblioteconomia, com alguns aspectos na Arquivologia (mediação pós-custodial) e Museologia (mediação cultural). Além de ser influenciada pela Mediação das Ciências Sociais, Educação e Filosofia.

Portanto, para se concretizar a pesquisa, foram explicados os primórdios das Ciências Sociais através do Positivismo, para depois abordar a ciência na pós-modernidade, subsidiando a formação da Ciência da Informação. A partir da explicação da Ciência da Informação, relacionar a mediação da Informação com as

práticas possíveis dentro dessa área, como: mediação cultural, mediação pedagógica, mediação de leitura, mediação pós-custodial; todas percebidas dentro da CI.

Após discorrer sobre as possibilidades da mediação, relacionou-se com as dificuldades sociais no Brasil, e perceber que a Mediação é um aspecto de países que percebem as diferenças sociais, servindo como um agente de diminuição das diferenças. Com isso relacionar com as dificuldades que os negros enfrentam na sociedade brasileira. Para, a partir daí, discutir a construção teórica de estudos culturais e como eles estão relacionados a mediação da informação. E posteriormente analisar os trabalhos de CI que discutem relações étnico-raciais e CI.

2 PÓS-MODERNIDADE

Não convém nesse momento realizar uma complexa discussão da formação e estruturação do conhecimento, informação e do pensamento científico, ao contrário, situar todos na atualidade e pinçar características de sua formação que se faça entender como e por que se apresentam da forma que se conhece. Para melhor elucidar as características da formação da CI e mediação da informação, esse capítulo tratará dos conceitos de conhecimento e informação, ambos amplamente abordados dentro do escopo da área. Depois o cenário em que a CI se desenvolve, que é a Pós-modernidade, assim contribuindo para entender suas relações.

Na história da humanidade sempre houve a necessidade de se encontrar respostas para as dúvidas existentes. A primeira forma de se traduzir o real foi através da Filosofia. A abstração foi fundamental para o entendimento da realidade em que esses homens viviam. O primeiro povo a ordenar esse pensamento e criar consensos e explicações para sua existência e formação de pensamento foram os gregos (CHAUÍ, 2010).

O legado da filosofia grega é ter deixado a ideia de conhecimento verdadeiro, que esse é encontrado nas leis e os princípios universais, que são demonstrados por meio de provas ou argumentos racionais. A racionalidade só é possível, segundo os gregos, por que o próprio pensamento opera obedecendo a princípios, leis, regras e normas universais, fazendo assim uma diferenciação do verdadeiro e do falso (CHAUÍ, 2010).

A forma de produção de conhecimento dos gregos possibilitou a estruturação do pensamento científico ocidental. A abstração da Filosofia grega influenciou a formação do conhecimento que analisa do pensamento (causa, lei) ao efeito (também chamado de *a priori*), e do pensamento *a posteriori* que analisa do efeito a causa, ou seja, parte da experimentação.

A preocupação com o conhecimento é um fator dentro da filosofia grega, Aristóteles, por exemplo, apresentava sete formas ou graus do conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição. A medida que Platão entendia como um abandono de um grau inferior para um superior. Aristóteles não percebia uma finalização entre esses graus, o conhecimento aos poucos era formado e enriquecido por acumulação de

informações, vindas de todos os graus, sendo assim uma continuidade dos conhecimentos. “[...] Assim, as informações trazidas pelas sensações se organizam e permitem a percepção. As percepções se organizam e permitem a imaginação. Juntas, percepção e imaginação conduzem à memória, à linguagem e ao raciocínio.” (CHAUÍ, 2010, p.161).

Contudo é necessário se atentar que o significado de informação para os gregos não é o mesmo que o utilizado hoje. O termo é derivado do latim, portanto só foi amplamente utilizado após a ascensão do Império romano. Segundo Capurro e Hjørland (2007) o *Thesaurus Linguae Latinae* (1900) dá referências sobre o uso das palavras *informatio* e *informo* desde o poeta Virgílio, o mesmo viveu de 70 a 19 a.C. O uso da palavra está associado ao prefixo *in*, surgem então dois usos do prefixo o da tangibilidade (corpóreo e incorpóreo), também pode receber o sentido da negação, contudo no caso do latim recebe o sentido de reforçar a ideia de dar forma. Os autores citam Virgílio e sua utilização da palavra *informatum* algo como “dar a forma de”. Outros usos anteriores estão ligados ao sentido biológico, como em Varro, filósofo romano, que diz que o feto está sendo informado pela cabeça e a coluna vertebral.

Na Idade Média o uso já recebe outras significações, algumas originárias no uso latino, como o da tangibilidade, porém incorporado a sentidos religiosos (CAPURRO; HJORLAND, 2007). O cristianismo tem sua concepção na tradição judaica, onde homem e Deus são separados, por causa da insubordinação humana, e desobediência, causando o pecado original. A maldição do pecado separou a inteligência divina e a perda da harmonia com a natureza. Durante toda a Idade Média a relação da fé e da filosofia foi fundamental para o cristianismo. Por intermédio da Filosofia as perguntas eram respondidas, e a fé era o caminho para Deus (CHAUÍ, 2010).

Na Idade Média tem-se a formação das primeiras universidades e, portanto, a institucionalização da Ciência. Esses novos espaços voltados para a pesquisa e consolidação do pensamento, serviram como instrumento de preservação do conhecimento grego e da divulgação de novos preceitos (GOMES, 2001).

No entanto a teoria filosófica do conhecimento só surge na modernidade, devido a influência do cristianismo na Filosofia. Os cristãos romperam com a filosofia grega quando esta associava a harmonia entre o intelecto e a verdade. Os gregos

entendiam que o ser humano é “[...] participante de todas as formas de realidade: por nosso corpo, participamos da natureza; por nossa alma, participamos da inteligência divina.” (CHAUÍ, 2010, p. 162).

A Filosofia durante a Idade Moderna passa a recusar o poder de autoridades e instituições, sejam elas a Igreja, as escolas, ou até o próprio livro, no caso a Bíblia. Uma das primeiras cisões é da fé com a razão, “[...] considerando cada uma delas voltada para conhecimentos diferentes e sem que uma deva subordinar-se à outra.” (CHAUÍ, 2010, p.164).

O problema do conhecimento torna-se, portanto, crucial e a filosofia precisa começar pelo exame da capacidade humana de conhecer, pelo entendimento, o estudo da própria razão humana ou de nosso intelecto ou entendimento. Com isso, o ponto de partida dos modernos é o *sujeito do conhecimento*. (CHAUÍ, 2010, p.164).

Muito influenciado por instituições medievais como Universidade e Igreja, e métodos de pensamento crítico como a escolástica, o conceito de informação sofreu um impacto grande na chegada do pensamento racional e empírico na Idade Moderna.

A “doutrina de idéias”, desenvolvida inicialmente por Descartes, foi central para a nascente filosofia moderna, tanto racionalista quanto empirista. Abandonando a percepção direta dos escolásticos – a comunhão imediata de Intelecto e Natureza – Descartes interpôs as idéias entre ambos. Uma idéia era algo presente para a mente, uma imagem, cópia ou representação, com uma relação problemática com as coisas reais do mundo. Para os empiristas (como Locke) a corrente de idéias era a matéria bruta a partir da qual o conhecimento genuíno poderia ser construído; para os racionalistas (como Descartes), era um véu de ilusão a ser rompido pela lógica e razão. (PETERS, 1988 apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.159).

Na Idade Moderna a Ciência já havia se organizado de forma a ter trabalhos que estruturaram o método científico. Descartes determinou um limite para a subjetividade, e propôs o método científico, onde a separação do conteúdo ajudava a entendê-lo como um todo. Outro importante cientista moderno foi Galileu, que propôs a necessidade empírica na pesquisa, pois dessa forma se chegaria a resultados exatos e precisos (ARAÚJO, 2006).

A informação foi prontamente acomodada na filosofia empirista (embora desempenhasse uma função menos importante que outras palavras tais como *impressão* ou *idéia*) porque parecia descrever os mecanismos da sensação: os objetos no mundo in-formam os sentidos. Mas, a sensação é inteiramente diferente da forma – uma é sensorial, a outra intelectual; uma é subjetiva, a outra objetiva. [...] a problemática empirista era como a mente era informada pelas sensações do mundo. A princípio, informado significou moldado por; posteriormente, veio a significar relatos recebidos de. Como seu local de ação mudou do cosmos para a consciência, o sentido do termo mudou de unicidade (forma em Aristóteles) para unidade (de sensação). Informação veio a referir-se cada vez menos à organização interna ou formação, já que o empirismo não aceitava formas intelectuais pré-existentes além da própria sensação. Em vez disso, a informação veio a referir-se à essência fragmentária, flutuante, casual do sentido. A informação, de acordo com a visão global moderna mais geral, mudou de um cosmos ordenado divinamente para um sistema governado pelo movimento de corpúsculos. Sob a tutela do empirismo, a informação gradualmente moveu-se da estrutura para a essência, da forma para a substância, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.159).

Nesse sentido, o pensamento empirista entende que o conhecimento filosófico e científico deve abandonar a percepção como dados sensíveis, como diz Chauí: “[...] passar do ver ao pensamento de ver, do perceber ao pensamento de perceber.” (2010, p.177).

Esses aspectos desenvolveram a necessidade da diferenciação entre Filosofia e ciência. Uma apoiada na abstração e outra apoiada no fato. Essa ruptura, chamada de Revolução Científica, determinou uma diminuição do pensamento filosófico na Ciência e ofereceu possibilidades e inovações, como o objeto empírico (BURKE, 2003). O objeto empírico passou a ser orientado por um conhecimento sistemático, objetivo e passível de avaliação.

A ciência, porém necessitava de divisões, pois os seus objetos deixam de ser parecidos, e com isso surgiram lacunas nas práticas e no modo de entendimento do contexto em que o objeto de pesquisa está inserido. Formando assim três grandes ramos da ciência: exatas, biológicas e humanas.

As ciências exatas são qualquer campo da ciência capaz de testar hipóteses através de expressões quantitativas. As ciências biológicas são as ciências responsáveis pelo estudo dos seres vivos, desde suas moléculas até suas relações

ambientais. Já as ciências humanas tratam dos aspectos do ser humano como indivíduo e como ser social.

Contudo, as metodologias utilizadas pelas ciências biológicas e exatas servem também de subsídio para os estudos nas ciências humanas e sociais, porém não respondem de maneira eficiente suas demandas. Sendo assim, as diferenças possuídas pelas ciências biológicas e exatas estão na elucidação dos fatos, uma vez que as ciências sociais e humanas têm como princípio a explicação teórica de uma realidade que é estruturada a partir da apreensão de eventos (SANTOS, 2010).

O Positivismo surgiu, portanto com a proposta de levar as diferenças entre os diferentes fazeres científicos para um ponto de neutralidade. Nasceu nesse contexto a pretensão de analisar fatos sociais a partir de métodos da Ciência Exata e Biológica.

As Ciências Sociais apareceram em um cenário onde os métodos estavam sendo empregados em diferentes contextos. Essa utilização do método limitava o entendimento das pesquisas. O objeto das Ciências Sociais não responde aos métodos como respondia os objetos das Ciências Exatas e Biológicas.

No século XX, desgarrando-se de todo o imaginário envolto na ideia de moderno, surgiu, então, o conceito de pós-modernidade. A modernidade percebida como um movimento positivista, etnocêntrico e racionalista, baseado em progresso linear, padronizando conhecimento e produção (HARVEY, 2008). A pós-modernidade então se deu diante de uma característica heterogênea, fragmentada e desconfiante do discurso cultural. A pós-modernidade é um momento social onde se elimina as metanarrativas, as realidades individuais são respeitadas e a história universal deixa de existir (HARVEY, 2008).

A pós-modernidade é um movimento que atinge desde as áreas artísticas e culturais, até política e econômica. Porém, é mais perceptível nas Ciências Humanas e parte das Biológicas do que nas Exatas. Esse movimento é uma busca por afirmação individual, de certa forma um aspecto explicativo da condição social do indivíduo do século XX.

O nome do primeiro capítulo do livro *Contra o método* de Feyerabend (1977) reflete tais mudanças paradigmáticas, tendo esse primeiro capítulo o nome: *Isso é demonstrado seja pelo exame de episódios históricos, seja pela análise da relação entre idéia e ação. O único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale* (grifo

nosso). Segundo Feyerabend (1977) não existe argumentação quando se trata de racionalidade. Por muitas vezes na história a mudança veio de forma comportamental e não argumentativa, as mudanças não acontecem por meio de um contra-argumento, elas acontecem por uma evolução do pensamento.

Para isso torna-se a Popper a fim de pensar o “problema”. Segundo ele a investigação começa com um problema: primeiramente tem-se o problema, depois surge sua resolução. Já para Feyerabend (1977) não é certo que o problema seja tão perceptível e que o pesquisador ao deparar-se com ele o resolva. Na ciência respondem-se a filiações, essas filiações são importantes para definir visões e aspectos de abordagem.

É certo que o problema jamais se apresenta exatamente sob este aspecto. O ensino e a defesa dos padrões jamais consistem apenas em colocá-los diante do espírito do estudioso, buscando torná-los tão claros quanto possível. Admite-se que os padrões encerrem também a máxima eficácia causal. Isso torna extremamente difícil distinguir entre força lógica e efeito material de um argumento. Assim como um animal bem adestrado obedecerá ao dono, por maior que seja a perplexidade em que se encontre e por maior que seja a necessidade de adotar novos padrões de comportamento; assim também o racionalista convicto se curvará à imagem mental de seu mestre, manter-se-á fiel aos padrões de argumentação que lhe foram transmitidos e aceitará esses padrões por maior que seja a perplexidade em que se encontre mostrando-se incapaz e compreender que a ‘voz da razão’ a que dá ouvidos é apenas o efeito causal tardio do treinamento que recebeu. (FEYERABEND, 1977, p.39).

Portanto, é inevitável pensar que a pós-modernidade é uma consequência do avanço social, técnico e científico. Torna-se um truísmo tentar relacioná-la à evolução do método, pois de fato a superação dos métodos e formas de se fazer ciência foram o que originaram as mudanças pós-modernas.

Pensar a pós-modernidade é, ao mesmo tempo, pensar em aspecto de formação de conceitos que estão de acordo com as necessidades e práticas da contemporaneidade. Sua transformação social, onde as diversas histórias existentes não são mais uma coletividade, transforma a ciência de forma radical, principalmente porque o indivíduo pós-moderno não assume apenas uma identidade, ele se torna fragmentado, possuindo assim diversos papéis e histórias

distintas (HALL, 2006). Essa multiplicidade de funções sociais gera um aspecto conveniente para ciências: a mobilidade de possibilidades e fragmentação do objeto.

Refletir a palavra modernidade, sem o prefixo (pós-), segundo Latour (2009), é elucubrar sobre passagem de tempo e possibilidades de mudanças. A Idade Moderna assim o é por ter se desvencilhado do Antigo Regime, porém Latour questiona: os anos que se seguiram não criaram situações tão bárbaras quanto? O pós-moderno quais sucessões são essas? Para ele essa preocupação com o hibridismo não faz com que o período seja moderno, portanto, muito menos pós-moderno.

A modernidade só aconteceria com a junção de dois aspectos:

[...] o primeiro, por exemplo, conectaria em uma cadeia continua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas; o segundo estabeleceria uma partição entre um mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade. (LATOURE, 2009, p.16).

Outro teórico que não concorda com a ideia de pós-modernidade é Giddens (1991), para ele existe uma confusão semântica entre pós-modernismo, sociedade pós-industrial e outros conceitos. Giddens satisfaz-se com a explicação de Daniel Bell⁴ sobre a sociedade pós-industrial, porém não concorda com os outros dois termos. Para ele, pós-modernismo é um aspecto da reflexão estética, que é utilizado “para se referir a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura” (GIDDENS, 1991, p.52).

Contudo, surge um problema ao buscar o conceito de pós-modernismo pertencente às artes. O termo encontra um que de perturbação, assim como, a agitação gerada pela pós-modernidade, além de toda a questão teleológica.

⁴ Daniel Bell (1977) em seu livro *O advento da Sociedade pós-industrial* concebe que a humanidade passou por três fases: pré-industrial, industrial e pós-industrial. A primeira baseada na agricultura, estruturada de forma que o poder pertencia ao dono da terra. A segunda baseada na produção industrial, sendo o poder instituído aos capitalistas. A terceira é baseada nos serviços e o poder está concentrado na informação.

O que aparece num nível como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança de sensibilidade para a qual o termo "pós-moderno" é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação são discutíveis, mas transformação ela é. Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente. (HUYSSSEN, 1992, p.73).

Importante destacar que apesar de Huyssen ser um pesquisador da área de literatura, sua definição de pós-modernismo é baseada em Habermas e na teoria crítica da Escola de Frankfurt. Além disso, é fundamental perceber e resgatar que Huyssen (1992) apreende a mudança paradigmática em diversos aspectos, entre eles: cultural, social e econômico. Isto é, a mudança do pós-modernismo não é apenas uma mudança econômica ou social, é uma mudança na produção intelectual dessa sociedade, sua cultura é atingida, modificada e de certa forma reflexiva em relação a tais mudanças.

Entretanto, é exatamente nesse ponto que Giddens (1991) defende que não existe pós-modernidade. Segundo ele, pós-modernidade já significou “[...] a substituição do capitalismo pelo socialismo” (1991, p.52). Assim como foi o fim do Antigo Regime, o fim do Capitalismo seria uma etapa ultrapassada e sua superação seria o período após o Moderno.

Harvey (2008) questiona qual é o papel do pós-modernismo, de forma a estar intrinsecamente ligado a pós-modernidade. Primeiro: se pós-modernismo é um estilo, no qual o precursor é o dadaísmo, ou se é conceito periodizador? Outro ponto a se atentar é se o pós-modernismo é revolucionário e, assim, permite a oposição as metanarrativas, dando possibilidades a outros discursos que outrora estavam silenciados: mulheres, gays, negros, entre outros.

Segundo Giddens (1991) a pós-modernidade não é o fim da modernidade, mas sim a modernidade vindo a entender a si mesma. Para ele o desaparecimento da teleologia histórica e o desaparecimento da posição privilegiada do Ocidente são

pontos importantes para se estabelecer a pós-modernidade como forma filosófica de mundo.

Pode-se afirmar, portanto, que pós-modernismo e pós-modernidade podem ser utilizados como complementares, sendo que o primeiro seria para o âmbito cultural, e o segundo para o momento histórico (QUADRADO, 2006). Essa relação entre cultura e momento histórico é um bom complemento para se perceber a pós-modernidade, pois reduzindo a cultura como produto do trabalho intelectual, pode-se trabalhar com a tabela de Hassan, crítico literário que a criou para comparar as diferenças entre modernismo e pós-modernismo.

Tabela 1 – Diferenças entre modernismo e pós-modernismo.

MODERNISMO	PÓS-MODERNISMO
Forma	Antiforma
Projeto	Acaso
Hierarquia	Anarquia
Logos	Silêncio
Síntese	Antítese
Semântica	Retórica
Seleção	Combinação
Profundidade	Superfície
Sintoma	Desejo
Fálico	Andrógino
Metafísica	Ironia
Tipo	Mutante
Paranoia	Esquizofrenia

Fonte: Hassan (1985 *apud* HARVEY, 2008, p.48).

A forma como Hassan coloca as palavras nesta tabela é simplista, segundo Harvey (2008, p.49) chega até a ser caricatural, todavia, “é difícil haver uma arena da atual prática intelectual em que não pode-se identificar uma delas em ação”. Esse tipo de tabela é chamada de parataxe, segundo Coelho Neto (1990 p.103-104) parataxe é:

[...] um processo que consiste em dispor, lado a lado, blocos de significação sem que fique explícita a relação que os une. Não se trata apenas de não *dar*, de não explicitar, essa relação: ela freqüentemente não é conhecida, como ponto de partida, por quem está nesse processo de análise e construção. Existe a intuição de que a presença de certo bloco é compatível com a presença de outro, por mais aparentemente diversos que possam ser em suas naturezas e autonomias. [...] É como se entre o conjunto dos blocos e a significação final mediasse um vazio, um buraco negro, a ser preenchido pela ação de justaposição, de tal modo que se essa ação não for exercida não haverá aquela significação.

Afinal, o principal problema de um estudo do tempo presente é não saber os limites do objeto. Sendo, etimologicamente, modernidade: “do latim modo [...], que refere aquilo que é de agora, do instante, recente ou circunstancial” (BARRENTO, 2001, p.14), além do prefixo que também advém do latim e exprime a noção de momento posterior. Ou seja, o pós-moderno é um conceito teleológico apesar de tratar alguns assuntos como finalizados, como por exemplo, o fim da história. A pós-modernidade reflete sobre os caminhos tomados pela sociedade contemporânea, uma vez que tudo apenas é consequência de atitudes anteriores.

Para Coelho Neto o entendimento do conceito *moderno* é oco, pois é fácil para utilização e dificultoso na explicação do termo. “A maioria das pessoas sabe reconhecer alguma coisa como moderna, embora seja incapaz de descrever ou definir em que consiste essa modernidade” (1990, p.9).

Ainda segundo Coelho Neto é difícil definir as características que envolvem todas essas nomenclaturas. Diante deste quadro, designações tradicionais como cultura popular, de massa, pós-industrial, unidimensional, moderna e pós-moderna, globalizante e, mesmo, de direita e de esquerda perdem boa parte da operacionalidade que um dia tiveram.

No âmbito da CI, pode-se afirmar que de fato ela é uma ciência pós-moderna, pois ela não se assemelha as clássicas. Wersig (1993) afirma que a ciência pós-moderna não procura um entendimento finalizado do funcionamento das coisas, mas investiga resolver ou lidar com dificuldades que ocorrem por causa de complexidades e contradições. Por isso o campo é considerado caótico e isto implica em estruturar essa realidade, entre outras coisas (ALVES et al., 2007, p.51).

Essa característica da CI, como uma ciência pós-moderna é vista como símbolo desse aspecto por Coelho Neto (1990), o funcionamento da ciência também

pode ser feito por contra-indução, ou seja, pode-se valer de contra-argumentos para validação das ideias. Além do que,

[...] A exigência de que novas hipóteses sejam compatíveis com as teorias já admitidas não é racional por que protege a teoria antiga e não a teoria melhor, Hipóteses que contradigam teorias já confirmadas nos fornecem indicações que de outro modo não podemos obter. A proliferação de teorias é benéfica à ciência, enquanto a uniformidade enfraquece seu poder crítico. A uniformidade põe em perigo, ainda, o desenvolvimento do indivíduo. (COELHO NETO, 1990, p. 107-108).

Coelho Neto tem sua concepção de pós-modernidade baseada na concepção de Feyerabend, e a questão é que Feyerabend (1977) defende uma ciência livre da regra, da hierarquia e da centralidade. Primeiramente o autor utiliza o termo anarquismo, definição de Kropotkin, que pode ser ilustrada essa relação da ciência e o pensamento anarquista com uma pequena fala do pensador russo:

Cada descoberta, cada progresso, cada aumento da riqueza da humanidade, tem sua origem no conjunto do trabalho manual e cerebral, [ocorrido no] passado e presente. Então que direito assiste a alguém para apropriar-se a menor partícula desse imenso todo e dizer: Isto é meu e não vosso? (KROPOTKIN, 2006, p. 5).

Posteriormente Feyerabend defende como sendo dadaísta, pois deveria não seguir um método, assim, ao se buscar o significado de Dadaísmo, e fazer a relação de Feyerabend do termo da arte, com a ideia central do que é ciência, cria-se uma definição de ciência muito próxima da ciência moderna, em oposição a ciência clássica. Para o historiador da arte, o italiano Giulio Carlo Argan, o movimento Dada é uma contestação não só dos valores de conhecer, interpretar a realidade e assim criar sua participação, ou seja, contesta o próprio significado da arte. “[...] esta [arte] deixa de ser um modo de produzir valor, repudia qualquer lógica [...]. Já não é uma operação técnica e linguística; ela pode se valer de qualquer instrumento, retirar seus materiais seja de onde for” (ARGAN, 2006, p.353).

Coelho Neto considera a obra de Feyerabend um arrombo do ideal da pós-modernidade no fazer científico, não é a criação da prática pós-moderna, ou epistemologicamente falando, mas sim da consideração dos aspectos pós-modernos na discussão científica.

[...] Os grandes traços da pós-modernidade estão aí colocados: o anarquismo, o tudo vale, o inclusivismo, a proliferação, a aceitação do antigo e da historiografia; o reconhecimento da ideologia como traço dominante da humanidade e não como traço a ser superado inelutavelmente pela ciência, como acreditava a modernidade [...]. (COELHO NETO, 1990, p.108).

Por fim, vale retornar a um ciclo que começa com Latour (2009) explanando sobre a não existência da pós-modernidade; Giddens (1991) comparando o falso entendimento de pós-modernidade com pós-modernismo; Huysen (1992) discorrendo o pós-modernismo com aspectos que interferem na vida social, cultural, econômica, e também, com definições muito próximas de Harvey; sendo esse, um defensor da pós-modernidade, e terminando em Feyerabend (1977) e Coelho Neto (1990) que pensam a ciência com características artísticas e político-sociais, não só pela semelhança na produção, mas pela forma que precisa ser defendida, ou seja, ser assumida como um aspecto social, movente e aberto. Nesse contexto, passam a existir diversas novas formas de se pensar a ciência e conseqüentemente, objetos distintos.

Como aspecto determinante da CI, foi possível delimitar o espaço vital de seu funcionamento. Portanto a colocação de Wersig acerca da pós-modernidade é propício para fundamentar a teoria existente sobre CI. Logo se faz necessário discutir a CI e a mediação da informação na próxima seção.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Biblioteconomia é uma atividade milenar, que remonta as civilizações da Mesopotâmia. A origem das primeiras bibliotecas, e, portanto, da Biblioteconomia como técnica de organização, está diretamente relacionada ao surgimento da escrita (ORTEGA, 2004). O processo de consolidação da estrutura da biblioteca como uma instituição vital para a cultura, política e economia, acontece por volta de 280 a. C. (SANTOS, 2009), aproximadamente nesse período é criada a biblioteca de Alexandria, uma das bibliotecas mais importantes na Antiguidade, que “[...] é uma biblioteca de Estado, [...] cuja finalidade não é a difusão filantrópica e educativa do saber na sociedade, e sim a acumulação de todos os escritos da Terra.” (BARATIN; JACOB, 2000, p.45).

Durante a Idade Média as bibliotecas passaram a ser ambientes fechados e de difícil acesso, característica relacionada ao fato de a Igreja ser responsável pela educação e a biblioteca ser encarada como instrumento do saber (MORIGI; SOUTO, 2005). Tem-se que levar em consideração o pensamento medieval de que o conhecimento não é para todos e o papel sagrado do conhecimento em relação à religião, já que tê-lo significa maior proximidade com Deus.

A abertura das bibliotecas, e, dessa forma, o livre acesso ao conhecimento registrado nos livros acontece apenas na Idade Moderna. Com a diminuição da força clerical, a descentralização do poder com o surgimento dos Estados Nação, a biblioteca permite a abertura de seus limites para o público (BURKE, 2003). Nesse período, devido à diferenciação do saber clerical e do saber universal, o conhecimento passou a ser permitido para toda população.

Não que os responsáveis pelas bibliotecas na Antiguidade não tivessem seu valor, mas o primeiro bibliotecário considerado pela literatura da área é o francês Gabriel Naudé. “Em 1627 Gabriel Naudé submete ao [...] Parlamento de Paris um audacioso projeto intitulado *Advis pour dresser une bibliothèque* [Conselhos para organizar uma biblioteca].” (TÁLAMO; SMIT, 2007, p.31). A importância do trabalho de Naudé está exatamente em ser o pioneiro com a preocupação política e cultural da utilização da biblioteca.

Na contemporaneidade dois pensadores distintos são responsáveis pela formação da Biblioteconomia, são eles: o estadunidense Melvil Dewey e o belga

Paul Otlet. Dewey tinha uma preocupação muito grande com a organização das bibliotecas, inclusive esse fato o faz criar um sistema de classificação (TÁLAMO; SMIT, 2007). Entretanto, o episódio de maior importância para a fundamentação da Biblioteconomia é a proposição da criação da American Library Association (ALA).

Contemporâneo de Dewey, Paul Otlet, conjuntamente com Henri La Fontaine, cria a disciplina Documentação, elaboram o Repositório Bibliográfico Internacional (RBU) e a Classificação Decimal Universal, baseada no sistema decimal criado por Dewey. A importância do pensamento de Otlet está na significação do conteúdo e não em seu suporte. Diferentemente da Biblioteconomia que apenas contemplava o livro, a Documentação reconhecia diferentes suportes, além de que Otlet tinha pensamentos hodiernos por assim dizer.

Este novo paradigma informacional deslocou o foco de autores e coleções para o conteúdo dos documentos, para a informação em si, desde a produção do conhecimento científico até sua representação [re-significação], organização e distribuição [...]. Neste sentido, o usuário começa a se deslocar da periferia para o centro do processo de comunicação da informação, e a informação começa a se constituir como campo de atividade científica. (FREIRE, 2006, p.10).

Bradford (1961) afirma que a Documentação é uma arte de necessidade prática onde sua principal função é evitar o desperdício de esforços para o progresso da atividade intelectual.

Contudo, bibliotecários e documentalistas estavam mais propensos a se separar do que juntar forças. Na segunda edição inglesa (1953) do livro *Documentação* de S. C. Bradford, os professores Jesse Shera e Margaret Egan fazem uma análise do estado das duas práticas na primeira metade do século XX. Importante notar que naquela época Documentação e Biblioteconomia, segundo eles, eram práticas que se distanciavam, pois os bibliotecários não permitem em sua prática os fazeres do documentalista, e os documentalistas não aprenderam com os erros dos bibliotecários (SHERA; EGAN, 1961). Contudo, essa junção viria mais adiante com a formação epistemológica e prática da Ciência da Informação (CI).

A Ciência da Informação surge no contexto do pós-guerra, mais precisamente por volta de 1958. O termo cunhado pelo químico Farradane para o mestrado da *City University* em Londres não foi de imediato reconhecido como uma

nova Ciência. Para muitos a Ciência da Informação era uma extensão de disciplinas como: Cibernética, Psicologia, Ciências Cognitivas e Linguística. Contudo Farradane responde que o termo vai além, Ciência da Informação tem a ver com “a natureza do pensamento e sua expressão e comunicação [...] determinando e adaptando as comunicações às necessidades ou à maneira de pensar das pessoas” (1980 *apud* ROBREDO, 2003, p.60).

O aparecimento da CI é um processo de ruptura com os paradigmas da Ciência moderna. A prática interdisciplinar presente na CI é uma forma de aliar diferentes fazeres científicos com a tecnologia. A CI é apresentada como “conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2000, p.2). A CI serviu como base para a corrida científica entre os países que queriam demonstrar seu poder na Guerra Fria. Para González de Gómez (2000), esse cenário é fundamental para perceber o viés industrial e a mercantilização da informação que iniciou um processo de índice econômico apenas pela posse da informação.

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 187):

[...] Nenhuma ciência deveria ser identificada através de suas ferramentas (por exemplo, tecnologias modernas). Supõe-se que todos os campos utilizem as mais adequadas ferramentas disponíveis. Uma ciência deveria ser identificada pelo seu objeto de estudo. Como tal, o estudo da informação é o melhor. Precisamos, contudo, identificar a função específica da CI em relação à geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, de forma distinta das atividades nas quais outros profissionais são mais qualificados. Do nosso ponto de vista, os profissionais da informação, de padrões sociológicos na produção de conhecimento, de tipos de documentos e assim por diante. Eles também deveriam ter um conhecimento mais amplo de filosofia da ciência (por exemplo, paradigmas e epistemologia) e dos princípios do uso da linguagem para finalidades especiais. Acreditamos que o foco dos profissionais da informação (distintos dos outros grupos de profissionais a que estão servindo) implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação. Os cientistas da informação – pela própria natureza de seu campo – devem trabalhar de modo de cima para baixo, ou seja, do campo geral do conhecimento e suas fontes de informação para o específico, enquanto os especialistas do domínio devem trabalhar de baixo para cima, do específico para o geral.

A pós-modernidade produz, então, um aspecto diferenciado na produção e consumo da informação. Além do fato da informação ser um produto, ela também se torna um fenômeno. O problema segundo Morin e Wulf (2003) está no fato da fragmentação e da compartimentação em seu uso, pois inibe a contextualização dos saberes.

Esses primeiros estudos do pós-guerra (Taylor em 1966, Rees e Saracevic em 1967 e Borko em 1968) trazem a mesma ideia sobre o que é Ciência da Informação:

[...] é uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. Nesse sentido, entendem a CI como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação – processos normalmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção. O conceito de informação que sobressai de tais definições é a ideia de informação como uma “coisa”, um ente da realidade dotado de objetividade (ARAÚJO, 2009, p.200).

Ao passar do tempo a Ciência da Informação teve mudanças gerais em sua formação. Áreas e subáreas foram criadas e campos de estudo orientados por teorias e perspectivas diferentes acabaram indicando conceitos específicos e particulares de informação, que em alguns casos se tornam até mesmo discordantes (ARAÚJO, 2009).

Capurro e Hjørland (2007) listam alguns tipos de teoria da informação em CI, entre eles: a informação cognitiva, que baseia sua construção “[...] entendendo a informação como um estado de conhecimento comunicado e transformado na forma de uma estrutura.” (p. 188) comumente relacionado a “Equação fundamental da Ciência da Informação”; a informação como coisa de Buckland, que prevê o uso da palavra informação como sinônimo de coisas, processos e conhecimento. A formulação de Buckland “[...] reintroduz o conceito de documento (informação como coisa) e, [...] indica a natureza subjetiva da informação. [...] do mesmo modo que qualquer coisa pode ser simbólica, qualquer coisa pode ser informativa/informação.” (p. 192)

Contudo, essas diferenças permitiram a melhor “compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e

ao comportamento humano frente à informação” (SARACEVIC, 1996, p.60). Pois é da natureza existencial da Ciência da Informação a interdisciplinaridade.

Para Araújo, umas das teorias que fundamentam a Ciência da Informação é a Teoria Crítica da Informação baseada em um estudo histórico-filosófico que também agrega outras disciplinas das Ciências Humanas (2009). A Teoria Crítica tem seu foco voltado aos conflitos, à desigualdade, ao embate de interesses em torno da questão da informação e, para tanto, “buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade” (ARAÚJO, 2009, p.196).

A informação, segundo a Teoria Crítica, não é abordada pela eficácia de seu transporte, de suas funções para o equilíbrio social ou dos procedimentos funcionais ou então de seu processamento no âmbito dos sistemas.

A informação é entendida, pela teoria crítica, como recurso fundamental para a condição humana no mundo e, como tal, a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais. Como recurso, a informação é apropriada por alguns, que garantem para si o acesso. Aos demais, sobra a realidade da exclusão (ARAÚJO, 2009, p.197).

Sendo assim, o objeto pretendido está diretamente relacionado à Teoria Crítica da Informação, onde ao focar-se nas relações sociais anseia, portanto, abranger a forma como o uso da informação se dá através desses atores bem como a informação serve de combustível na mobilidade social.

[...] temáticas estudadas no âmbito dessa teoria envolvem a questão da democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, [...] estudos que denunciam a dimensão ideológica dos equipamentos culturais [...] reproduzindo lógicas sociais de dominação e aprofundando diferenças cognitivas e de sensibilidade, são conduzidas por pesquisadores que aliam o estudo da informação a uma sociologia crítica da cultura (ARAÚJO, 2009, p.197).

A estreita relação da Ciência da Informação com as Ciências Sociais sempre esteve presente em sua história. Seu início buscou, a princípio, a fuga da realidade cartesiana, a busca pelo paradigma pós-moderno, onde as relações entre sujeito e objeto não precisam ser de uma mesma área do conhecimento (ARAÚJO, 2003).

Dentro desse contexto, tem-se o surgimento de um conceito e, também, de uma prática, conhecida como Mediação da informação, diferente de outras Mediações (pedagógica, social, filosófica, entre outras) que tem como objeto a relação de acesso do utilizador da informação com a própria informação.

3.1 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação é um conceito que, apesar de muito trabalhado na Ciência da Informação, ainda não exibe uma discussão mais aprofundada, deixando-a assim com dificuldades em demonstrar seus limites e tornando-a cheia de paradoxos (ALMEIDA, 2008). Em pesquisa anteriormente realizada com pesquisadores da Ciência da Informação, que debruçam seus trabalhos em torno da mediação da informação foi constatado que a mediação é um conceito da CI que precisa se consolidar, para que um dia possa se tornar uma discussão paradigmática (LOPES, 2013).

A Mediação da Informação estudada nesse âmbito tem como preocupação a forma como uma pessoa tem acesso à informação, ou seja, a intervenção no momento da aquisição, da recepção e da apropriação da informação. A Mediação da informação neste conceito comunicacional de interação entre indivíduos e percepção simbólica, gera outro entendimento acerca desse termo, que torna a Mediação uma prática.

Há, no entanto, na CI, pensamentos distintos, porém focalizados em um mesmo ponto: a transmissão do conhecimento que gera uma mudança drástica no papel do profissional da informação. Para Silva (2010): Paul Otlet e Ranganathan inauguram a visão de que a biblioteca não é apenas um local de guarda de materiais físicos do conhecimento e que o profissional ali atuante necessita se conectar com a comunidade e disseminar os seus conteúdos.

Ainda segundo Silva (2010), um dos primeiros a perceber a Mediação como papel do profissional é Ortega y Gasset, porém, a visão do filósofo espanhol não é a de mediador como disseminador, mas de censor. Ortega y Gasset percebia o bibliotecário como um policial do livro: “O livro aparecia-lhe como fonte de conflito e implicava, conseqüentemente, uma mudança de postura, uma aposta mediadora radical, de afrontamento do problema e de acção.” (SILVA, 2010, p.20).

Esses pensamentos, mesmo que distintos, são caracterizados pelo seu período. Falar que os três pensadores são produtos de seu tempo é truísmo, pois são contemporâneos, viveram a sociedade pós-industrial e se aproximavam da ideia de sociedade em rede e, portanto, não padeciam da rigorosidade, percebiam as mudanças na função do bibliotecário e sabiam que o suporte físico não era o limite de seu labor.

Hodiernamente sabe-se que a principal função do bibliotecário é servir de processador e filtro, uma função perigosa, pois é necessário que seja consciente e coerente com as necessidades do usuário (VALENTIM, 2000). Não servir de policial como queria Ortega y Gasset, mas sim de intermédio entre o conhecimento e o usuário.

O conceito de Mediação tem sua interpretação vinculada aos diversos exercícios e práticas que fazem parte da Biblioteconomia, uma vez que, por muito tempo, foi vinculada ao Serviço de Referência (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). No entanto, percebe-se que a CI tem-se ocupado do assunto, encarregando-se da discussão conceitual do termo.

Assim como a Ciência da Informação tem dificuldade em se conceituar, devido a diferentes visões e escopos permitidos, a Mediação no âmbito da Ciência da Informação também é problemática quanto a sua definição conceitual. A interdisciplinaridade da área permite o trânsito entre as fronteiras epistemológicas, fazendo que o conceito de Mediação flane por diversos métodos.

Para Almeida (2008), a falta de discussão dos pesquisadores da área acaba por transformar o conceito em algo amorfo e pouco caracterizado. Para ele não é necessário que se discuta a ponto de definir o conceito Mediação, mas é necessário que se estabeleça determinantes próprias para que Mediação não se torne uma confusão semântica. “Como em muitos casos os textos sobre o tema – ou que, de alguma maneira, o abordam – consideram seu conceito intuitivamente assimilado, apreendido e compreendido.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.91).

A heterogeneidade é característica da pós-modernidade e, segundo Harvey (2008, p.97), é um desligamento do pensamento moderno, muito próximo do positivismo. É nesse cenário que a fragmentação, a indeterminação e a “[...] intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes [...]” que se percebe que a Mediação está inserida nas discussões da CI.

A ideia utópica de que o termo possa ser praticado pelos pesquisadores de forma semelhante não é real. Davallon (2007) entende que as diferentes formas de se trabalhar o termo é para se abarcar todas as possibilidades interdisciplinares. As relações da mediação na Ciência da Informação compreendem: Linguística, Ciências Sociais, História, Semiótica, Pedagogia, Artes entre outras.

Para pensar como utilizar a mediação como um processo real de estudo (ALMEIDA, 2008) tem-se que exercitar a realidade e as suas redes de relações, com o fazer científico. Para Capra (1996) as inter-relações são a propulsão do mundo, nenhuma parte é fundamental, todas são eventos oriundos dessas relações. Portanto, a Mediação se apoiar em diferentes teorias e conceitos pode ser resultado de uma consolidação estrutural da área.

Capra (1996) argumenta que a ciência não está mais baseada no método cartesiano, sendo assim, o observador é fundamental no entendimento do todo, uma vez que antes se entendia o acontecimento como um processo independente. A Mediação, então, é cheia de diferentes visões, pois epistemologicamente ela não é analisada sobre o mesmo critério. Diferentes posições epistemológicas produzem diferentes manifestações científicas.

A Mediação da informação é um conceito que possui muitas associações com outras práticas, e portanto, algumas diferenças conceituais e de definições assim com dificuldades de demonstrar seus limites e paradoxos (ALMEIDA, 2008). Esse problema de conceituação acontece concomitantemente à busca da CI em se definir. Em diferentes regiões do mundo a CI é caracterizada de uma forma, portanto é natural que conceitos distintos também sejam criados conforme o interesse da área (SILVA, 2010).

No Brasil a CI é fundamentada nas produções estadunidenses, produções essas que são voltadas para a concepção tecnológica e organizacional da CI. Assim, pensar o processo de conceituação da Mediação no Brasil está intrinsecamente relacionado a transpor o aspecto de organização e representação, e partir para as características sociais da CI.

Vale retomar a fala de um participante da pesquisa de Lopes (2013, p.43-44), quando questionado sobre o porquê de a mediação não fazer parte da lista de assuntos da *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), ou

seja, não ser uma temática presente nas discussões anglo-saxãs⁵, porém ser parte do escopo nacional:

Participante E: Não considero que mediação seja muito abordada em cenário nacional. Mas no que se refere as motivações, creio que a literatura internacional não trata de mediação, pois muitos problemas sociais foram resolvidos nos países desenvolvidos. Não é uma deficiência da literatura estrangeira, é que existem temas mais relacionados ao contexto social e econômico que não dispomos aqui. Em outras palavras, não se estuda mediação com nossa ênfase porque o discurso militante da mediação da informação não faz sentido quando as questões materiais (mais bibliotecas, escolas, promoção da leitura etc.) básicas já foram resolvidas. Esse discurso não ecoará em um contexto em que esta disputa pela distribuição do poder econômico e social via renda já foi superada. Tratamos de mediação da informação na América Latina como uma ação social porque não existem atividades sociais e educacionais eficazes, por isso um comportamento militante pró-mediação faz sentido aqui, mas não é pertinente em outro contexto.

Essa fala, retirada de um contexto mais amplo, ilustra uma percepção dos estudos de mediação no âmbito científico nacional, não é pelo fato de ser influenciada pelos mecanismos da ciência. Ela, na pós-modernidade, é um reflexo sociocultural. Discutir as necessidades sociais é prioridade para uma aproximação do fazer científico com a realidade social.

Para perceber que não se trata de um problema apenas local, pode-se comparar com a situação tratada por Petit:

⁵ A ARIST é uma publicação da *Association for Information Science & Technology* (ASIS&T). Essa publicação serve como referência para tendências nas pesquisas na área da Ciência da Informação.

Na França, em um estudo recente, um em cada quatro jovens adota condutas de risco e apresenta distúrbios de comportamento. [...] E a violência, assim como crescimento dos fundamentalismos religiosos e da extrema-direita (que na França são motivos de grande preocupação), são atribuíveis não somente à exclusão econômica, mas também à fragilidade do sentimento de identidade. O ódio pelo outro, que se encontra no centro desses desvios, tem a ver com o ódio de si mesmo. E os mais desprovidos de referências culturais são mais propensos a se deixar seduzir por aqueles que oferecem próteses para identidade. Para não ficarem reduzidos a se pensar e a se definir em termos unicamente negativos, como excluídos, como desempregados, como habitantes de um bairro estigmatizado etc., podem ficar tentados a se lançar sobre imagens, palavras, que recomponham magicamente os pedaços. E vão reverter sua exclusão, considerando-se inteiramente um francês de raça pura, ou um islamita, ou o adepto de alguma seita, ou membro de um determinado território etc. [...] [Formas muito conhecidas de chamar], essas “febres de identidade”, como reação à exclusão e à marginalização.

[...] Ao ouvirmos os jovens que conhecemos e que evitamos, em sua maioria, essas armadilhas, percebemos que a leitura e a biblioteca podem contribuir na elaboração de uma representação mais complexa, mais rica, de si mesmos, que protege um pouco de se lançarem neste tipo de ilusão, de ficarem paralisados diante de uma imagem. (PETIT, 2010, p.72-73).

A partir desses exemplos, tanto do participante da pesquisa quanto do exemplo da Petit, é possível perceber a dificuldade de entender a mediação por seu viés social e não técnico. Muitas vezes o conceito de Mediação está aproximado ao setor de referência, no entanto, não é apenas ali seu espaço de atuação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Mediação não precisa ser institucionalizada como um serviço.

Davallon (2007) afirma que a conceituação de Mediação encontra-se diversas vezes definida em textos da Ciência da Informação e da Comunicação. Tornar um conceito em algo científico é um trabalho que necessita estudo e embasamento teórico, mas, mais do que isso, de um corpus teórico, sendo que a dificuldade está na Mediação ser mais prática que teórica. Por isso, muitas vezes o termo estar ligado ao setor de referência, ou seja, um serviço, pois a utilidade prática e a forma de execução, sua ação, não fazem com que o pesquisador a pense cientificamente, e se volte para o caráter tecnocrático e tecnológico da CI.

Encontram-se também definições científicas de Mediação da informação como um processo a partir do qual os atores, “[...] situados em campos histórico-culturais de conflito e contradição, negociam, disputam e confrontam sentidos

simbólicos destinados à leitura, apreensão e nomeação do real.” (MARTINS, 2010, p.209). Sendo assim, não muito distante do conceito do senso comum, mas em que se percebe a situação dos sujeitos, não sendo apenas uma troca, mas sim uma interferência consciente das situações de ambos.

A relação entre mediação e informação tem caráter dialético, portanto, é necessária a consideração de diversos aspectos, entre eles: o aspecto histórico, já que os sujeitos e suas técnicas estão inseridos em determinadas circunstâncias sócio temporais, em uma interação de produção de sentidos; um aspecto totalizante, porque inclui um movimento sucessivo e encadeado a outros, de modo a compor-se em um todo, não sendo possível analisá-los separadamente; e, uma tensionalidade, que, imanente à sociedade, assinala as relações e práticas sociais, além da produção de sentido subjacente às realidades de cada indivíduo (CARDOSO, 1994).

A Mediação e a Filosofia são correlatas, o tratamento simbólico que se utiliza na Mediação é formulado nas práticas filosóficas. A cultura é um produto das relações antropológicas dos sujeitos, suas relações comunicacionais e midiáticas são objetos da Antropologia, porém o entendimento que os sujeitos tiram dessa relação é simbólica, uma vez que o sujeito precisa conhecer os métodos simbólicos utilizados para se comunicar. Para Davallon (2007) a tradução simbólica é chamada de Mediação, não pelo entendimento do símbolo, mas pelo fato de estar embasada na vivência pessoal e na realidade. O simbólico é um fator cultural totalizante, porém a consciência é um desvio que não se recompõe na ordem simbólica.

Nesse sentido, Almeida (2012) entende que a Mediação é uma atividade de característica semiótica. Pois, a Mediação é um “[...] processo que leva em conta a interação de sujeitos com o objetivo de aproximar universos simbólicos para permitir que a informação circule entre os interagentes.”

Se a comunicação é um processo de significação, logo

[...] não poderá existir comunicação sem signos. Como o processo de comunicação requer a circulação de signos (verbais e não verbais) podemos entendê-lo, obviamente, como um processo semiótico, e por sua vez, traducional na medida em que procura aproximar realidades distantes. (ALMEIDA, 2012).

Silva (2010) apresenta a língua como a primeira Mediação. Segundo ele é a forma que os indivíduos constroem o real percebido. É a criação do significado que

apresenta a primeira forma de Mediação. Todavia, tem-se a Mediação pelo signo linguístico, a palavra obviamente é o que move qualquer tipo de Mediação, mas existe a preocupação com a oralidade como uma maneira de Mediação.

Bortolin e Almeida Júnior (2011) chamam o mediador oral de “[...] leitor-narrador, que é, [...] o indivíduo que medeia o encontro do leitor com diferentes textos (de origem escrita ou oral), utilizando o seu suporte vocal para ler ou narrar.” Dessa maneira, o mediador oral tem uma ligação muito próxima com a literatura ou a contação de história.

Em trabalho apresentado para o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Crippa (2012) aborda o papel da literatura e cinema para a Mediação de questões relacionadas a CI. Ela não discute o livro ou filme como mediador, mas sim, a própria narrativa como agente da mediação. A autora afirma que as representações analisadas por ela são capazes de estabelecer a operação simbólica, para que o leitor entenda o funcionamento de aspectos da CI, como a leitura, a biblioteca, entre outros.

Para este texto entende-se que, a Mediação acontece em diferentes âmbitos, entre eles: “[...] do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação, das mídias, dos meios, dos equipamentos informacionais, etc.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.99), não se restringindo a determinados espaços. Porém, a necessidade de utilização da Mediação, como instrumento de análise de processos distintos, faz com que ela receba diferentes concepções.

Mediação é um termo amplo e a sua utilização prática o limita, pois todas as formas de Mediação⁶ listadas por Davallon (2007) podem ser entendidas como pontos de uma disciplina.

Araújo (2012) a entende como o ponto de intersecção das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Para ele as instituições de interesse de cada área exercem a mesma função, dessa forma esse conceito é o elo entre essas disciplinas, servindo como escopo da CI.

⁶ Mediação pedagógica, mediação cultural, mediação midiática, mediação tecnológica, entre outros.

O entendimento integralizado de Araújo é muito próximo do pensamento de Silva, que propõe a Mediação pós-custodial. A respeito dessa mediação ele argumenta:

O paradigma custodial e patrimonialista desenvolveu-se, sobretudo, a partir de uma formação localizada e centrada no locus profissional (Arquivos, Bibliotecas e Museus), com suas tarefas e exigências práticas que se sobrepunham a eventuais preocupações teóricas e reflexivas. (SILVA, 2010, p.11).

Para ele a produção humana intelectual é grande e, por isso, é necessário se preocupar com a forma geradora da informação, essa produção se manifesta virtualmente, e os profissionais da informação precisam estar atentos ao trabalho em rede, pois a internet,

[...] está a revolucionar e a instaurar o reordenamento possível para os serviços de informação e para os comportamentos de mediadores - arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores de informação, designers de conteúdos multimídia, etc. - e de utilizadores, em especial, os info-incluídos e os *born* digital ou nativos da internet. (SILVA, 2010, p.23).

A *world wide web*, ou rede, se transformou em um espaço democrático e de fácil acesso. Tornando-se um novo espaço de cultura patrimonial. Não que os arquivos, museus e bibliotecas tenham perdido seu espaço na cultura contemporânea, mas os mesmos perderam sua característica de instrumentos do Estado. E a rede permitiu a coexistência em suportes distintos, assim, “[...] a informação sobressai como a ‘substância’ a ‘destacar’ e, a seguir, porquanto continuará sendo reproduzida e posta, sem limites, a ‘circular’ e isto é, obviamente, o oposto de [...] guardar, de fechar, de esconder.” (SILVA, 2010, p.13).

Portanto, a Mediação pode ser um processo que ajuda o indivíduo no momento de acessar a informação institucional. Não se deve pensar instituição apenas como um processo burocrático do Estado, mas também como espaço social, estrutura organizada por regras e por convenções. “Que implica um conjunto de operações e decisões que demandam, além da capacidade técnica dos mediadores, sensibilidade cultural e certo grau de habilidades criativas.” (CRIPPA; ALMEIDA, 2011, p.193). Estes espaços são fundamentais no processo de armazenamento e

disseminação da informação baseada no viés da Documentação. Onde o pensamento institucional não era limitador,

[...] seu objetivo não era juntar uma coleção, guardar um estoque numa determinada instituição [arquivo, biblioteca ou museu], mas sim promover um serviço transversal, cooperativo entre as diferentes instituições (e entre os diferentes tipos de instituições, também). (ARAÚJO, 2012).

Essa visão dinâmica entre instituições se aproxima do posicionamento de Almeida Júnior (2006, p.262) para a função do profissional, que é:

Mediação da informação é toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Para finalizar, vale dizer que nessa conceituação tem-se a possibilidade de diferentes áreas de atuação e uma dinâmica que não se prende a instituições e nem fazeres, mas sim, na preocupação com o resultado final, ou seja, com a apropriação. Quando se fala em apropriação da informação o mediador precisa estar atento a dois aspectos: identidade e realidade. Ambos os conceitos são fundamentais para entender o processo comunicacional que é a mediação, além disso, ambos são construções sociais, aumentando mais ainda a relação entre a CI e as Ciências Sociais. Como também um dos eixos centrais é a questão étnico-racial, é fundamental discutir o conceito de identidade.

4 IDENTIDADE

Ficaria muito difícil discutir a mediação da informação como um campo de prática e discussão de relações étnico-raciais em CI, se não discutir o conceito de identidade. Conceito abrangente que percorre diversos caminhos e sendo um deles a raça como identidade.

Uma das primeiras definições de identidade é atribuída a Aristóteles. O sentido de identidade proposto por ele, se relaciona à essência do indivíduo, ou, coisa.

Foi adotado por Hegel, que definiu a essência como "[identidade] consigo mesma" e, conseqüentemente, [identidade] como coincidência ou unidade da essência consigo mesma. Tal conceito de [identidade] é, pois, análogo e correspondente à interpretação do ser predicativo como inerência [...] e da essência como essência necessária. (ABBAGNANO, 2007, p.528)

Outra definição importante foi a criada Leibniz, que trouxe a ideia de igualdade a discussão. Apesar de Leibniz também ser um bibliotecário, o conceito estava muito mais próximo da filosofia e matemática.

Idênticas são as coisas que se podem substituir uma à outra *salva veritate*. Se A estiver contido numa proposição verdadeira e se, pondo-se B no lugar de A, a proposição resultante continuar sendo verdadeira, e se o mesmo acontecer em qualquer outra proposição, diz-se que A e B são idênticos; reciprocamente, se A e B são idênticos, a substituição a que nos referimos pode acontecer. (LEIBNIZ, 1695 *apud* ABBAGNANO, 2007, p.529).

Percebe-se que há pensamento aristotélico em Leibniz, porém ainda é um pensamento distante da identidade como um efeito social, afinal é anacrônico relacionar Leibniz e sociologia.

Segundo Hall durante o Iluminismo a concepção de pessoa humana consistia na ideia de um indivíduo: "[...] centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]" (2006, p.10), sendo o núcleo uma manifestação que surgia no nascimento e ia se desenvolvendo ao longo da vida, porém mantendo a essência original. Hall percebe nesse conceito uma individualidade descompassada ao pensamento social.

A noção de sujeito sociológico traz a concepção de que esse núcleo não é autônomo e auto-suficiente, sua formação acontece nas relações que o indivíduo estabelece durante sua vivência. Para Hall (2006), são os interacionistas simbólicos que elaboram esse pensamento da identidade “interativa”, a concepção sociológica clássica advém desse contexto, e a identidade seria a interação entre o eu e a sociedade, o núcleo ou “eu real” como nomeia Hall, é “[...] modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2006, p.11).

Quando se fala em identidade a primeira ideia que surge é a de quem se é. Para tanto, existe um processo simples de exclusão, de pertencimento a uma coisa e não a outra. A questão da identidade está intrinsecamente ligada à diferenciação, pois para se entender como um tipo específico de indivíduo é necessário a negação de várias possibilidades. “Assim como identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2000, p.75).

Contudo, quando se fala em identidade e diferença tem-se que saber que ambos tratam-se de “criação linguística” (SILVA, 2000, p.76). Portanto, são questões fabricadas no contexto das relações culturais e sociais e não dizem respeito a questão natural do mundo.

A identidade na questão sociológica preenche uma lacuna entre “o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p.12). É um processo de criação simbólica entre o sujeito e o espaço, sendo o seu conhecimento linguístico e sociocultural determinante para o entendimento de sua posição. Pode-se perceber a semelhança do conceito de identidade com o entendimento de Davallon sobre como funciona a mediação, apoiada no fator do terceiro simbolizante.

[...] a mediação constrói-se em torno de um ponto de fuga – chamado exterioridade, neutro, negativo, conforme os casos – que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele. É, no fundo, o que designa, sob diversas modalidades, a figura do terceiro que Louis Quéré descreve enquanto terceiro simbolizante. (2007, p.14).

Essas criações simbólicas são complexas, pois o valor do significado é incerto. Representações e símbolos são entendidos se estiverem dentro de um

contexto. O funcionamento linguístico é muito semelhante ao que se entende por identidade nos estudos culturais ou sociais (SILVA, 2000).

Portanto para entender tanto o conceito de mediação quanto o de identidade é necessário recuperar o entendimento sobre o conceito de legitimação de Berger e Luckmann (2010). Para esses autores, a construção do real está baseada em três pontos: institucionalização, legitimação e interiorização da realidade; sendo os dois primeiros questões objetivas e o último parte da realidade subjetiva.

A relação do homem com o espaço geográfico não é tão fundamental, quanto a relação de outros animais com seus ambientes. A relação fisiológica do indivíduo com seu meio não são determinantes para a definição de sua formação como ser humano, ou seja, um ser humano vai ser o mesmo desde as savanas africanas até as geleiras da Antártida.

[...] A humanização é variável em sentido sociocultural. Em outras palavras, não existe natureza humana no sentido de um substrato biologicamente fixo, que determine a variabilidade das formações socioculturais. Há somente a natureza humana, no sentido de constantes antropológicas [...] que delimita e permite as formações socioculturais do homem. Mas a forma específica em que esta humanização se molda é determinada por essas formações socioculturais, sendo relativa às suas numerosas variações [...]. (BERGER; LUCKMANN, 2010, 70).

Portanto existe uma natureza humana, aquela biológica, impulsiva, porém existe uma característica que se molda as práticas sociais. A identidade segundo Hall é uma fator de colocação do sujeito em seu espaço social:

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidade [...], ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura [...] o sujeito a estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (2006, p.11-12).

Entretanto, essa faculdade de diferenciação está relacionada a relações de poder. Essa disputa não é estritamente ao poder, mas também está pautada na busca da tradução do desejo de “[...] garantir acesso privilegiado aos bens sociais.”

(SILVA, 2000, p.81). Essa relação do poder relacionada à diferenciação é uma forma central de produção de identidade.

São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”). (SILVA, 2000, p.81-82).

A identidade está intrinsecamente relacionada ao fato de se portar perante a própria noção de quem se é e, para isso, se faz a escolha de limitar quem não é. Para Silva (2000) esse é o momento de relação de poder onde se faz a diferenciação “nós” e “eles”, em que não há mais a categoria gramatical apenas, mas sim a de indicador de “posição-de-sujeito”. Esse é um processo de classificação, e a identidade e diferenciação é a forma utilizada pela sociedade para arranjo.

O processo de assumir identidade é definido por fatores históricos, não biológicos. Por isso é comum assumir diferentes identidades em diferentes momentos, essas identidades não são formadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006).

Hall (2006) apresenta um fato recente da história estadunidense para demonstrar como funciona a questão do entendimento identitário. Em 1991, o presidente Bush, querendo aumentar a quantidade de juízes conservadores na Suprema Corte, encaminhou o nome de Clarence Thomas, juiz de visões políticas conservadoras e negro. Hall entende que a jogada de Bush faria com que eleitores brancos que poderiam ter preconceito racial se identificassem com seu posicionamento conservador (também em igualdade de direitos), e os eleitores negros (liberais em igualdades de direitos) elegeriam-no por ser negro. No meio do processo eleitoral, Thomas foi acusado de assédio sexual, por uma ex-colega de trabalho, Anita Hill, uma mulher negra. Nesse momento Hall identifica os posicionamentos gerados pela questão de identidade: Homens negros o apoiavam por questão de raça, outros eram contra por uma questão sexual. Mulheres negras ficavam divididas, e se manifestavam conforme a identidade que prevalecia: identidade de gênero ou de raça. Hall lista mais uma série de possibilidades de identidade criadas apenas nesse evento, porém o mais importante do caso é

perceber que a identidade é contraditória, “as contradições atuavam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto ‘dentro’ da cabeça de cada indivíduo” (2006, p.20).

Nesse caso pode-se perceber que a construção do *eu* social é um embate com o *eu* biológico, não por que são coisas distintas, mas por que respondem a ordens diferentes, uma subjetiva e a outra objetiva.

A relatividade empírica dessas configurações, sua imensa variedade e exuberante inventividade indicam que são produtos das formações socioculturais próprias do homem e não de uma natureza humana biologicamente fixa.

[...]

O caráter do eu como produto social não se limita à configuração particular que o indivíduo identifica como sendo ele mesmo [...], mas com o equipamento psicológico amplo que serve de complemento a essa particular configuração [...]. (BERGER; LUCKMANN, 2010, p.71-72).

Pensar em controle social, a partir da identidade, é também pensar em hábito e acima de tudo, institucionalização. Berger e Luckmann (2010), citam o exemplo do homem solitário em uma ilha, qualquer ação que ele fizer, vai gerar um hábito. A criação do hábito não é algo planejado, porém limita as opções, ganhando assim tempo de trabalho intelectual. A importância do hábito está no fato de que ele é um passo da institucionalização.

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. [...] As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. [...] Por exemplo, a instituição da lei postula que as cabeças serão decepadas de maneiras específicas em circunstâncias específicas, e que tipos determinados de indivíduos terão de fazer a decapitação [...]. (BERGER; LUCKMANN, 2010, p. 77)

Importante atentar que independentemente da institucionalização existe um sentido histórico para aquilo, não existe institucionalização sem historicidade. Arelado a isso, pode-se afirmar que a instituição, simplesmente pela sua existência, controla a conduta humana, devido ao fato de possibilitar apenas uma forma de conduta perante as diversas existentes.

[...] este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de sanções especificamente estabelecidos para apoiar uma instituição ou independentes desses mecanismos. Tais mecanismos (cuja soma constitui o que geralmente se chama sistema de controle social) existem evidentemente em muitas instituições e em todas as aglomerações de instituições que chamamos sociedades. [...] Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social. Novos mecanismos de controle só são exigidos se os processos de institucionalização não forem completamente bem-sucedidos. (BERGER; LUCKMANN, 2010, p. 78-79).

Dentro desse processo da institucionalização pode-se observar a existência de processos quando se pensa em identidade, um deles é a fixação. Um dos exemplos mais corriqueiros de fixação é o da identidade nacional, que funcionam baseadas no conceito de Benedict Anderson de “comunidades imaginadas”. Como biologicamente todo ser humano é igual, é necessário construir simbolicamente um elo entre esses sujeitos. “[...] é necessário criar laços imaginários que permitem ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum.” (SILVA, 2000, p.85).

A língua, hino, bandeira, brasões servem como elementos de apelo sentimental e afetivo, que criam estabilidade e fixação e são assim chamados de essencialismo cultural. As identidades vindas da ideia do essencialismo são baseadas na caracterização do sujeito sem possibilidades de mudanças.

Sua existência, sua homogeneidade interna, sua especificidade cultural seriam um fato, aceito como tal e pouco suscetível de evolução. Assim, os negros, os índios ou as demais minorias, são considerados como as peças imóveis do mosaico social. (SEMPRINI, 1999, p.90-91).

A percepção da identidade como essência é um problema, pois legitima e justifica, sem alteração do sujeito ou sociedade. Os essencialistas se valem de vários argumentos para balizar seu entendimento de identidade, entre eles o da herança histórica.

O essencialismo procura validar sua posição utilizando-se da autoridade científica pautada no controverso “essencialismo genético”, segundo o qual “cada grupo humano está condicionado definitivamente quanto à inteligência e em seu

potencial de mobilidade social conforme seu patrimônio genético” (SEMPRINI, 1999, p.91).

Para Silva, o essencialismo está relacionado com as interpretações biológicas, que seriam apenas “imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado” (2000, p.86).

A perspectiva não essencialista envolve a cultura, a identidade e a diferença como: contextuais, relacionais e históricas. De acordo com Woodward “[...] diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (2000, p.30), ou seja, tendemos a agir e a pensar conforme os valores estipulados por cada concepção cultural.

Uma parte fundamental do processo de produção de identidade e de diferença, que, porém, em contraste não é de fixar, é o hibridismo. O híbrido é:

[...] a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. (SILVA, 2000, p.87).

O híbrido gera um novo tipo de construção identitária, que baseada em diferentes propostas gera um novo tipo. Como forma de representação do híbrido tem-se o: sincretismo, a miscigenação, a transexualidade, transgêneros, entre outros.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 12-13).

Contudo, a ideia de hibridização está relacionada diretamente com relações conflituosas de poder. O hibridismo é forçado, pois é uma forma de questionamento da identidade em poder, além de ser o questionamento da identidade e o cruzamento das fronteiras que anteriormente uma identidade não estava permitida a cruzar, como no caso, pensar que a luta por direitos políticos e sociais é baseada na artificialidade da identidade.

Fica evidente o caráter simbólico da identidade como uma representação, ou seja, “[...] um significado – cultural e socialmente atribuído.” (SILVA, 2000, p.89). Por ser uma representação, a identidade é baseada na linguística e na cultura, e por assim dizer, relacionada com as relações de poder. Só existem a partir da exemplificação e definição, e apenas passa por isso, quando quem tem o poder de definir, define. Silva (2000, p.96-97) coloca a identidade no processo identitário, dizendo o que ela é, e o que não é:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentária, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relação de poder.

Nesse sentido, o espaço da mediação da informação deve servir como um ambiente de preocupação do profissional da informação em relação à identidade. O Brasil, sendo um país onde a diferença sociocultural é gritante e a vivência cotidiana permite o contato com ela, a mediação é espaço de questionamento e construção simbólica de dias menos opressores.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é preenchida a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 2006, p. 38-39).

Quando se trata de identidade a questão pode ser polêmica. Grupos minoritários, nem sempre em quantidade, mas em representação política, servem de exemplo de opressão e de descaso perante as oportunidades. Além disso, é problemática a definição de questões como as abordadas pela temática da dissertação, para esclarecer pontos nevrálgicos na discussão de raça, far-se-á a seguir a explicação dos conceitos de raça e suas diferenciações.

5 RAÇA E COR

Apresentado o conceito de identidade, além das discussões de construção do real, legitimação e as identidades na pós-modernidade, pode-se discutir o conceito de raça, além da questão cor. Ambas ideias muito confundidas no Brasil, principalmente pelo questão pragmática das palavras. Primeiramente tem-se que identificar qual o entendimento de raça e de cor. Para depois poder construir um argumento de discussão onde se encaminhe para a apropriação da problemática pela mediação.

Quando se trabalha com o conceito raça, existem dois entendimentos distintos na visão de Guimarães: analítico e nativos. Os analíticos são os que permitem “[...] a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria” (GUIMARÃES, 2003, p.95). Os conceitos nativos são os que têm sentido no mundo prático, foram inseridos dentro de um limite histórico, independentemente se é analítico ou nativo, eles só fazem sentido dentro de contextos, períodos históricos, ou teorias. Assim é com o conceito de raça. Primeiramente verificam-se dois sentidos distintos para raça: um nas Ciências Biológicas, outro nas Ciências Sociais (GUIMARÃES, 2003).

5.1 RAÇA CIENTÍFICA

Na Biologia o termo foi utilizado cientificamente na divisão da espécie humana em subespécies que, posteriormente, foi abandonada, deixando de ter validade científica. Por um período a visão social esteve deturpada pelo entendimento de raça pela Biologia, assim a importância do entendimento biológico do termo. Dessa forma, essa distinção de grupos sociais distintos, com características diferentes do branco, serviu para criar o racismo (GUIMARÃES, 2003).

Os incentivos históricos que proporcionaram esse tipo de pensamento no início do século XX estão atrelados à construção da identidade nacional de algumas regiões da Europa. As diferenças sociais e políticas desses países foram fundamentais para a construção do pensamento racial. Como exemplo pode-se pensar as diferenças entre os gauleses e francos na França, ou, a exaltação da

nobreza natural pelos românticos germânicos, e os naturalistas em busca de uma tribo comum (WIEVIORKA, 2007).

Trata-se, qualquer que seja o saber inaugurado ou convocado, de demonstrar a superioridade [de uma] “raça” sobre as outras “raças”, de classificar as raças humanas nas pegadas da classificação das espécies [...]; de demonstrar, também, que a “mistura” é fonte de decadência para a raça superior: encontra-se nela a obsessão da mestiçagem, constantemente central ao racismo [...]. (WIEVIORKA, 2007, p.21).

O racismo científico propõe baseado em uma série de variantes, a existência de raças, onde características físicas e biológicas estariam interligadas com características psicológicas e intelectuais, simultaneamente, coletivas e válidas para todos os indivíduos. Essa ideia de raça tem um fator alto de determinismo, pois, explica não apenas o comportamento de um sujeito em específico, mas também, a sociedade ou comunidade no qual está inserido. (WIEVIORKA, 2007).

Além disso, o racismo científico é claramente uma ideologia na qual está afirmada a superioridade cultural indiscutível da raça branca, já que a civilização está associada aos brancos e a seus atributos físicos, enquanto a barbárie ou a selvageria é associada às outras raças. (WIEVIORKA, 2007, p.24).

O racismo científico evolui de um pensamento pautado na religião, sendo a vingança divina a mudança de cor da pele dos descendentes de Adão e Eva. Passando pela ideia de que o ambiente natural ou cultural fabrica as diferenças, como por exemplo, os Estados Unidos, em que os brancos eram agricultores, a medida que os negros eram seus escravos, porém não era porque a raça é inalterável, irreduzível e natural.

Assim, o racismo científico chega a seu ápice com as classificações das raças baseadas em suas características fenotípicas (cor da pele, tipo do cabelo, formato do nariz). A estrutura esquelética do corpo humano vira o principal objeto de estudo (WIEVIORKA, 2007).

Os estudos baseados na estrutura corporal, características físicas e fenotípicas ficou conhecido por biometria, e foi um dos alicerces de uma ciência, a eugenia, criada a partir do conhecimento biológico. A formação da eugenia está

atrelada a três ramos da biologia: fisiologia, microbiologia e o evolucionismo, além da interferência dos mesmos no pensamento social (DIWAN, 2007).

A fisiologia é uma interpretação físico-química da ciência, com a premissa de que todo organismo é formado por partes e a união dessas partes em equilíbrio, garante a sobrevivência desse organismo. Na questão social, transposta essa ideia de organismo, “[...] é do equilíbrio da sociedade em relação a seus grupos que dependerá a sobrevivência do Estado” (DIWAN, 2007, p.28).

A microbiologia, a teoria mais utilizada e aceita, teve maior repercussão na medicina e na sociedade, assim a forte influência na eugenia. Base fundamental da saúde pública e medicina social, a microbiologia permitiu um controle maior sobre as doenças epidêmicas, entre elas, a tuberculose, sífilis e raiva (DIWAN, 2007).

Dessa forma, seus métodos de tratamento como a vacinação obrigatória, os sanatórios de confinamento e as regras higiênicas individuais e públicas, garantiam prestígio, pois apresentavam resultados positivos (DIWAN, 2007).

Dessa forma, esses higienistas contribuíram também para reforçar a dimensão biológica da sociedade, principalmente porque seus princípios científicos estavam integralmente a serviço do social. Mais do que ser um instrumento técnico para a cura de enfermidades, o higienismo fortalecerá a ordem social e política. (DIWAN, 2007, p.28)

Porém, o fator de maior influência para o pensamento eugênico é o evolucionismo. Charles Darwin em 1859 publica seu livro *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*, que é sua pesquisa acerca da seleção natural – teoria em que a sobrevivência de uma espécie é relacionada ao seu fator de adaptação ao ambiente – gerando assim um rompimento com o pensamento criacionista, teoria mítico-religiosa do surgimento do homem (DIWAN, 2007).

As teorias de Darwin se propagam de forma muito popular e rápida, gerando apropriação nas teorias econômicas e sociais, que foram utilizadas para explicar o comportamento humano em sociedade.

Dessas aplicações essencialmente políticas surgirá o darwinismo social, que, dando voz aos argumentos de racistas e eugenistas, era consoante também com princípios da burguesia industrial e deu base científica, do ponto de vista econômico, para os objetivos de controle e permanência no poder. (DIWAN, 2007, p.30)

Nesse sentido, houve uma manobra por parte dos higienistas e evolucionistas, que contribuiu para a biologização da sociedade. Os higienistas estavam amparados pelo lamarckismo, que defende a influência do meio ambiente e do comportamento nos caracteres hereditários do indivíduo. Os higienistas eram favoráveis a políticas sanitárias, a fim de que, a higiene tanto individual quanto coletiva não servisse apenas como uma necessidade rotineira, mas um imperativo de ordem social (BOARINI; YAMAMOTO, 2004).

Como manobra de conscientização das necessidades higienistas, até as crianças foram utilizadas como peça nesse jogo, como por exemplo, no pedido feito pelo médico sanitarista Carlos Sá:

Para formação de hábitos sadios não basta, porém, possuir uma caderneta, em que se inscrevam os actos a repetir diariamente: é indispensável collocar ao alcance das creanças os meios de executar aquelles actos. Resta-me insistir para que se confie às professoras a missão de incutir hábitos sadios nas creanças (1926 *apud* BOARINI; YAMAMOTO, 2004, p.66).

O “inocente” discurso de Sá está situado em um contexto maior, proferido no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, com forte influência eugenista. Por meio da mudança no meio em que o indivíduo está inserido, haveria variações no futuro da população, como pode ser atestado pelo comentário do médico, e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, Ricardo Kehl:

[...] a higiene, por exemplo, procura melhorar as condições do meio e as individuais, para tornar os homens em melhor estado físico, a eugenia, intermediária entre a higiene social e a medicina pratica, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de indivíduos “bem dotados” ou eugenizados. (1935 *apud* BOARINI; YAMAMOTO, 2004, p.64).

O pensamento eugênico no Brasil estava diretamente influenciado pelas ideias de Francis Galton, primo de Darwin e um dos fundadores do pensamento

eugenista. Entre esses pensadores sociodarwinistas a sociologia era uma imagem das ciências biológicas e, portanto, era fundamental cientificizar a sociologia e naturalizar a sociedade. Nesse contexto, a melhor forma de se oficializar esse processo, seria pela “luta de raças” (DIWAN, 2007). “[...] as características fixas da raça que autoriza [...] um grupo racial a se manter por meio de lutas, eliminando os espécimes impuros” (WIEVIORKA, 2007, p.22).

Influenciados por esses pensamentos e liderados por Renato Kehl, os eugenistas brasileiros partiam da premissa de que a raça brasileira deveria ser melhorada, tinham como proposta a “[...] restrição à imigração, a esterilização, e o controle de casamentos [...]” (DIWAN, 2007, p.87). Mesmo o Brasil sendo um país construído a base da miscigenação de seu povo, da mistura de índios, negros e brancos.

5.2 RAÇA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O pensamento eugenista só perdeu força após a Segunda Guerra Mundial, quando os nazistas e seus métodos de esterilização e limpeza racial foram associados a intolerância e violência contra a humanidade (DIWAN, 2007). Nesse período a ciência precisou sepultar a ideia de raça biológica, “[...] desautorizando seu uso como categoria científica” (GUIMARÃES, 2003, p.96).

A palavra população foi substituída para se referir a grupos isolados, endógamos, e tivessem características genéticas particulares. Para que não houvesse mal estar em relação ao uso da ideia, mas que ciências ainda pudessem utilizar o termo, mesmo estudados na biologia e sociologia, entretanto sem o peso psicológico que o termo impregnou outrora (GUIMARÃES, 2003).

[...] Mesmo que se possa demonstrar estatisticamente que a população mundial, em termos genéticos, não pode ser dividida em raças, seria necessário, para alguns biólogos, conservar a idéia da existência desses agrupamentos geneticamente mais uniformes. (GUIMARÃES, 2003, p.96).

Portanto, não é possível afirmar a existência da raça como fator biológico. Assim, não existe estudos raciais a não ser por intermédio da sociologia. Falar em raça cientificamente é apenas pensando como um fator da construção social, que

trata das identidades sociais, no campo da cultura e da cultura simbólica (GUIMARÃES, 2003).

Dessa maneira, Guimarães define raça para a sociologia como sendo:

[...] discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências). (GUIMARÃES, 2003, p.96).

Hall (2006, p. 62-63) tem um entendimento próximo de Guimarães:

[...] Em primeiro lugar, porque – contrariamente à crença generalizada – a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. Há diferentes tipos e variedades [de povos], mas eles estão tão largamente dispersos no *interior* do que chamamos de “raças” quanto *entre* uma “raça” e outra. A diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Contudo, ainda assim, o entendimento de raça, mesmo nesse sentido social gera conflitos. D’Adesky é contra o uso desse conceito, para ele tem-se usado o conceito quase similarmente ao utilizado no racismo científico:

A desconstrução científica da raça biológica [...] não faz desaparecer a evidência da raça simbólica, da raça percebida e, invariavelmente, interpretada. Acima de tudo o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças fenotípicas da cor da pele até diversas características morfológicas.

[...]

Por que a raça, queira-se ou não, permanece sendo um elemento maior da realidade social, na medida em que emprega, a partir de características físicas visíveis, formas coletivas de diferenciação classificatória e hierárquica que podem engendrar, às vezes, comportamentos discriminatórios individuais ou coletivos. (2005, p.46).

Uma palavra que, segundo d'Adesky, serve para substituir raça, é etnia, porém, a total substituição de raça por etnia não é boa, pois perder-se-ia o sentido de racismo. Etnias são as discussões de identidade em relação a lugares, quando é permitida a identificação com um grupo de pessoas, como a identificação com cidades, regiões ou um país no todo (GUIMARÃES, 2003).

Na definição de Munanga (2004, p. 28-29)

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc... que são ou foram etnias nações.

No Brasil, confunde-se os dois conceitos: raça e etnia, por conta do uso da palavra *cultura*. Pois nesse sentido tem-se: cultura étnica – de um país ou povo, cultura negra, cultura vietnamita – cultura nacionais, e também culturas raciais. Para Munanga (2004) tanto os racistas, quanto os antirracistas se apropriam da palavra etnia, pois consideram essa uma forma lexical mais cômoda.

[...] Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesma de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses. (MUNANGA, 2004, p.29-30).

Munanga (2004) prefere utilizar o termo população, como exemplo “população negra” ou “população branca”, baseado no conceito de população do biólogo e geneticista Jean Hiernaux. O conceito do belga entende que uma população possui

uma mesma herança genética, compartilhada em um mesmo círculo de união e casamento.

Denota-se que raça é um conceito social construído, utilizando como base a cultura de um povo e seus traços sociais. Porém, na história brasileira existiu uma diferenciação do entendimento sociológico (analítico) e ou usado pela população (nativo).

5.3 COR

No período colonial da história nacional foi usada a mão de obra escravagista vinda, principalmente, da África ocidental e meridional. Esses escravos eram classificados como africanos ou negros, ou seja, duas identidades foram criadas para essa população. Nessa sociedade a que pertenciam o termo raça era usado com o sentido nativo, onde a cor (preta) estabelecia a divisão e as relações sociais (GUIMARÃES, 2003).

Portanto, no Brasil a cor é uma construção racialista peculiar. Onde “os mestiços de diferentes raças tendem, por meio de um processo de ‘reversão’, a concentrar-se em torno das características de algumas raças fundamentais”. (GUIMARÃES, 1999, p.98).

Pelo fato de existir uma infinidade de categorias de cor, pode-se pensar nela como uma “[...] categoria empírica, manifestação objetiva de características fenotípicas, ainda que sua denominação seja inteiramente subjetiva e ambígua, por falta de uma regra precisa de descendência racial” (GUIMARÃES, 1999, p.100).

Nesse caso, como acrescenta Pierson, quando afirma que cor, no Brasil, quer dizer mais que pigmentação, significa, também, o tipo de cabelo, traços fisionômicos, entre outras coisas. (1971 *apud* GUIMARÃES, 1999).

Oficialmente o Brasil utiliza a classificação de cor proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que categoriza da seguinte maneira: branco, pardo, preto e amarelo; tem o sistema branco, índio e negro, vindo do mito fundador; o branco e não-branco utilizado nas ciências humanas; e, o bipolar branco

e negro. A autodeclaração do IBGE surge em 1976⁷, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), quando a atribuição de cor não foi apenas fechada, e chegou-se a 136 nomenclaturas para as cores.

Tabela 2 – Aquarela do Brasil.

1. Acastanhada	2. Agalegada	3. Alva
4. Alvarenta	5. Alvarinte	6. Alvinha
7. Alvo-escura	8. Alvo-rosada	9. Amarela
10. Amarelada	11. Amarelo-queimada	12. Amarelosa
13. Amorenada	14. Avermelhada	15. Azul
16. Azul-marinho	17. Baiano	18. Bem-branca
19. Bem-clara	20. Bem-morena	21. Branca
22. Branco-avermelhada	23. Branco-melada	24. Branco-morena
25. Branco-pálida	26. Branco-queimada	27. Branco-sardenta
28. Branco-suja	29. Branquiça	30. Branquinha
31. Bronze	32. Bronzeada	33. Bugrezinha-escura
34. Burro-quando-foge	35. Cabocla	36. Cabo-verde
37. Café	38. Café-com-leite	39. Canela
40. Canelada	41. Cardão	42. Castanha
43. Castanho-clara	44. Castanho-escura	45. Chocolate
46. Clara	47. Clarinha	48. Cobre
49. Corada	50. Cor-de-café	51. Cor-de-canela
52. Cor-de-cuia	53. Cor-de-leite	54. Cor-de-ouro
55. Cor-de-rosa	56. Cor-firma	57. Crioula

⁷ Segundo Petruccelli (2013, p. 31) essa pesquisa de caráter especial investigou “[...] por meio de subamostra, o tema mobilidade social e a característica cor, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em quatro categorias: branca, preta, amarela e parda.” Essa pesquisa aconteceu nacionalmente, exceto na área rural das regiões Norte e Centro-Oeste.

58. Encerada	59. Enxofrada	60. Esbranquecimento
61. Escura	62. Escurinha	63. Fogoió
64. Galega	65. Galegada	66. Jambo
67. Laranja	68. Lilás	69. Loira
70. Loiro-clara	71. Loura	72. Lourinha
73. Malaia	74. Marinheira	75. Marrom
76. Meio-amarela	77. Meio-branca	73. Meio-morena
79. Meio-preta	80. Melada	81. Mestiça
82. Miscigenação	83. Mista	84. Morena
85. Morenada	86. Morenã	87. Moreninha
88. Moreno-bem-chegada	89. Moreno-bronzeada	90. Moreno-canelada
91. Moreno-castanha	92. Moreno-clara	93. Moreno-cor-de-canela
94. Moreno-escura	95. Moreno-fechada	96. Moreno-jambo
97. Moreno-fechada	98. Moreno-parda	99. Moreno-roxa
100. Moreno-trigueira	101. Mulata	102. Mulatinha
103. Negra	104. Negrot	105. Pálida
106. Paraíba	107. Parda	108. Pardo-clara
109. Pardo-morena	110. Pardo-preta	111. Polaca
112. Pouco-clara	113. Pouco-morena	114. Pretinha
115. Puxa-para-branca	116. Quase-negra	117. Queimada
118. Queimada-de-praia	119. Queimada-de-sol	120. Regular
121. Retinta	122. Rosa	123. Rosada
124. Rosa-queimada	125. Roxa	126. Ruiva
127. Russo	128. Sapecada	129. Sarará

130. Saraúba	131. Tostada	132. Trigo
133. Trigueira	134. Turva	135. Verde
136. Vermelha		

Fonte: Schwarcz (2012, p. 101).

Como se pode notar, a pesquisa gerou uma quantidade razoável de reações, que variam entre a resposta positiva e direta, a visão negativa e mesmo alguma ironia. [...] Apesar de as categorias censitárias – branca, negra, indígena, amarela e parda – cobrirem cerca de 57% das respostas espontâneas da PNAD, o conjunto de nomes mostrou-se muito mais complexo do que o abrangente termo pardo. O resultado da enquete indica a riqueza da representação com relação a cor e o quanto a sua definição é problemática. Como qualquer classificação, essa listagem guarda seus próprios critérios e uma certa ordenação pouco explícita. (SCHWARCZ, 2012, p. 100).

Em 1998, foi realizada a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), nessa pesquisa chegaram a 143 nomes diferentes. A PME foi uma

Pesquisa suplementar que investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A pesquisa, realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, também investigou, através de quesitos aberto e fechado, a origem do entrevistado, sem nenhuma definição explícita deste conceito. (PETRUCCELLI, 2013, p. 33).

Em 2008 aconteceu a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP), durante essa pesquisa chegaram a mais de 80 termos utilizados para declaração de cor nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, as definições superam os 60 no Mato Grosso, menos de 40 no Amazonas, menos de 30 no Distrito Federal e 21 na Paraíba.

A pergunta sobre identificação ocorre depois da pergunta se o sujeito consegue identificar sua cor ou raça, os dados apresentados na tabela abaixo, demonstram que existe uma confusão no entendimento das pessoas em relação a cor ou raça, pois se mesmo dizendo que conseguem se autoidentificar, ainda nomeiam pelo menos 21 nomes distintos, existe uma confusão em relação a isso.

Tabela 3 – Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por saber dizer a própria cor ou raça, segundo as Unidades da Federação pesquisadas – 2008.

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais pesquisadas		
	Total	Saberia dizer a própria cor ou raça	
		Sim	Não
Total	100,0	96,0	4,0
Amazonas	100,0	94,7	5,3
Paraíba	100,0	97,6	2,4
São Paulo	100,0	96,2	3,8
Rio Grande do Sul	100,0	96,6	3,4
Mato Grosso	100,0	93,3	6,7
Distrito Federal	100,0	92,5	7,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População 2008 (*apud* PETRUCCELLI, 2013 p. 31).

Pensar sobre o número total, chega a ser desafiador entender como 96% se dizem capazes de nomear sua cor ou raça, e chega-se a uma tabela de cores enorme. Isso porque a PCERP 2008 foi realizada em apenas seis estados. Ainda na pesquisa do PCERP 2008, tem-se a tabela sobre a influência da cor ou raça na vida pessoal do pesquisado. Interessante desses dados é perceber que a maioria sente influência desses fatores no seu dia-a-dia. No entanto não tem como aferir como essas pessoas reagem a essa influência da cor ou raça. O posicionamento individual é subjetivo, depende dele uma série de fatores. Um ponto que pode ser observado é que as pessoas não conseguem fazer da raça uma identidade.

Tabela 4 – Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total	Influência da cor ou raça na vida das pessoas		
		Sim	Não	Não sabe
Total	100,0	63,7	33,5	2,8
Amazonas	100,0	54,8	38,6	6,6
Paraíba	100,0	63,0	30,7	6,3
São Paulo	100,0	65,4	32,2	2,5
Rio Grande do Sul	100,0	57,9	39,7	2,4
Mato Grosso	100,0	59,6	36,8	3,5
Distrito Federal	100,0	77,0	22,7	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População 2008 (*apud* PETRUCCELLI, 2013, p. 31).

A busca por uma classificação da cor muda conforme os modos de vida (o jeito, o nível escolar, simpatia/antipatia), ao estilo (o cabelo, a roupa, o carro) e a situação social no qual se utiliza a terminologia da cor (D'ADESKY, 2005). O uso das palavras no português reflete a posição da pessoa em relação ao seu entendimento de raça e cor. Muitas vezes, através de um estilo pragmático ou indicial as pessoas manipulam seus discursos (SHERIFF, 2002). Para d'Adesky (2005) existe uma classificação popular onde predomina uma hierarquização, em que o branco se situa no topo e o negro embaixo, entre eles uma imensidão de nomenclaturas cromáticas.

[...] É que, de acordo com nossa análise, a caracterização cromática expressa, além da cor propriamente dita, sobretudo desejos e valores. Desejos de ser (branco), desejos de não ser (negro), desejos de aparentar (branco). E, na medida em que esses desejos representam valores (poder, beleza), eles manifestam uma relação hierarquizada entre um elemento (branco) do conjunto e outras categorias (negro, jambo, sarará etc.) desse mesmo conjunto. (D'ADESKY, 2005, p.137).

Assim, o dominado (negro) cria perspectivas de associação, essa multiplicidade de categorias cromáticas lhe permite estrategicamente, e “mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo do modelo tido como superior, isto é, o branco” (MUNANGA, 1996, p.187).

Respeitar a diferença não pode significar "deixar que o outro seja como eu sou" ou "deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)", mas deixar que o outro seja como eu *não sou*, deixar que ele seja esse outro que *não pode* ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença *da* identidade, deixar ser uma outridade que não é outra "relativamente a mim" ou "relativamente ao mesmo", mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade (PARDO, 1996, p.154 *apud* SILVA, 2000, p.101).

Independentemente da cor, da raça, da origem, é necessário respeitar o outro, perceber no outro as mesmas características, os mesmos defeitos, por que são naturais ao ser humano, são características sociais e não físicas. Os estudos culturais são uma forma de entender como a questão da hegemonia exerce uma força na construção social. Como uma forma de aprofundar a discussão da questão cultural nas relações étnico-raciais e sua utilização pela CI, na próxima seção será apresentado e discutido as possibilidades dos estudos culturais.

6 ESTUDOS CULTURAIS

O pensamento científico é permeado por mudanças estruturais na ordem da sua construção. As mudanças paradigmáticas ocorrem por que novas formas de entender são processadas e reagrupadas de forma a construir um novo saber. O pensamento científico é um processo dialético entre “poder” e “conhecimento”. A criação da CI é muito influenciada por essas questões, assim como também é a discussão de raça, como pode ser percebido nas questões apresentadas no capítulo anterior. Esse capítulo apresentará um campo de discussão da cultura como uma forma de produção social de controle.

Os Estudos Culturais surgem como um paradigma dissociado de outros estudos aproximadamente na década de 1950, principalmente em torno de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Os primeiros trabalhos que surgem nesse novo paradigma apresentam um conceito de cultura apoiado no pensamento do pós-guerra, porém sem alçar novas ponderações acerca do mesmo, baseando ainda seu entendimento em “cultura-e-sociedade”.

O desenvolvimento dos Estudos Culturais ocorre quando se percebe que o chavão “cultura-e-sociedade” precisa ser entendido em toda sua complexidade

[...] concentradas na palavra “cultura” existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também de forma semelhante. (WILLIAMS, 1963, p. 16 *apud* HALL, 2003, p. 133).

Os estudos de: Hoggart, Williams e Thompson são fundadores dos Estudos Culturais, suas pesquisas buscam entender a cultura em todos os padrões e estruturas. Outro fator importante é a criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), entre as principais prioridades está a relação entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as suas mudanças. O CCCS é criado por Hoggart em 1964, como um centro de pesquisa de pós-graduação do Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham (ESCOSTEGUY, 2010).

Outro nome importante, talvez não apenas para a formação, mas com certeza para a consolidação dos estudos culturais é de Stuart Hall. Substituindo Hoggart na direção do Centro, Hall comandou o CCCS de 1968 à 1979:

[...] incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um “catalizador” [sic] de inúmeros projetos coletivos. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 29).

Três textos são fundamentais para entender o surgimento dos Estudos Culturais: *The Uses of Literacy* de Hoggart (1957), *Culture and Society* de Williams (1958) e *The Making of the English Working-class* de Thompson (1963).

O primeiro é em parte autobiográfico e em parte história cultural do meio do século XX. O segundo constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a idéia de que a “cultura comum ou ordinária” pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música. E o terceiro reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular – a história “dos de baixo”. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 27-28).

Para Hall a existência desse material era uma representação da sociedade, não foram produções que tinham o intuito de formar um pensamento crítico e teórico para fundamentação de uma área.

[...] eles não foram, de forma alguma, ‘livros didáticos’ para a fundação de uma nova subdisciplina acadêmica: nada poderia estar mais distante de seu impulso intrínseco. Quer fossem históricos ou contemporâneos em seu foco, tais textos eram, eles próprios, focalizados pelas pressões imediatas do tempo e da sociedade na qual foram escritos, organizados através delas, além de serem elementos constituintes de respostas a essas pressões. (HALL, 2003, p.133)

Apesar desses pesquisadores perceberem que cultura era um termo em comum nesses estudos, isso não impediu de entenderem que abordagens distintas existiam.

6.1 Os CULTURALISTAS

Existe a percepção de cultura como um domínio das ideias, e outro mais próximo do antropológico, que seria cultura como prática social (HALL, 2003). Na perspectiva de Williams cultura é: “[...] à soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (WILLIAMS, 1963 *apud* HALL, 2003, p. 135).

No entanto, não se pode distinguir a cultura de outros processos históricos que moldam as atitudes sociais.

Já que a nossa maneira de ver as coisas é literalmente a nossa maneira de viver, o processo de comunicação, de fato, é o processo de comunhão: o compartilhamento de significados comuns e, daí, os propósitos e atividades comuns; a oferta, recepção e comparação de novos significados, que levam a tensões, ao crescimento e à mudança. (WILLIAMS, 1965, p.55 *apud* HALL, 2003, p.135).

Williams foi a maior influência teórica para a consolidação dos estudos culturais como uma disciplina além de ser “[...] seu pensador mais consistente e original, pensava os estudos culturais como uma prática, localizada em um determinado campo de força social” (CEVASCO, 2003, p.99). Em seu livro *Culture and Society* ele demonstra como a análise literária está conectada com a investigação social através do conceito de cultura. Em seu livro *The Long Revolution* transformou o debate da definição moral-literária de cultura, em uma definição antropológica.

[...] definiu esta [a cultura] como o ‘processo integral’ pelo qual significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados, sendo, neste contexto, a literatura e a arte uma única forma especialmente privilegiada de comunicação social (HALL, 1990 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p.28).

As diferentes abordagens acerca de cultura fazem com que seja necessário definir qual é o escopo da “teoria da cultura”, que segundo Williams (1965, p. 55 *apud* HALL, 2003, p.135) é “o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global”. Hall (2003, p.136) explica isto da seguinte forma:

A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e “culturas populares (folkways)” das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Desse modo, a questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – dentro ou subjacente a *todas* as demais práticas sociais. [...] O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período: essa é a sua “estrutura de experiência”.

Essa construção da teoria de cultura feita por Williams tem uma relação muito próxima com o marxismo, porém também uma relação de contraste. Para ele a cultura como uma ideia civilizatória e idealista é uma vertente alternativa, ele parte do pressuposto do interacionismo, sendo assim, não compactua com o materialismo vulgar e o determinismo econômico.

A relação de Williams com o marxismo muda quando ele passa a considerar o trabalho de Goldmann. Williams tinha problemas com a ideia de superestrutura, porém em Goldmann ele percebe que a organização pode ser relacionada com outras formas de organização. Outra crítica que Williams recebe é a de Thompson (1961 *apud* HALL, 2003, p.139), que diz que: “nenhum modo de vida global” existe sem sua dimensão de luta e confronto com modos de vida opostos. Assim, tenta repensar as questões fundamentais de determinação e de dominação através do conceito de hegemonia de Gramsci.

Para Thompson ao se estudar cultura é necessário que tenha-se uma relação dialética com o oposto, o que não é cultura. Para isso ele define:

Devemos supor que a matéria-prima da experiência de vida se localiza em um polo, e todas as disciplinas e sistemas humanos infinitamente complexos, articulados e desarticulados, formalizados em instituições ou dispersos em modos menos formais, os quais “lidam com”, transmitem ou distorcem essas matérias-primas, estariam situados em outro polo. (THOMPSON, 1961 *apud* HALL, 2003, p. 140).

Esse pensamento dialético entre “cultura” e “não cultura”, ou como Williams prefere “base” *versus* “superestrutura” é a compreensão do processo histórico dentro do marxismo. Contudo, herdada pela tradição a expressão da dialética nem sempre

é correta. Outro fator importante para entender a questão de cultura em Thompson, ou seja, uma linha de pensamento crítica a de Williams, é entender o reducionismo. Para ele, a explicação na lógica histórica, condiz com as afiliações políticas e culturais de seus atores. Todavia, as superestruturas não são responsáveis por isso, já que o posicionamento é um processo que vem das pessoas (HALL, 2003).

Para Hall (2003, p. 141) apresenta a seguinte citação de Thompson (1978, p. 356) que para ele revela sua visão sobre a questão dialética e o reducionismo:

A sociedade capitalista fundou-se sobre formas de exploração que são ao mesmo tempo econômicas, morais e culturais. Tomemos a definição essencial de relacionamento produtivo... se a invertermos ela se revelará ora sob um aspecto (o trabalho assalariado), ora sob outro (um *ethos* aquisitivo), ora sob outro ainda (a alienação dessas faculdades intelectuais) como algo não necessário ao trabalhador em sua função produtiva.

Esse posicionamento de Thompson é fundamental para entender os Estudos Culturais como uma linha que rompe com o paradigma dominante, que coloca a cultura como um reflexo. Nos Estudos Culturais a cultura é uma prática que entrelaça, “[...] uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem história (HALL, 2003, p.142).

A formulação de Thompson irrompe como uma análise contrária a noção de base/superestrutura, principalmente pelo fato de se tornar simplista e pensá-la como uma determinação do econômico. Essa linha entende essa relação de forma mais ampla, a dialética entre o ser e a consciência social. Para essa linha de pensamento a definição de cultura é,

[...] *ao mesmo tempo* como os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2003, p.142).

Tanto Thompson quanto Williams tratam a estrutura das relações de forma como elas são vividas e experimentadas.

Consequentemente, cada qual confere à “experiência” uma posição autenticadora em qualquer análise cultural. Em última análise, trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e as elas respondem o que, para Thompson, vai definir a razão de cada modo de produção ser também uma cultura. [...] Na “experiência” todas as práticas se entrecruzam; dentro da “cultura” todas as práticas interagem – ainda que de forma desigual e mutuamente determinante. (HALL, 2003, p.143).

Esse tipo de percepção é classificada como “culturalista”, reduz a prática à práxis, seu movimento é essencializante, com uma forma distinta de entender a totalidade. Suas percepções modulam a análise no nível experiencial, com análises das estruturas e relações de cima para baixo (HALL, 2003).

6.2 OS ESTRUTURALISTAS

A vertente culturalista foi interrompida pelos estruturalistas, a influência do marxismo gera uma diferença conceitual, diferentemente dos primeiros o conceito-chave para os estruturalistas é o de *ideologia* e não *cultura* (HALL, 2003). A nova vertente teve sua ruptura com Althusser, que segundo Hall (2003, p.144) afirma que “[...] a ideologia teve um papel seminal, mas modulado [...]”, e Lévi-Strauss, que muitas vezes não recebe essa lembrança de rompimento, porém, que em termos históricos faz a primeira ruptura com a semiótica inicial.

Foi o estruturalismo de Lévi-Strauss que, em sua apropriação do paradigma lingüístico, após Saussure, ofereceu às “ciências humanas da cultura” a promessa de um paradigma capaz de torná-las científicas e rigorosas de uma forma inteiramente nova. E quando, na obra de Althusser, os temas marxistas mais clássicos foram recuperados, Marx continuou sendo “lido” – e reconstituído – pelos termos do paradigma lingüístico. Em *Lendo o Capital*, por exemplo, argumenta-se que o modo de produção – cunhando a expressão – poderia ser melhor compreendido como “estruturado como uma linguagem” (através da combinação seletiva de elementos invariantes). A ênfase aistórica e sincrônica, contrariamente às valorações históricas do “culturalismo”, advinda de uma fonte semelhante. Assim também uma preocupação com “o social, *sui generis*” – usado não como adjetivo, mas como substantivo: um uso que Lévi-Strauss derivou não de Marx, mas de Durkheim [...]. (HALL, 2003, p.144-145).

O estruturalismo de Lévi-Strauss e o culturalismo compartilharam a ruptura com a metáfora da base/superestrutura marxista. Lévi-Strauss questionava o entendimento de Marx em relação a lógica de que as práticas sucedessem diretamente a práxis⁸ (HALL, 2003). Para ele:

[...] creio que há sempre um mediador entre a práxis e as práticas, qual seja, o esquema conceitual cuja operação concretiza como estruturas a matéria e a forma, ambas desprovidas de qualquer existência independente, isto é, faz delas entidades tanto empíricas quanto inteligíveis. (LÉVI-STRAUSS *apud* HALL, 2003, p.145).

Tanto os culturalistas, quanto os estruturalistas (de Lévi-Strauss à Althusser) “[...] atribuíram aos domínios até então definidos como ‘superestruturais’ tal especificidade e eficácia, tal primazia constitutiva, que os empurrou para além dos termos de referência da ‘base’ e ‘superestrutura’” (HALL, 2003, p.145).

Cevasco cita Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Dessa forma, utiliza a polarização existente entre os dois paradigmas. Segundo a visão de Hall:

[...] os culturalistas colocavam a ênfase na primeira parte da proposição: os seres humanos têm sido ao longo da história agentes da modificação social. Para os estruturalistas, a ênfase recai nas condições determinadas. Representantes do que Hall chama de culturalistas, como Williams e Thompson, aliam trabalho intelectual e militância política. Os estruturalistas vêem no oxímoro “prática teórica”, frase preferida por Althusser, sua “militância” em termos de alta teoria. (CEVASCO, 2003, p.102).

Além disso, Lévi-Strauss e Althusser eram anti-reducionistas e anti-economicistas, atacaram criticamente o “marxismo clássico” (HALL, 2003). Apesar de estruturalista Lévi-Strauss utilizou consistentemente o termo *cultura*, para ele as “ideologias” tinha uma importância menor. “[...] trabalhou não no nível das

⁸ Pode-se entender a práxis como a relação do homem com a natureza, porém essa relação existe mediada pela capacidade humana de estabelecer relações com o ambiente. Em um exemplo clássico dado por Marx ele compara um pedreiro a uma abelha. Ambos vão construir ante suas possibilidades e dificuldades, mas somente o homem entende e prevê a necessidade e usabilidade do seu objeto.

correspondências entre conteúdo de uma prática, mas no nível de suas formas e estruturas” (HALL, 2003). A conceituação de Lévi-Strauss era distinta do “culturalismo” de Williams ou do “estruturalismo genético” de Goldmann.

Para Hall (2003, p.146) pode-se perceber diferenças que se apresentam de três formas distintas:

Primeiro ele conceituou “cultura” como as categorias e quadros de referência lingüísticos e de pensamento através dos quais as diferentes sociedades classificam suas condições de existência – sobretudo (já que Lévi-Strauss era antropólogo), as relações entre os mundos humano e natural. Segundo, pensou em como essas categorias e referenciais mentais eram produzidos e transformados, em grande parte a partir de uma analogia com as maneiras como a própria linguagem – o principal meio da “cultura” – operava. Identificou o que era específico a elas e à sua operação enquanto “produção de sentido”: eram, sobretudo, práticas *significantes*. Terceiro, depois de ter flertado inicialmente com as categorias sociais do pensamento de Durkheim e Mauss, ele abandonou praticamente a questão da relação *entre* práticas significantes e não-significantes – entre “cultura” e “não-cultura”, para usar outros termos – para dedicar-se às relações existentes no interior de práticas significantes por meio das quais as categorias de sentido eram produzidas. Isso deixou a questão da determinação, da totalidade, em grande parte em suspenso. A lógica causal de determinação foi abandonada em favor da causalidade estruturalista – uma lógica do *arranjo*, das relações internas, da articulação das partes dentro de uma estrutura.

No entanto, também se percebia esses posicionamentos entre os estruturalistas marxistas, como Althusser, onde utilizam como referência de fundamentação Marx. Na formulação de Althusser sobre ideologia “[...] definida em temas, conceitos e representações através das quais os homens e mulheres “vivem”, numa relação imaginária, sua relação com suas condições reais de existência [...]” (ALTHUSSER, 1971 *apud* HALL, 2003, p.146).

Para Hall (2003) é evidente que o delineamento dos “esquemas conceituais” de Lévi-Strauss “entre a práxis e as práticas”. Além disso, “ideologia” não é entendida como conteúdo ou formas superficiais de ideias, mas “[...] categorias inconscientes pelas quais as condições são representadas e vividas” (HALL, 2003, p.147).

Apesar da existência de pontos de convergência, o culturalismo e o estruturalismo apresentavam contrastes nítidos, um desses pontos era em torno do conceito de “experiência”.

Enquanto no “culturalismo” a experiência era o solo – o terreno do “vivido” – em que interagem a condição e a consciência, o estruturalismo insistia que a “experiência”, por definição, não poderia ser o fundamento de coisa alguma, pois só se podia “viver” e experimentar as próprias condições *dentro e através* de categorias, classificações e quadros de referência da cultura. Essas categorias, contudo não surgiram a partir da experiência ou nelas: antes, a experiência era um “efeito” dessas categorias. (HALL, 2003, p.147).

Para os culturalistas definiu-se como coletivas as formas de consciência e cultura. Mas se afastaram da ideia de que em cultura e linguagem, “[...] o sujeito era ‘falado’ pelas categorias da cultura em que pensava, em vez de ‘falá-las’” (HALL, 2003, p.147). Para os estruturalistas essas categorias não eram apenas coletivas, eram estruturas inconscientes.

Mesmo que Lévi-Strauss tratasse apenas de cultura, serviu de base para Althusser e estruturação conceitual de ideologia:

Ideologia é na verdade um sistema de *representações* mas, na maioria das vezes, essas representações não têm nada a ver com a *consciência*... é como estruturas que elas se impõem à ampla maioria dos homens, não via *consciência*... é dentro desse inconsciente ideológico que os homens conseguem alterar as experiências vividas entre eles e o mundo e adquirem uma nova forma específica de inconsciente, que se chama *consciência*. (ALTHUSSER, 1969 *apud* HALL, 2003, p.148)

Dessa forma que a experiência ficou entendida, “[...] não como uma fonte autenticadora, mas como um efeito não como um reflexo do real, mas como uma ‘relação imaginária’” (HALL, 2003, p.148). Althusser demonstra como essa “relação imaginária” servia como processo de dominação de uma classe sobre outra, contudo, ia além, como forma de reprodução do próprio modo de produção.

[...] Muitas das demais linhas de divergência entre os dois paradigmas fluem deste ponto: a concepção dos “homens” como portadores das estruturas que os falam ou situam, em vez de agentes ativos na construção de sua própria história; a ênfase sobre

a “lógica” estrutural, em vez da histórica; a preocupação com constituição – em “tese” – de um discurso científico não-ideológico; e daí o privilégio do trabalho conceitual e da Teoria como algo garantido; a remodelação da história como uma marcha de estruturas: ... a “máquina estruturalista ... (HALL, 2003, p.148).

Hall comenta que é muito difícil mapear as ramificações que se seguiram entre um ou outro paradigma dos Estudos Culturais. Contudo, os dois serviram como polarizador dos debates, e os trabalhos surgiram em torno de algum paradigma em problemas e materiais específicos. Porém, nem o culturalismo nem o estruturalismo conseguem construir o estudo da cultura “como um domínio conceitualmente claro e teoricamente informado” (HALL, 2003, p.149).

6.3 O IMPÉRIO CONTRA-ATACA – NOVAS DISCUSSÕES, VELHOS PROBLEMAS

Além da relação conflituosa entre os dois paradigmas, durante a década de 1970 o CCCS foi cenário do desenvolvimento de outro aspecto conceitual, o feminismo, que redirecionou o debate intelectual, e conseqüentemente foi responsável pela inserção de novos atores sociais. Segundo Hall (1996, p.269 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p. 37): “Não se sabe, de uma maneira geral, onde e como o feminismo arrombou a casa. [...] Como um ladrão no meio da noite, ele entrou, perturbou, fez um ruído inconveniente, tomou a vez, estourou na mesa dos estudos culturais.”

O processo de intervenção feminista no CCCS, ou a virada de mesa feminista, se concretiza com a publicação do volume *Women Take Issue* de 1978 dos *Working Papers* (ESCOSTEGUY, 2010). Os entendimentos entre as mulheres feministas e os pesquisadores do CCCS não foi uma questão simples, porém teve quatro conseqüências para os Estudos Culturais:

[...] primeiro, a abertura da questão “O pessoal é político”, moto feminista, que traz uma mudança nos objetos de estudo do Centro e nas necessidades teóricas de organizá-los; segundo, há uma expansão radical da noção de poder até então aplicada apenas no domínio do público; terceira, a centralidade das questões de gênero e sexualidade para entender como esse poder se manifesta de formas diferenciais, e, em quarto lugar, o retorno das questões do sujeito e da subjetividade para o centro das preocupações da disciplina. (CEVASCO, 2003, p.103).

As discussões feministas foram importantes para o CCCS no sentido de trazer um enfoque na questão da identidade, deixando de revelar a construção da identidade apenas pelo enfoque da cultura de classe e transmissão geracional (ESCOSTEGUY, 2010).

Depois da irrupção do feminismo surge outra questão que aparece no CCCS, que são os estudos étnico-raciais. A mudança de perspectiva que os estudos étnico-raciais trouxeram se institucionalizam com a publicação em 1978 do volume coletivo *Policing the Crisis*, e no livro de 1982 *The Empire Strikes Back*.

[...] se há um tema que possa ser identificado na primeira fase dos estudos culturais, é o da cultura como espaço de negociação, conflito, inovação e resistência dentro das relações sociais das sociedades dominadas pelo poder e fraturadas por divisões de gênero, classe e raça. (GREEN, 1996, p.125 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p.41).

No volume *Policing the Crisis*, é importante ver os rumos dos Estudos Culturais sob sua área de influência, pois retoma a ênfase na experiência social real:

[...] o ponto de partida é a condenação de um jovem negro por assaltar pessoas na rua a vinte anos de prisão, na onda de um medo generalizado de assaltos que tomou conta da Grã-Bretanha. O próximo passo é ligar pânico social a estruturas mais complexas da sociedade: longe de ser espontâneo e isolado, esse medo é parte de um processo de preparação ideológica em última análise ligado à crise social e ao Estado, que passaria a reivindicar um papel muito mais ativo na coerção social. O estado estaria explorando o medo dos negros, dos jovens e da criminalidade para criar um “pânico moral” que por sua vez justificasse dar-lhe maior poder. A mídia, outro foco de interesse do Centro, fez o jogo do governo, permitindo que ele pautasse suas ênfases [...]. (CEVASCO, 2003, p.104).

A partir do estudo de um caso específico, consegue-se chegar a um estudo complexo e avaliativo do estado geral da sociedade britânica.

[...] o país, no começo dos anos 1970, passava por uma crise de hegemonia cujas raízes estavam no desempenho econômico abaixo do esperado na Inglaterra do pós-guerra. Os problemas causados por essa falta de desenvolvimento econômico, mascarados nos anos 1950 pela ideologia da afluência – todos tinham com efeito uma vida melhor, em comparação com agruras de tempo de guerra – e do consenso administrado dos anos 1960, se tornam mais agudos nos anos 1970, quando o país tem de enfrentar, no terreno ideológico, os ataques da contracultura aos valores e instituições da classe média e, no das relações sociais, o reativamento do movimento da classe trabalhadora, com prolongadas greves dos mineiros de 1972 e 1974, e, ainda, uma larga faixa de população negra cada vez mais insatisfeita, além da guerra na Irlanda do Norte. Nesse quadro, o Estado britânico se preparava para endurecer e substituir o consenso democrático pelo “populismo autoritário” que iria caracterizar o reinado conservador até os anos 1990. Na cartilha conservadora, o patriotismo convive com a “ideologia de um mercado livre, com a defesa dos valores familiares e com o ataque aos socialistas e às minorias. (CEVASCO, 2003, p.104-105).

Do ponto de vista dos estudos culturais, o livro *Policing the Crisis* marca a entrada definitiva das relações raciais como um objeto no debate teórico da disciplina. Seus autores⁹ se mantiveram ao ideário de inspiração althusseriana, minimizando o papel da ação “[...] humana, da criação da própria história dos oprimidos por meio de sua luta social, e enfatizam a determinação de seus papéis sociais [...]” (CEVASCO, 2003, p.105).

Pelo menos duas características são marcantes: o impacto da organização capitalista das formas culturais no campo das relações sócio-culturais e o colapso do império britânico. No primeiro espaço, observa-se a ruptura das culturas tradicionais de classe em consequência do alastramento dos meios de comunicação; no segundo percebe-se que a suposta integridade da nação britânica começa a implodir. Dessa forma, a ascensão dos estudos culturais britânicos coincide com uma crise de identidade nacional. (ESCOSTEGUY, 2010, p.30-31).

Já o livro *The Empire Strikes Back – Race and Racism in 70’s Britain*¹⁰, de 1982, mostra a luta dos negros contra a ideologia racista dominante. A introdução, sempre escrita coletivamente pelos membros do CCCS, destaca a importância de pensar a especificidade da opressão de raça no contexto da crise geral da

⁹ Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts.

¹⁰ John Solomos, Bob Findlay, Simon Jones, Paul Gilroy, Errol Lawrence, Hazel V. Carby e Pratibha Parmar.

sociedade, como um fator que alteraria todas as outras relações: “[...] a questão central era pensar a raça como uma construção que variava de acordo com a época histórica, e que era preciso examinar como ela se articula, ou não, com outras relações sociais” (CEVASCO, 2003, p.105-106).

Em 1988, um dos autores do referido livro, Paul Gilroy, publica um importante livro para os estudos étnico-raciais na Grã-Bretanha, *There Ain't no Black in the Union Jack*, no título uma observação irônica de Gilroy, o uso da expressão *ain't*, uma forma utilizada pela população negra, ao invés do *isn't*, a forma coloquial. Além da referência a falta da cor preta na bandeira britânica - *Union Jack*. Nesse livro ele defende que não se pode pensar uma identidade britânica sem pensar na população negra. Os estudos étnico-raciais influenciaram até os estudos feministas do CCCS, como o de Hazel V. Carby em *The Empire Strikes Back* em que apresentava uma visão da família negra não como um local de opressão da mulher, mas como um lugar de resistência ao racismo, obviamente em desacordo com muitas feministas (CEVASCO, 2003).

Os estudos culturais estavam se solidificando e começava a caminhar por outras searas, nesses novos percursos um ponto importante foi o diálogo com a psicanálise. A influência de Freud é um fato, porém a releitura de Jacques Lacan é fundamental para substituir a base biológica da formação da subjetividade por uma formação guiada por meio da linguagem e outros sistemas simbólicos (CEVASCO, 2003).

Nesse sentido, os estudos culturais começavam a se acomodar no seio da Ciência, com seus objetos bem definidos e buscando um laço:

[...] a identificação explícita das culturas vividas como um objeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuíam suas próprias formas culturais, dignas do nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas, e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo anti, disciplinar. (SCHWARZ, 1994, p.380 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p.31).

Mesmo com a indefinição de sua disciplinaridade, se seria inter/trans/pluri ou até mesmo anti, os estudos culturais se institucionalizem. Para Escosteguy (2010)

não é uma disciplina, mas sim uma área em que diferentes disciplinas interatuam, visando a percepção de elementos culturais da sociedade.

A multiplicidade de objetos de investigação também caracteriza os estudos culturais. Resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. A ausência de uma síntese completa sobre os períodos, enfrentamentos políticos e deslocamentos teóricos contínuos de método e objeto faz com que, de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreva-se aos temas vinculados às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, a temáticas relacionadas com identidades, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, geracionais etc. [...]. (ESCOSTEGUY, 2010, p.35).

Fica evidente que a preocupação da discussão dos estudos culturais é a ação social. No entanto, essa característica é mais representativa nos estudos realizados na América do Sul, principalmente por Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini.

6.4 OS ESTUDOS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA

A efervescência dos estudos culturais na Inglaterra acontece nos anos 60 e 70, já na América Latina é mais forte nos anos 80, principalmente nas produções dos pesquisadores citados. Segundo Escosteguy (2010) esse intervalo de tempo é decorrência de mudanças sociais que demoraram a acontecer de uma região para outra.

Diante de uma certa resistência em definirem-se como praticantes de estudos culturais, é somente nos anos 90, e de forma ainda bastante tímida, que alguns poucos pesquisadores latino-americanos começa a identificar-se – ou ser identificados por investigadores estrangeiros que tomam a América Latina como objeto de estudo – com esta perspectiva. Se o receio é de que essas afinidades descaracterizem a independência e autonomia da perspectiva latino-americana, afirma-se que, ao contrário, revelam integração e sintonia com um movimento teórico maior e um diálogo frutífero com o que ocorre além das fronteiras do território latino-americano. Sem que isso indique vassalagem ou xenofobia da América Latina a modas teóricas das metrópoles. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 46).

Tanto García Canclini, quanto Martín-Barbero, iniciam seus estudos na Filosofia, e ambos partem para a área da Antropologia. Nessa construção permeando áreas diferentes entendem que não é capaz de se construir um pensamento sobre cultura baseados apenas em uma disciplina, a construção do *corpus* teórico precisa se apoiar em diversas disciplinas.

Mais decisiva, sem dúvida, que a tematização explícita de processos ou aspectos da comunicação nas disciplinas sociais é a superação da tendência a destinar os estudos de comunicação a uma disciplina e a consciência crescente de seu estatuto transdisciplinar. [...] Os deslocamentos com os quais se buscará refazer conceitual e metodologicamente o campo da comunicação virão do âmbito dos movimentos sociais e das novas dinâmicas culturais, abrindo, dessa forma, a investigação para transformações da experiência social. (MARTÍN-BARBERO, 1992, p. 29).

Baseado nesse pano de fundo, uma das funções dos estudos culturais é criar reflexão acerca da

[...] produção de hierarquias sociais e políticas a partir de oposições entre tradição e inovação, entre a grande arte e as culturas populares, ou, então, entre níveis de cultura – por exemplo, alta e baixa, cultura de elite e cultura de massa. A consequência natural desse embate é a revisão dos cânones estéticos ou mesmo de identidades regionais e nacionais que se apresentam como universais ao negarem ou encobrirem determinações de raça, gênero e classe. (ESCOSTEGUY, 2010, p.47).

Nesse sentido, essa mudança de pensamento, dos estudos marxistas deterministas para estudos marxistas com viés mais gramsciano, acontece devido a mudança no interesse de estudos relacionados a diferença de classe, pensar as diferenças apenas pela contradição de classe não permitia prever e pensar a pluralidade de matrizes culturais. “[...] A flexibilização dessa lógica permitiu o redesenho das relações entre cultura e classe social. O redefinido é tanto o sentido de cultura quanto o de política [...]” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 50).

Um fator muito importante para as mudanças nos modelos de análise foi a efervescência do meio social latino-americano. “[...] Expandiram-se movimentos sociais que levaram adiante lutas contra repressão e a discriminação [...], mobilizações dos setores populares da sociedade que lutavam [...]” (ESCOSTEGUY,

2010, p. 51), e principalmente para serem representados pelos sistemas políticos e serem atendidos em suas demandas sociais.

Associações comunitárias, clubes de mães e de jovens, comunidades eclesiais de base, movimentos em defesa da moradia, do meio ambiente, dos direitos humanos, o movimento feminista, o negro e outros de existência bem localizada fizeram com que o campo das reivindicações se ampliasse. Passaram a entrar em cena interesses que extrapolava o mundo estrito do trabalho, despertando outras dimensões da cultura.

[...]

O surgimento desses novos atores sociais colocou em xeque a cultura política tradicional. O reconhecimento dessas experiências coletivas, que incluíam práticas do viver cotidiano e interesses situados num campo mais vasto do que o da produção, renovaram o âmbito do político. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 52).

Na produção de Martín-Barbero se destaca o livro *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Nesse livro Martín-Barbero constrói a teoria de produção cultural vinda das massas. Reproduz uma visão gramsciana de cultura e acrescenta que a “comunicação é uma dimensão *constitutiva* da cultura e, portanto, de *produção* da sociedade.” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 90).

Nesse mesmo livro surge a discussão em torno do conceito de mediação, um conceito que não vai ter uma formatação, porém amplamente discutido pelo autor ao longo de sua produção científica. Mediação para ele são as relações entre cultura, política e comunicação. “O desafio aparece com toda a sua densidade no cruzamento [...] que inscrevem a questão cultural no interior da política e a comunicação, na cultura.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 299).

A apresentação da categoria *mediações*, em DMM [*Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*], dá-se mediante dois procedimentos: um de caráter conceitual e outro, ilustrativo. Através das observações conceituais, as mediações são concebidas como conexões, amálgamas que misturam elementos, formando um todo novo. São pontes que permitem alcançar um segundo estágio, sem sair totalmente do primeiro. Dessa forma, as *mediações* constituem-se em articulações entre matrizes culturais distintas, por exemplo, entre tradições e modernidade, entre rural e urbano, entre popular e massivo, também, em articulações entre temporalidades sociais diversas, isto é, entre o tempo do cotidiano e o tempo do capital, entre o tempo da vida e o tempo do relato. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 107).

Como exemplo da mediação de Martín-Barbero (1993, p. 34), pode-se citar como ela acontece na cultura em geral:

Nesse momento a comunicação cultural deixa de assumir a figura do intermediário entre criadores e consumidores para assumir a tarefa do mediador que atua na abolição das barreiras e das exclusões sociais e simbólicas, no deslocamento do horizonte informativo das obras para as experiências e as práticas e na desterritorialidade das múltiplas possibilidades da produção cultural. É óbvio que a nossa proposta não é a de uma política que abandone a ação de difundir ou dar acesso às obras e, sim, a de crítica a uma política que faz da sua difusão o seu modelo e a sua forma.

Nos estudos de mediação de Martín-Barbero pode-se perceber como acontece a relação da produção e recepção. Além disso, percebe-se que a indústria, ou a comercialização não são as únicas a controlar a lógica cultural, depende também das demandas dos receptores “[...] ressemantizadas pelo discurso hegemônico.” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 107).

Assim como Hall e Martín-Barbero, García Canclini é influenciado pelas idéias marxistas de cultura, portanto extremamente voltadas para a relação entre estrutura e superestrutura, contudo sem se prender apenas a relação de cultura como espaço de reprodução social. Nesse sentido, García Canclini dialoga conceitos de Bourdieu com Gramsci, assim constrói seu entendimento de cultura baseado em produção social e hegemonia.

Na visão de García Canclini (1983, p. 12),

O enfoque mais fecundo é aquele que entende a cultura como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. De acordo com essa perspectiva, trataremos de ver as culturas das classes populares como resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com seus setores hegemônicos.

Para Escosteguy (2010, p. 103) a hegemonia assume um lugar de preenchimento das lacunas deixadas pela relação entre aspectos distintos de análise. Ou seja,

[...] ao aderir a uma noção de formação social que intrinsecamente implica o estabelecimento de “relações” entre instâncias diferentes – econômica, política e cultural -, que não se caracterizam por assumir um caráter de determinação, a análise passa a privilegiar o aspecto “relacional”, configurando-se uma perspectiva teórica que exige, para sua unidade conceitual, ser complementada pela concepção de hegemonia.

6.4.1 Mediação da Informação Como Mediação Social

Para Martín-Barbero (1995a, p. 52 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p. 105) o conceito de hegemonia é um avanço nas pesquisas sobre cultura, por esse conceito é possível analisar a relação dominador/dominado:

A hegemonia nos permite pensar a dominação como um processo entre sujeitos onde o dominador intenta não esmagar, mas seduzir o dominado, e o dominado entra no jogo porque parte dos seus próprios interesses está dita pelo discurso do dominador. E, segundo elemento que nos traz Gramsci com o conceito de hegemonia, é que essa dominação tem que ser *refeita continuamente*, tanto pelo lado do dominador como pelo do dominado.

Assim, Almeida (2008, p. 9) cita uma palestra de Paulo Freire no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 1982 na Paraíba, que em sua fala ele atribui a importância da Biblioteca como espaço estratégico para o desempenho de emancipação cultural e política das classes populares. “[...] A biblioteca popular, pensada antes como centro cultural e não como depósito de livros, permitiria uma ampliação e intensificação das habilidades dos leitores, assegurando-lhes a correta forma de ler o texto em relação com o contexto.”

Nesse sentido é fundamental compreender que,

Informação e mediação se conjugam permanentemente nas dinâmicas cotidianas de consenso (hegemonia) e conflito (contra-hegemonia), relação que toma corpo nos espaços híbridos da comunicação, a qual pode ser entendida como o *locus* privilegiado das relações intersubjetivas e da circulação dos sentidos. (MARTINS, 2011, p. 67).

Não tem como pensar em mediação da informação, como sendo um processo comunicacional e não relacionar com sentido, portanto, não tem como pensar em

mediação sem relacionar com cultura. Para encerrar, a conclusão de Almeida (2008, p. 21), resgata muito emblematicamente as relações entre cultura e mediação:

[...] A criação de sistemas de informação, de redes de comunicação, não pode ser apenas uma repetição da ideologia dominante ou mera fascinação tecnológica: é condição estratégica para efetiva construção e circulação do conhecimento. A necessidade de pessoas habilitadas para essa tarefa é fundamental para garantir a ampliação da comunicação e o equilíbrio da distribuição de saberes, criando, assim, sujeitos socialmente “mais competentes” (no sentido de um processo de *empowerment*, de “empoderamento”, de transmissão de poder aos sujeitos). Assim se vislumbra um desafio crucial da Sociedade da Informação: o de gerar nos indivíduos e grupos as competências simbólicas e comunicacionais para compreensão dessa nova realidade. E é aqui que o *mediador* joga um papel estratégico e fundamental: o de intermediação cultural entre essa realidade e os sujeitos. A função mediadora dos pesquisadores e dos profissionais da informação se faz cada vez mais necessária, buscando conectar os indivíduos, as bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade.

Dessa forma, é fundamental o papel de mediador, essa função é um processo de construção entre o sujeito e o meio, de tradução entre as mensagens e o receptor. Não uma tradução semântica apenas, mas uma tradução pragmática. A mediação na questão do negro é o fato de empoderar essa população, para poder lutar por direitos e conquistas que por muito tempo lhes foram tiradas. Deve-se lutar também para ampliar as pesquisas nesta temática, que ainda é ínfima na CI. Isso pode ser percebida na análise a seguir.

7 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Encontrou-se cinco trabalhos, sendo: um da Universidade Federal Fluminense (UFF), um da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e os outros três na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para uma melhor análise da produção em CI sobre o negro, decidiu-se separar os trabalhos por região geográfica, ficando divididas, portanto, em duas regiões: Nordeste e Sudeste.

7.1 A PRODUÇÃO DO SUDESTE

A região Sudeste conta com dois trabalhos, ambos são dissertações de mestrado, uma do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PPGCI/UFF, e a outra, do PPGCI/UFRJ em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A dissertação da UFF intitula-se *A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra*, de autoria de Francilene do Carmo Cardoso, da linha de pesquisa *Informação, Cultura e Sociedade*, sob orientação da Profa. Dra. Nanci Gonçalves da Nóbrega, defendida em 2011.

A dissertação da UFRJ-IBICT, *Informação, cultura e cidadania no coração da periferia pelas batidas do Hip Hop*, autoria de Rociclei da Silva, sob orientação da Professora Doutora Sarita Albagli¹¹.

O primeiro trabalho analisado da região sudeste é o da UFF, produzido por Cardoso (2011) e trata da Biblioteca Pública como um espaço de criação da identidade negra. A dissertação de Cardoso é uma continuação de seu trabalho de conclusão de curso, que se iniciou no momento de seu estágio na Biblioteca Infanto-Juvenil Viriato Correia, e a percepção da pouca quantidade de material com protagonismo negro, em um estado com a população majoritariamente negra.

Cardoso (2011), então relata que é perceptível que o negro no material disponível sempre é minorizado, alvo de piadas de mau gosto, ou preconceitos de cor. Além disso, ela ressalta que é necessário para a população negra mais nova,

¹¹ A dissertação não apresenta a linha de pesquisa em que o trabalho está inserido.

que existam exemplos para eles servirem de base para construção de sua identidade.

O foco de Cardoso (2011) é a memória, e como a partir da construção memorialística esse sujeito conseguisse se encontrar identitariamente. Para tanto, ela se vale de um projeto chamado Consciência Negra (chamado pela sigla PCN), que tinha por objetivo

[...] o desenvolvimento de atividades que congregasse informação, cultura, lazer e práticas pedagógicas de maneira a estimular o conhecimento da diversidade **cultural do Brasil** em particular da **cultura africana e afro-brasileira e maranhense** fomentando aos usuários o gosto pela leitura e pela pesquisa. (CARDOSO, 2011, p. 29, grifo nosso).

Importante perceber que ela diferencia diversos tipos de cultura, a brasileira como sendo um eixo maior, e as manifestações da cultura africana, e da junção entre elas como afro-brasileira, e uma mais regional, a maranhense. Nesse caso, de fato se faz importante, pois em sua pesquisa ela contempla o aspecto da biblioteca pública no estado do Maranhão, como essa região específica interagiu com a cultura africana, e como isso foi desenvolvido no Brasil.

Como exemplo dessas diferenciações todas, e por que isso é importante, em um dado momento do PCN é levado para dar uma palestra na Biblioteca um representante do Tambor de Mina do Maranhão. Uma religião afro-brasileira, quase exclusivamente dessa região do nordeste brasileiro, com diferenciações do Candomblé, ou seja, o PCN sentiu necessidade de discussão entre os leitores da Biblioteca de um tema regional, de influência africana. Ou quando foi discutido o folclore do estado, sempre preservando a questão particular do estado.

Nesse momento também é percebido uma sinalização com a mediação, Cardoso (2011) entende que esse papel do profissional em perceber e sanar demandas do seu leitor é um processo de mediação. Portanto, todas as atividades de uma biblioteca pública podem ser resumidas em mediação da informação.

Apoiada no conceito de Almeida Júnior (2009), de que mediação da informação é:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indiretamente; consciente ou inconscientemente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça plena ou parcialmente, uma necessidade informacional

Cardoso (2011) compreende que a ação do profissional da informação não é neutra, portanto é necessário que haja essa interferência de maneira mais agressiva, que os posicionamentos devem ser feitos. Que a interferência do profissional já existe nos processos técnicos da biblioteca, então a interferência na construção do conhecimento é natural.

O processo de mediação da informação, portanto, seria uma forma de mudança cultural, ou como preferem os estruturalistas, mudança ideológica. Cardoso (2011) utiliza-se de um pensador marxista para discutir a cultura como algo generalizante, assim ela se apropria de Gramsci e o seu conceito de hegemonia.

Tanto o conceito estruturalista, quanto o conceito gramsciano colocam a cultura como sendo um fator, também político, que transforma, mas também, capaz de manter aspectos da sociedade. Como se fosse um “[...] convencimento/consenso para um universo de valores, normas éticas e de conduta [...]” (CARDOSO, 2011, p. 59).

Assim, em sua dissertação Cardoso (2011) entende que existe um aspecto de libertação em instrumentos de controle do estado. A biblioteca pública é um desses instrumentos de controle, mas que também pode servir como espaço de discussão e divulgação de outra realidade do negro. Que esse espaço pode servir para construção de uma história, e principalmente, de uma memória alternativa, de valorização da raça e cor.

O segundo trabalho analisado na região Sudeste é de Silva (2011) que trata do movimento cultural Hip Hop, fundamentalmente trata-se de um trabalho dentro da temática estabelecida devido ao fato do Hip Hop ter surgido do movimento dos direitos civis dos negros estadunidenses. Além do fato de que seus precursores eram cidadãos de bairros negros da cidade de Nova Iorque.

O trabalho de Silva trata de como a influência da cultura Hip Hop pode ser uma saída para a dificuldade na vida nas periferias brasileiras. Partindo do conceito de Wersig (1993, p. 233) de que “informação é conhecimento para ação”, assim é intrínseco do comportamento humano que o conhecimento deve ser sustentado por

ações específicas em situações específicas. Na dissertação de Silva (2011) o Hip Hop é entendido como uma forma de resistência, baseado em estratégias informacionais e comunicacionais.

Silva (2011) entende que a informação exerce um fator de agente transformador no processo sociopolítico, e que o Hip Hop, além de resistência, é uma força geradora de cidadania, sendo ela influência no acesso e uso da informação, mas também por sua apropriação e produção.

Um dos pontos abordados por Silva (2011) é a pobreza, porém que esse fator social não é empecilho para a produção cultural. A produção cultural da pobreza é uma resistência contra sua condição social. Partindo do que Hall (2003) chama de pós-althusserianos, ou seja, uma ênfase baseada na unidade-diferença, Silva (2011) constrói sua base teórica na psicologia social e na psicanálise.

Hall (2003, p. 152) pontua que “[...] como práticas específicas (articuladas em torno de contradições que não surgem da mesma forma, no momento e no mesmo ponto) podem, todavia ser pensadas *conjuntamente*.” O Hip Hop no trabalho de Silva (2011) é também o agente de resistência e luta contra os processos ideológicos da sociedade.

Um ponto do trabalho é não estar associando o Hip Hop a cultura negra. De fato ele não é um movimento exclusivo, porém ele surge do movimento dos direitos civis, além de até hoje ser muito presente nas periferias, onde a maioria da população é negra. Silva (2011) não fala em nenhum momento das teorias sobre relações étnico-raciais, contudo em seu texto fica evidente que seu entendimento é acerca do problema de classe e não raça. A evidência acontece por sempre tratar a questão da opressão pelo viés econômico e não social.

O preconceito, a resistência, a produção social acontece pelo fato de serem pobres esses sujeitos. Pouco é mencionado o aspecto cor ou raça, levando a crer que seu entendimento sobre essas questões está vinculado ao preconceito com a classe social e não raça/cor.

Essa forma de pensar o preconceito é influência da produção da Escola Paulista de Sociologia, principalmente da produção de Florestan Fernandes. Fernandes contesta a ideia de democracia racial produzida por Gilberto Freyre, ele entende que características de cor (preto) e raça (negro) se tornaram nomenclaturas de definição de classe subalterna (SCHWARCZ, 2012). O início desse pensamento

acontece na época da escravidão, principalmente porque por trás do escravagista “estava o ‘branco’ e, por trás do escravo, ocultava-se o ‘negro’ ou o ‘mestiço’.” (FERNANDES, 2007, p. 120).

[...] existe um *dilema racial brasileiro* e que ele possui um caráter estrutural. Para enfrentá-lo e corrigi-lo, seria preciso mudar a estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder, estabelecendo-se um mínimo de equidade econômica, social e cultural entre “brancos”, “negros” e “mulatos”. Também revelam, de outro lado, que a emergência e o desenvolvimento de uma ordem social competitiva não constituem, em si mesmos, garantia de uma democratização homogênea da renda, do prestígio social e do poder. As oportunidades que os dois processos histórico-sociais criam são aproveitadas de forma desigual pelas diversas categorias sociais e raciais em presença. [...] Nesse sentido, nas fases de formação e de expansão inicial da ordem social competitiva surgem tendências muito fortes de agravamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas, em termos de *classe*, de *raça* ou de *região*. A persistência ou a eliminação gradual dessas desigualdades passam a depender do modo pelo qual as demais categorias sociais reagem, coletivamente, às deformações que assim se introduzem no padrão de integração, de funcionamento e de evolução da ordem social competitiva. (FERNANDES, 2007, p. 127-128).

Contudo o trabalho de Silva (2011) contempla o entendimento que a opressão social vivida por essa população mais pobre, também é uma opressão racial, além de econômica. Outro fator para observação na dissertação é o fato da informação ser um agente transformador, que a produção cultural do movimento é o mecanismo que servirá de saída da condição de submissão.

Pode-se entender que a informação nesse caso é um aspecto da mediação, que a decodificação simbólica desse entendimento de mundo é capaz de ajudar nas mudanças, considerar o processo de mudança social, é também considerar a relação do sujeito com seu mundo. E a cultura produzida por ele é fundamentalmente o resultado de sua leitura e apropriação simbólica da sua realidade.

Importante perceber que em nenhum dos dois trabalhos foi discutido a questão racial ou cor, ambos discutem questões como preconceito, discriminação, até fazem um breve levantamento historiográfico sobre escravidão e situação do negro no Brasil. Porém não existe uma produção acerca das questões raciais, nem mesmo um levantamento bibliográfico. A preocupação é mais em relação a situação

do povo negro, mas não em se apropriar de um posicionamento científico sobre essas questões. Aparentemente essa negligência torna a construção do assunto na CI mais dificultosa.

7.2 A PRODUÇÃO DO NORDESTE

A produção do Nordeste é de dissertações, duas sob orientação da Professora Doutora Mirian de Albuquerque Aquino: uma de 2010, feita por Henry Poncio Cruz de Oliveira, chamada *Afrodescendencia, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial*¹² ao projeto “Cor da Cultura”. A outra é de 2012 de Vanessa Alves Santana, com o título *Memória esquecida: uma análise da organização e da representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba*, ambas da linha de pesquisa: Memória, organização, acesso e uso da informação.

A outra produção da UFPB é da linha: ética, gestão e políticas de informação. Orientada pela Professora Doutora Joana Coeli Ribeiro Garcia, no ano de 2012. Pesquisa realizada por Elieny do Nascimento Silva, intitulada *Responsabilidade social nas ações de extensão do programa iniciativas negras: trocando experiências*.

Um fato curioso aparece, nenhuma das produções é do nível de doutorado, tanto na produção do Nordeste, quanto na do Sudeste. Não que isso interfira na qualidade da pesquisa, porém tem-se por definição que a pesquisa no nível mais avançado exige-se mais do pesquisador, além de um ineditismo e criação de hipótese, que fortaleceria a temática na área.

A primeira dissertação analisada na produção nordestina é a de Henry Poncio da Cruz Oliveira, defendida em 2010, com o título *Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”*. Na dissertação o pesquisador discute sobre a inserção de pesquisadores no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais (NUEPIERE), na Universidade Federal da Paraíba e a criação do projeto “A Cor da Cultura” (PACC).

¹² Segundo Millack (2010): “Étnico-racial é um adjetivo composto e, neste caso, não há mudança na grafia, pelas regras do Novo Acordo Ortográfico, ou seja, emprega-se o hífen [...]”. Foi mantido o uso incorreto quando o mesmo está sendo utilizado pela fonte.

O PACC surgiu, em 2004, como proposta de um projeto social com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural afrodescendente e reconhecer a contribuição africana e afrodescendente à sociedade brasileira dando visibilidade a sua história não associada à escravização. Tal projeto foi formulado em parceria entre o Canal Futura, o CIDAN, a SEPPIR, a TV Globo, a TV Educativa e a Petrobrás com base numa experiência social para fins de contribuir com a dimensão do saber e do fazer dos afrodescendentes brasileiros e unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afrodescendente. (OLIVEIRA, 2010, p. 76).

O problema da pesquisa é norteado pelas seguintes questões:

É possível delimitar a produção informacional que privilegia a disseminação e a democratização da informação sobre a cultura e história dos sujeitos afrodescendentes, na perspectiva da eliminação do preconceito, discriminação e racismo? Como se dá o encadeamento entre informação e memória afrodescendente nos processos de disseminação e democratização da informação sobre história e cultura afrodescendente? Como os afrodescendentes são representados nesses artefatos informacionais? (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Em seu trabalho, Oliveira (2010), afirma existir uma informação étnico-racial, esse tipo de informação surge com as políticas públicas em torno da questão do negro. Além da discussão de identidades culturais, redes de informação e relações de poder. O NUEPIERE é responsável por reunir a produção sobre relações étnico-raciais da comunidade universitária da UFPB, Oliveira utiliza-se dessa produção para embasar sua discussão na produção do PACC, assim, a análise dos vídeos, sites e outros itens são corroborados pela produção de pesquisadores vinculados a questão étnico-racial.

A pesquisa relaciona a produção da informação étnico-racial com a memória:

Ao constatar a existência de um volume de informação etnicorracial produzida contemporaneamente, pareceu-nos necessário articular esta produção à memória, pois é possível observar, inclusive no campo científico, uma ampliação das possibilidades de compreensão da memória perpassado-as por considerações fundamentadas no contexto social que é delineado sob a influência das tecnologias intelectuais. (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

No entanto, não fica claro a relação da produção étnico-racial com a memória e o que ele chama de tecnologias intelectuais. Ele relaciona memória com a história, e a história como sendo informação, ou seja, informação étnico-racial criaria história étnico-racial, conseqüentemente se tornaria memória étnico-racial (OLIVEIRA, 2010). Em um sentido muito amplo do que é memória, Oliveira (2010) afirma que a produção científica é memória, portanto a informação étnico-racial produzida pelos pesquisadores da UFPB é também memória. Porém, pensar memória dessa forma é empobrecer a discussão acerca do conceito. Nessa linha de pensamento qualquer produção científica, ou informacional, ou até de dados, é memória, e não é bem isso.

Para Le Goff (2003, p. 419): “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”. Sendo, portanto, não tão simples a transformação de informação em memória.

Além disso, informação étnico-racial pensada para a construção de uma memória étnico-racial, precisa ser bem posicionada para não transformar em um processo de guetização. O problema não está na preservação dessa memória, e sim na pouca produção dessa informação.

A construção acerca da questão racial é bem rasa, ele cria uma base nas leis de ação afirmativa, ou seja, sobre a promulgação da “Lei Nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985 que dá nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 ao incluir entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil” (BRASIL, 1985 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 19). E também a Lei de diretrizes e bases número 9394-96, do ensino de história e cultura africana e indígena.

A construção de raça é rasa, pois ele trabalha com o conceito de etnia, pois usa o termo afrodescendente. O termo afrodescendente é um conceito utilizado mais recentemente nas discussões étnico-raciais brasileiras. Ele é baseado na proveniência da população, muito utilizado nos Estados Unidos, onde as populações ganham a adjetivação de seu local de origem.

O segundo trabalho da região nordeste também é da UFPB, da mesma orientadora de Oliveira, é a dissertação *Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca*

Central da Universidade Federal da Paraíba de Vanessa Santana, defendida em 2012.

Importante perceber que ambos os trabalhos são da linha: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação. Já Oliveira analisava o material do PACC, Santana analisa o tratamento da informação no Online Public Access Catalog (OPAC) da UFPB.

Baseada na premissa de que o pensamento do profissional da informação, quem trata a informação, é eurocêntrico, portanto, subestimando informações primordiais para o tratamento da informação quando se trata de materiais afrodescendentes.

Diferentemente de Oliveira (2010), Santana (2012, p. 21) define informação étnico-racial:

[...] é o capital social capaz de transformar em conhecimento, respeitar a cultura do Outro, acolher as múltiplas identidades; manter o princípio da heterogeneidade, compreender a diversidade cultural brasileira e reconhecer a nossa sociedade como legitimadora de certos padrões de comportamento que ocultam a memória, a cultura e a identidade.

Portanto, Santana tem por objetivo analisar como essa informação étnico-racial está sendo tratada no OPAC da UFPB. Dessa forma, ela constrói sua dissertação apoiada na história das bibliotecas universitárias, avança sobre a exclusão do negro nesse ambiente. Santana (2012) afirma que a UFPB tem pouco material de informação étnico-racial, que em sua maioria são fantasiosos, descrevendo o povo africano como um povo exótico, dono de comportamento bizarro.

Achebe (2012) afirma que a construção dessa África existe até para os africanos. Em sua infância ele se deparava com livros e histórias que construam seu povo como bárbaro e aculturado, e que inclusive era como ele percebia alguns locais da África. De novo volta-se para a discussão de Adichie (2009) para o problema da história única.

Em sua análise do OPAC, Santana (2012) faz buscas com os seguintes descritores: África, afro-descendente, democracia racial, discriminação racial, étnico-racial, etnicorracial, inclusão racial, negro, negros, preconceito racial, raças, etnia,

racismo. Após os resultados de sua busca, ela analisa se apareceram bastantes resultados. Ela não analisa se o termo está sendo utilizado de forma correta ou não, como o caso de etnicorracial.

Conforme Santana (2012) vai utilizando o descritor, fala um pouco sobre o conceito. Como etnia, onde apresenta uma formulação teórica sobre o uso do termo. Mas outros ela não considera discutir, como o caso de raça, presente em: democracia racial, discriminação racial, étnico-racial, inclusão racial, preconceito racial, raças, racismo. Seria interessante ver a discussão acerca do conceito, pois o conceito de etnia não corrobora sozinho com os termos levantados por Santana.

Aparentemente a discussão de Santana não se aprofundou no tratamento técnico da informação, pois poderia triangular o uso dos descritores com o tratamento técnico realizado com ela, e com a visão do usuário da informação, transformando assim em comparações de visões, e mostrando o quão deficiente pode ser o tratamento em um posicionamento eurocêntrico.

O último trabalho a ser analisado é o de Elieny Silva, defendido em 2012, também da UFPB, porém da linha Ética, gestão e políticas de informação. A dissertação se chama: *Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando experiências*.

A dissertação de Silva (2012) se baseia no Programa Iniciativas Negras (PIN) do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará campus Cariri (UFC-Cariri). O PIN é um programa de responsabilidade social, tem por objetivo servir como um canal entre a comunidade local e a universitária realizando trocas entre esses dois universos distintos. Já que a região do Cariri é uma região pobre, com poucas oportunidades.

O PIN funciona da seguinte forma: “[...] um curso com duração de dez dias, na região do Cariri, realizado de dois em dois anos, e cursos, com duração de três dias, em várias partes do Brasil” (SILVA, 2012, p. 22).

O intuito da dissertação de Silva (2012) é analisar se essa troca entre o curso de Biblioteconomia da UFC-Cariri e a população em seu entorno é benéfica, se a responsabilidade social universitária de fato traz mudanças sociais.

Para construir seu referencial teórico, Silva (2012) faz um percurso através da exclusão social, chega a negro e racismo e se mantém. Não constrói um pensamento acerca do preconceito e afins. Ela trabalha com os conceitos de Carlos

Moore sobre o racismo, porém não debate esses conceitos com outros, não se utiliza da historiografia, e nem problematiza a questão da cor e raça. Assim, sua discussão se torna a ser racismo e não exclusão da população negra.

Na análise dos dados ela se defronta com uma vasta necessidade de discussão acerca da questão racial, os participantes dos cursos ofertados demonstram curiosidade nessas discussões e percebem que aprendendo sobre o assunto teriam possibilidade de defender e lutar por condições sociais melhores.

Aparentemente todos os trabalhos comportariam a discussão da mediação; Cardoso (2011) a única a mencionar a mediação, previu que todos os afazeres de uma biblioteca são mediação, porém não discutiu como atrelar a mediação da informação e a mudança social; o de Silva (2011) trataria a música e o movimento Hip Hop como um ambiente de mediação tanto informacional quanto social; Oliveira (2010) e Santana (2012) analisariam a mediação da informação pela tecnologia; e finalmente Silva (2012) a mediação da informação como mediação social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente ao longo dos séculos, pode-se afirmar que as mudanças ocorridas na ciência como um todo, sempre serviram para um melhoramento de sua construção como base do pensamento empírico, mas não apenas dele. Obviamente não se pode pensar ingenuamente que a história científica foi feita de flores. Como citado anteriormente, a ciência foi utilizada como embasamento para a construção e solidificação social do racismo.

Contudo é importante pensar que a própria ciência é quem desconstrói esse posicionamento. A ciência não pode ser encarada como uma religião, existe intenção em sua criação, e principalmente nas pesquisas realizadas. Porém apenas ela se propõe a criar e autorefletir sobre seus erros.

O avanço científico, portanto é uma consideração importantíssima quando se trata de diminuição de diferenças sociais. Um grande avanço da ciência foi a mescla entre ciências exatas, biológicas e humanas. No início, obviamente, muitos problemas surgiram, como explicações científicas para a existência de preconceitos e racismos. Como exemplo desse começo desastroso já foi citado a Eugenia, nos capítulos anteriores. No entanto, outros momentos tiveram sua glória, principalmente nos que envolviam as artes.

Esse momento de colaboração entre as ciências, essa mudança pragmática, e principalmente de mentalidades foi fundamental para o reconhecimento da Pós-modernidade como um período, um *zeitgeist*.

O surgimento da CI só foi possível com o avanço científico, mas também por causa desse clima intelectual, ou *zeitgeist*, no entanto não apenas isso, mas fortemente as necessidades práticas de um período onde a política e os aspectos sociais sofreram fortes mudanças devido as guerras.

O surgimento da CI não é um evento único, não há como definir seu marco inicial, apenas é possível apontar o surgimento de ramificações. A CI ainda é jovem, devido as diferentes escolas ao redor do mundo recebe muita influência. O pesquisador da CI no Brasil é um criador da ciência local, não existe a possibilidade de construção da CI brasileira, se não for do zero, se não for com as aspirações que a sociedade lhes impõe.

Quando a CI dialoga com outras áreas e assume uma postura de construção teórica e temática, ela fortalece sua estrutura, e permite uma real percepção de seu núcleo duro. Pensar a CI como uma forma de mudança no *ethos* científico é valorizar seu *status* de ciência nova, e também valorizar seu perfil pós-moderno.

Ao se falar em mediação intui-se um problema quanto ao entendimento diversificado que algumas pessoas carregam acerca da palavra. Esgotar a definição do tema é quase que uma tarefa hercúlea. Ao abordar neste trabalho a discussão étnico-racial aliada à mediação, pretendeu-se entender a forma como ela – mediação – é uma das formas possíveis para discutir a temática. Portanto, vale dizer que o objetivo não foi explorá-la ao seu limite.

Atualmente, a discussão de temáticas que podem servir como forma de submissão e exclusão se faz pertinente para que haja uma mudança tanto na *práxis* quanto no *ethos*. É importante que a ciência disponibilize um ambiente para a discussão dessas questões e permita que preconceitos não sejam a base da discriminação e do racismo.

A discussão acerca do conceito de identidade é fundamental para entender que as pessoas constroem socialmente sua formação como ser social. A construção social da identidade não é uma escrita em *tabula rasa*, o sujeito está muito além de um ser inato. A grande disponibilidade de informação traz e forma sujeitos únicos, porém que são tratados com generalização.

Quando pensa-se o sujeito negro, busca-se entender por que a existência do racismo, do preconceito e da discriminação. O problema é que muitas vezes a problemática é deixada para apenas os pensadores do assunto, e dificilmente alguém quer enfrentar um problema real, porém velado.

Infelizmente, a discussão da temática no Brasil ainda é encarada como desnecessária por muitos, uma vez que o racismo é camuflado e está impregnado na sociedade. Tal fato confirma as definições do início do século XX, onde, por exemplo, conceitos como a cordialidade do povo brasileiro, ou a democracia racial, formaram o pensamento da maioria da população. Conceitos que foram tratados como crítica a forma que a sociedade se comporta, tornaram-se definidores de suas atitudes.

Aparentemente a sociedade se mostra unida e a miscigenação é a maior característica do povo. Porém, se observado atentamente, ver-se-á que o brasileiro

defende com todas as forças a sua exclusividade e as suas posições sociais e que é constatado que as minorias não são bem vindas. Elas são vistas como inimigos que querem usufruir de algo que não lhes é garantido.

A CI é um campo de discussão ainda muito jovem, amparada em conceitos frágeis e recentes e, por isso, não consegue nem ao menos se definir, quiçá construir um *corpus* teórico relacionado à cultura. Não que essas considerações sejam exclusivas da CI, porém ela é aqui o núcleo analisado.

A discussão em torno da cultura como um fenômeno de controle social é fundamental para entender a construção da identidade. Os estudos de usuário, de referência e de mediação são, portanto, estudos que se valem da construção identitária do sujeito, sendo assim, tornando possível que haja os estudos culturais em CI.

Os estudos culturais quando surgiram na Inglaterra eram uma forma de diagnosticar uma falha nas formas de controle social do estado. A divisão da sociedade por classes permitiu os pensadores da cultura, principalmente os marxistas como Gramsci, perceberem a divisão entre o que as instituições entendiam, e o que as massas podiam entender.

Entender a relação da CI com os estudos culturais é uma forma de buscar um novo tipo de relação das duas práticas científicas. Apesar dos estudos culturais estarem mais relacionados com as Ciências Sociais e a História, não é impossível relacioná-lo com a CI.

A CI, desde o seu surgimento se apoiou em relações com outras ciências, faz parte da pós-modernidade este tipo de relação. Porém com algumas foram mais explorada, outras se tornou mais complexo. Até porque nem em suas próprias áreas existe um consenso, portanto as pesquisas em CI também não se atreveram a explorar.

Este trabalho pretendeu ainda ressaltar a necessidade de dialogar a CI com as Ciências Sociais. Portanto, é necessário buscar novo aporte teórico para que se construa temáticas que apropriem-se desses conceitos mais sócio-políticos, que trabalhem o comportamento humano e que entendam o ser humano como um ser social.

As discussões na área ainda acontecem muito em torno da informação e do conhecimento, porém enquanto não se entender o sujeito e o mundo em que ele vive, dificilmente será possível discutir a produção desses conceitos.

Quando a CI se deparar com a realidade social mais abrangente, não pensando apenas no sujeito informacional, mas pensando na construção sócio-informacional desse sujeito, ela obterá muitos benefícios. Quando a proposta por uma pesquisa onde a mediação da informação e o negro foi aceita, não se imaginava, que antes de uma discussão prática sobre os dois assuntos, seria necessário discutir a construção teórica de apoio.

A relação de dois assuntos que de início pareceu subjetiva demais, se consolida agora como uma realização possível. Apoiada nos estudos culturais, foi possível perceber que ambos os conceitos, mediação e raça, são passíveis de se trabalhar em um mesmo âmbito, em uma mesma temática. O conceito de cultura abarca essas discussões, fazendo que sejam completares quando analisadas pela CI.

A forma escolhida para perceber essas discussões foi a análise conceitual da produção de CI que envolve a discussão étnico-racial. Mesmo que essas discussões não trouxessem a discussão de mediação da informação. Essa escolha foi tomada devido a pouca expressividade da produção em CI de discussão étnico-racial.

De certa forma analisar trabalhos que já discutiram tais assuntos é também criar uma nova fortuna crítica, valorizá-la, mesmo que sejam poucos trabalhos e que de alguma forma nenhum deles conversem entre si. Como dito anteriormente, a própria definição da área é problemática, o que torna a discussão de temas transversais ainda bastante ínfima.

Um dos maiores problemas em discutir a raça é a história do "racismo invertido". A utilização desse termo para dizer que está sendo construído um novo tipo de racismo é indevida. A história prova que a situação do negro no Brasil é diferente, não só dos negros, porém a dissertação se atém a essa situação.

Como forma de ilustração pode-se usar a analogia de Ifemelu¹³ (ADICHIE, 2014), descrita em seu blog, que diz:

¹³ Ifemelu é a personagem principal do livro *Americanah*, 2014, de Adichie. Como forma de divulgação do livro, a personagem que é blogueira, ganha um blog real no site da editora, da mesma forma a editora brasileira traduz o blog da personagem.

[...] a situação do Negro [...] é mais ou menos como se alguém ficasse preso injustamente durante muitos anos, mas aí de repente fosse solto, mas sem receber o valor da passagem de ônibus para voltar para casa. E, aliás, o ex-presos e o cara que o prendeu agora são automaticamente iguais.

Infelizmente as pessoas não querem perceber que existe diferença, por que isso significa perda de privilégios. A ciência vai percebendo lentamente que o assunto é temática de discussão é também uma forma de mexer na ferida e provocar uma situação constrangedora de que ela foi permissiva e opressora.

Situações como essas permitem perceber que injustiças sempre existiram, porém não deve-se manter calado, precisa-se correr atrás de situações constrangedoras e corrigi-las antes que se tornem novas formas de opressão. A mediação da informação é uma maneira eficaz de mudança na realidade do sujeito, pensar o processo comunicacional é refletir em mudança social. Deve-se raciocinar a CI como uma ciência capaz de devolver a sociedade eficiência e quebra de paradigmas pautados em preconceito e submissão.

Em nenhum momento a dissertação pretendeu ser algo além do que é, porém não se pode pensar em discutir um assunto por dois longos anos e ao menos não permitir ser um avanço nas discussões da área, ainda mais quando o assunto discutido é algo subestimado, ou até menosprezado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACHEBE, C. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADICHIE, C. N. **Entendendo a América para o negro não americano: reflexões sobre o amigo branco especial**. Blog da Companhia, 2014. Disponível em: <<http://www.blogdacompanhia.com.br/2014/08/entendendo-a-america-para-o-negro-nao-americano-reflexoes-sobre-o-amigo-branco-especial/>>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. **O perigo da história única**. Nova Iorque: TED, 2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 3 nov. 2012.

ALMEIDA, C. C. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. In: ENANCIB, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Digitais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19540.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da Cultura e da Informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 1, n. 1. p. 1-23, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>. Acesso em: 4 maio 2012.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: ENCUESTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EM BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC), 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=7871>>. Acesso em: 9 set. 2013.

ALVES, R. C. V. et al. Ciência da Informação e a Pós-Modernidade: considerações sobre o status científico. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 41-54, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/viewFile/747/649>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

AQUINO, M. de A. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão social de negros/as na sociedade contemporânea. **Inclusão Social**, Brasília, v.4, n.1, p. 45-51, jul./dez. 2010.

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência como forma de conhecimento. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v08/m32690.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

_____. A Ciência da Informação como Ciência Social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/29/26>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1719/1347>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

_____. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a ciência da informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. In: ENANCIB, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Digitais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19256.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

ARENDT, H. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 21-53.

ARGAN. G. C. **Arte moderna**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARRENTO, J. **A espiral vertiginosa: ensaios sobre a cultura contemporânea**. Lisboa: Cotovia, 2001.

BELL, D. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

BOARINI, M. L.; YAMAMOTO, O. H. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, v. 13, n.1. p. 59-72. 2004. Disponível em: <http://www.cocsite.coc.fiocruz.br/psi/pdf/higienismo_eugenia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação oral da literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço, presença. In: ENANCIB, 12., 2011, Brasília. **Anais Digitais**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-03/2-uncategorised/171-gt03-anais-digitais-xii-enancib>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BRASIL. **Lei n.º 12.244**: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, Cultrix, 1996.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.12 n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CARDOSO, F. C. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss_FrancileneCarmo.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

CASTRO FILHO, C. M. de; COPPOLA JUNIOR, C. Biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para a implantação. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/berev>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

CAVALLEIRO, E. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, I.C.; ROMÃO, J. **Os negros e a escola brasileira**. 2. ed. Florianópolis: Alilênde: Núcleo de Estudos Negros, 2002.

CERRI, L. F. Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Econômico". **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 195-224, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100011>. Acesso em: 14 maio 2012.

CEVASCO, M. E. **As dez lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, R. **El mundo como representación**: História cultural, entre práctica y representación. Barcelona: Gedisa, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite a Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

COELHO NETO, J. T. **Moderno Pós-Moderno**. 2. ed. São Paulo: L&PM, 1990.

COSTA, L. F.; SILVA A. C. P.; RAMALHO, F. A. (Re)visitando os estudos de usuário entre a “tradição” e o “alternativo”. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago09/Art_03.htm>. Acesso em: 1 abr. 2013

CRIPPA, G. Mediações literárias da Ciência da Informação: Representações e narrativas de gênero. In: ENANCIB, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Digitais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19207.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

CRIPPA, G.; ALMEIDA, M. A. de. Mediação cultural, informação e ensino. **Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v.13, n.1, p.189-206, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2048/pdf_1>. Acesso em: 3 abr. 2012.

DAVALLON, J. A Mediação: comunicação em processo? **Revista Prisma.com** – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC, n. 11, jul. 2007. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

D'ADESKY, J. **Pluralismo e multi-culturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DIWAN, P. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERREIRA, S. M. S. P. **Design de biblioteca virtual centrado no usuário**: a abordagem do Sense-Making para estudo de necessidades e procedimentos de busca e uso de informação. Porto Alegre, 1997.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, G. H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA S. M. S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr., 2010. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1206/1355>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm>. Acesso em: 3 mar. 2013.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_04.htm> Acesso em: 6 fev. 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1>>. Acesso em: 31 out. 2013.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, A. Mapeando o Pós-Moderno. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pós-Modernismo e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

KROPOTKIN, P. **A conquista do pão**. [S.l.]: Biblioteca Pública Independente, 2006.

LATOOUR, B. **Jamais fomos modernos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOPES, F. C. **O conceito de Mediação no âmbito da Ciência da Informação**. 2013. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. Indústrias culturais: modernidade e identidade. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana**. São Paulo: INTERCOM, 1993. p. 21-36.

_____. Pensar la sociedad desde la comunicación: un lugar estratégico para el debate a la modernidad. **Diálogos de la Comunicación**, Colômbia, n. 32, p. 28-34, 1992. Disponível em: <<http://www.dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2012/01/74-revista-dialogos-pensar-la-sociedad-desde-la-comunicacion.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

MARTINS, A. A. L. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-88MHR9/1/dissertacao_ana_amelia.pdf>. Acesso em: 3 maio 2012.

_____. Informação e mediação: lutas pela significação do real. In: MOURA, M. A. **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011

MARTUCCI, E. M. Informação para educação: os novos cenários para o ensino fundamental. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-16, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MILLACK, H. S. **Nova ortografia**: "étnico-racial" e "etnorracial". Serviço de atendimento sobre a Língua Portuguesa, 2010. Disponível em: <<http://salp-pmf.blogspot.com.br/2010/10/nova-ortografia-etnico-racial-e.html>>. Acesso em: 23 set. 2014.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>> Acesso em: 1 jul. 2013.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORIGI, V. J.; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/432>>. Acesso em: 7 set. 2013.

MORIN, E.; WULF, C. **Planeta**: a aventura desconhecida. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MUNANGA, K. Apresentação. In: _____ (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M.; REIS, L. V. S. (Org.). **Negras Imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 179-194.

_____. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, São Paulo, 09 fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P (Org.). **Cadernos do Programa de Educação**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 15-34. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.

NADAI, E. O ensino de História e a Pedagogia do Cidadão. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 23-30.

NOVAIS, F. A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: USP, 1969, p. 243-268.

OLIVEIRA, H. P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2010. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/115/1/HPCO31012013.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 19 set. 2013.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

PETRUCCELLI, J. L. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Orgs.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 30-49.

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais Digitais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--159.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

PINSKY, J. Nação e ensino de História no Brasil. In: _____ (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-22.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 33-43.

PIRES, Z. **Do 'cor de pele' ao 'nude'**: ou o mundo que queremos ser. Portal Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/em-debate/colunistas/19640-do-cor-de-pele-ao-nude-ou-o-mundo-que-queremos-ser>>. Acesso em: 20 out. 2013.

QUADRADO, A. D. **Inferno pós-moderno: marcas da contemporaneidade em *Hotel Hell* e outras obras da geração 90**. São Paulo: USP, 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 2006. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/bdt/2006/2006-me-quadrado_adriano.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SANTANA, V. A. **Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa. 2012. Disponível em: <http://bdt.d.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2460>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SANTOS, J. M. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Vida de Ensino**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 01-10, ago./fev. 2009.

Disponível em:

<<http://rioverde.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/vidadeensino/article/view/58/4>>.

Acesso em: 12 set. 2013.

SANTOS, L. G. **A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 162 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2010. Disponível em:

<[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8ELGGG/a_contribui_o_de_teorias_das_ci_ncias_sociais_para_a_ci_na_perspecti)

[8ELGGG/a_contribui_o_de_teorias_das_ci_ncias_sociais_para_a_ci_na_perspecti](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8ELGGG/a_contribui_o_de_teorias_das_ci_ncias_sociais_para_a_ci_na_perspecti)
[va_de__gernot_wersig.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8ELGGG/a_contribui_o_de_teorias_das_ci_ncias_sociais_para_a_ci_na_perspecti)>. Acesso em: 7 mar. 2013.

SANTOS, S. A. dos et al. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre

igualdade racial e o papel do estado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p. 913-929, set-dez. 2008. Disponível em:

<[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/15112009-](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/15112009-082349santoscavalleirobarbosaribeiro.pdf)

[082349santoscavalleirobarbosaribeiro.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/15112009-082349santoscavalleirobarbosaribeiro.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2012.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci.**

Inf., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em:

28 abr. 2012.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SHERA, J. H.; EGAN, M. E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da

Documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHERIFF, R. E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor,

raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Y; REZENDE, C. B. **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 213-244.

SILVA, A. M. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Revista**

Prisma.com, n. 9, 2010. Disponível em:

<<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/700/pdf>>. Acesso em: 20

maio 2013.

SILVA, E. N. **Responsabilidade social nas ações de extensão do programa**

Iniciativas Negras: trocando experiências. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em

Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2012. Disponível em: <

http://bdttd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2187>. Acesso em:

23 ago. 2014.

SILVA, M. N.; LARANJEIRA, P. Do problema da “raça” às políticas de ação afirmativa. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 125-138.

SILVA, R. Informação, **cultura e cidadania no coração da periferia pelas batidas do Hip Hop**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://tede-dep.ibict.br/bitstream/tde/78/1/rociclei2011.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-101.

TÁLAMO, M. F. G. M.; SMIT, J. W. Ciência da Informação a transgressão metodológica. In: PINTO, V. B.; CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. (Orgs.). **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza: UFC, 2007. p. 23-47.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 14 maio 2012.

VALENTIM, M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 135-152.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**. v. 29, n. 2, p. 229-239, mar. 1993.

WIEVIORKA, M. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7–72.